

ANO III

N.º 3

REVISTA



DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL

DA BIBLIOTÉCA DO GENERAL SOUZA DOCEA

•  
1.º SEMESTRE DE 1943

VOL. III  
•

RIO DE JANEIRO

BRASIL



## SUMÁRIO:

	Pág.
ALMIRANTE FRANCISCO CORDEIRO TORRES	
ALVIM — <i>Henrique Boiteux</i> . . . . .	13
DEBATE À CONFERÊNCIA DO SR. ALMIRANTE	
BOITEUX — <i>Cel. Luiz Lobo</i> . . . . .	39
A PESCA NO BRASIL — <i>Major Jonathas Correia</i>	42
CONSIDERAÇÕES — <i>Gen. Souza Docca</i> . . . . .	46
NO CENTENÁRIO DE PEDRO AMÉRICO — <i>Carlos</i>	
<i>Maul</i> . . . . .	53
FERNANDO DE NORONHA — <i>Cel. Lysias Rodrigues</i>	63
OS ESTUDOS OCEANOGRÁFICOS NO BRASIL —	
<i>Frederico Vilar</i> . . . . .	103
O ESPIRITO MILITAR NA QUESTÃO ACREANA —	
<i>Cel. Luiz Lobo</i> . . . . .	107
ALMIRANTE INÁCIO JOAQUIM DA FONSECA —	
<i>Didio Iratim Afonso da Costa</i> . . . . .	117
JOSE' DE OLIVEIRA BARBOSA — <i>Cap. Adailton</i>	
<i>Sampaio Pirassinunga</i> . . . . .	153
REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS — <i>Major Jonathas</i>	
<i>Correia</i> . . . . .	167

# CONSELHO DIRETOR

DO

## INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

### DIRETORIA

PRESIDENTE — Gen. V. Benício da Silva (ausente)

VICE-PRESIDENTE — Gen. E. F. de Souza Docca (no exercício da Presidência)

1.º SECRETÁRIO — Cel. Luiz Lobo

2.º SECRETÁRIO — Cap. Severino Sombra

1.º TESOUREIRO — Cap. Humberto Peregrino

2.º TESOUREIRO — Cap. Adailton Pirassinunga

BIBLIOTECÁRIO — Major Jonathas de Moraes Correia

### COMISSÕES

#### DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA MILITAR

Almirante Henrique Boiteux, Cel. Jaguaribe de Mattos e  
Ten.-Cel. Leopoldo Nery da Fonseca

#### DE HISTÓRIA MILITAR

Cel. Alvaro de Alencastre, Cmt. Didio Iratim Costa e  
Ten.-Cel. H. Castelo Branco

#### DE HERALDICA E MEDALHISTA

Cmt. Egon Prates, Cmt. Lucas Boiteux e Cel. Jonas de  
Moraes Correia

#### DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS

Cel. Danton Garrastazú Teixeira, Cmt. Cesar Xavier,  
Cmt. Pinto Guimarães

#### FISCAL

Gen. Lima Mindelo, Almirante Nogueira da Gama e  
Cel. Damasceno Vieira

#### DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Cmt. Raja Gabaglia, Cap. De Paranhos Antunes e Cél.  
Altamirano Nunes Pereira

#### DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

Ten.-Cel. Lima Figueirêdo, Cmt. Frederico Villar, e Cel.  
Av. Lisias A. Rodrigues

**RELAÇÃO DO NÚMERO DAS CADEIRAS  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL  
SEUS PATRONOS E SÓCIOS QUE AS OCUPAM**

P A T R O N O S	S Ó C I O S O C U P A N T E S
1 — Visconde de Taunay	Ten.-Cel. Humberto Castelo Branco
2 — Gen. Malan d'Angrogne	Major Frederico Rondon
3 — Barão do Rio Branco	Gen. Paula Cidade
4 — Cmt. Antonio Claudio Soído	Cel. A. Damasceno Vieira
5 — Almt. Antonio C. Gomes Pereira	Almt. M. Nogueira da Gama
6 — Gen. A. Dias de Oliveira	Ten.-Cel. Affonso de Carvalho (*)
7 — Julio Cesar Ribeiro de Souza	Ten.-Cel. Av. Lisias A. Rodrigues
8 — Barão de Teffé	Cap. M. e Guerra Frederico Villar
9 — Cmt. Mariano de Azevedo	Gen. Liberato Bitencourt
10 — Cel. Sena Madureira	Cel. Alvaro de Alencastre
11 — Gen. Tiburcio Ferreira de Souza	Cel. Onofre Gomes de Lima
12 — Pandiá Calogeras	Ten.-Cel. Aurélio Lyra Tavares
13 — Almt. Barão de Jaceguay	Almt. Raul Tavares
14 — Cel. Fausto de Souza	Gen. E. F. de Souza Docca
15 — Almt. Barão de Melgaço	Cap. de Frag. P. Pinto Guimarães
16 — Gen. Carlos de Campos	Cel. Altamirano Nunes Pereira
17 — Visconde de Porto Seguro	Cap. De Paranhos Anutens
18 — Ten.-Cel. Diogo Arouche	Ten.-Cel. R. Danton Garrastazú Teixeira
19 — Gen. Dionisio Cerqueira	Gen. E. Leitão de Carvalho
20 — Gen. Eduardo José de Moraes	Major José Faustino da Silva
21 — Cel. E. C. Jourdan	Gen. V. Benício da Silva
22 — Cel. F. A. Carneiro da Cunha	Gen. Lima Mindello
23 — Marechal Thaumaturgo de Azevedo	Major Jonathas de Moraes Correia
24 — Marechal F. Chagas Santos	Gen. Alipio de Primio

IGHMB/NT/615 (A)

- 25 — Euclides da Cunha
- 26 — Marechal H. Beaurepaire Rohan
- 27 — Cel. Antonio F. Pereira do Lago
- 28 — Visconde de S. Leopoldo
- 29 — Gen. Jeronimo Francisco Coelho
- 30 — Gen. Severiano da Fonseca
- 31 — Gen. Bernardino Bormann
- 32 — Almt. José Cândido Guillobel
- 33 — Cmt. Vital de Oliveira
- 34 — Mal. Soares Andréa
- 35 — Gen. J. I. de Abreu e Lima
- 36 — Gen. José Joaquim Machado de Oliveira
- 37 — Gen. Oliveira Barbosa
- 38 — Almt. Ignacio José da Fonseca
- 39 — Gen. Couto de Magalhães
- 40 — Major Santos Titara
- 41 — Cel. João de Souza Mello Alvim
- 42 — Cap. Alfredo Pretextato Maciel Silva
- 43 — Cmt. Luiz Barroso Pereira
- 44 — Major João M. de Souza Coutinho
- 45 — Major Francisco de Paula Borges Fortes
- 46 — Cel. José Saturnino da C. Pereira
- 47 — Mal. R. J. da Cunha Mattos
- 48 — Cel. Ricardo Francos de A. Serra
- 49 — Gen. Visconde de Maracajú
- 50 — Almt. Barão de Igautemy

- Cap. Umberto Peregrino
- Cel. F. Jaguaribe de Mattos
- Ten. M. Cavalcanti Proença (\*)
- Cel. T. Alencar Araripe (\*)
- Major Frederico Leopoldo da Silva
- Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade (\*)
- Gen. Augusto Tasso Fragoso
- Cmt. Raja Gabaglia
- Cmt. Luiz Alves de Oliveira Belo (\*)
- Cel. Luiz Lobo
- Cmt. Cesar Feliciano Xavier
- Ten. Egon Prates
- Cap. Adailton Pirassinunga
- Cmt. Didio Iratim A. Costa
- Ten.-Cel. José de Lima Figueirêdo
- Ten.-Cel. A. Pereira Ferraz
- Ten.-Cel. Jonas de Moraes Correia Filho
- Cel. Cordolino de Azevedo
- Cmt. Lucas A. Boiteux
- Vaga
- Cap. Amir Borges Fortes (\*)
- Major Waldemiro Pimentel
- Cap. Severino Sombra
- Gen. Cândido Rondon
- Cel. Leopoldo Nery da Fonseca
- 49 Almt. Henrique Boiteux.

NOTA — Os sócios assinalados com um "asterístico" estão eleitos, porém ainda não tomaram posse.

# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

## NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Coronel Alvaro de Alencastro.
- 2 — General Alipio Virgilio di Primo
- 3 — Capitão Adailton Sampaio Pirassinunga
- 4 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 5 — Major Frederico Augusto Rondon
- 6 — Comandante Didio Iratim Affonso Costa
- 7 — Ten. Egon Prates
- 8 — Comandante Frederico Villar
- 9 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 10 — Coronel Raphael Danton Garrastazú Teixeira
- 11 — Major Umberto de Alencar Castello Branco
- 12 — Almirante Henrique Boiteux
- 13 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Correia
- 14 — Major Jonathas de Moraes Correia
- 15 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 16 — Major José Faustino da Silva Filho
- 17 — General Manoel Liberato Bitencourt
- 18 — General João Fulgencio de Lima Mindello
- 19 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 20 — Tenente Coronel José de Lima Figueiredo
- 21 — Coronel Luiz Lobo
- 22 — Comandante Lucas Alexandre Boiteux
- 23 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 24 — Almirante Manoel José Nogueira da Gama
- 25 — Tenente Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz
- 26 — General Francisco de Paula Cidade *Pereira*
- 27 — Coronel Pedro Cordolino Pereira *de Azevedo*
- 28 — Comandante Antonio Pinto Buarque Guimarães
- 29 — Comandante Antonio Carlos Raja Gabaglia
- 30 — Almirante Raul Tavares
- 31 — General Emilio Fernandes de Souza Docca
- 32 — Capitão Severino Sombra de Albuquerque

### **NOMES DOS SÓCIOS EFETIVOS:**

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Capitão Amir Borges Fortes
- 3 — Major Frederico Leopoldo da Silva
- 4 — Capitão Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Coronel Aviador Lysias Augusto Rodrigues
- 6 — Coronel Onofre Gomes de Lima
- 7 — Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade
- 8 — Capitão De Paranhos Antunes
- 9 — 1.º Tenente Manoel Cavalcanti Proença
- 10 — Major Waldomiro Pimentel
- 11 — Tenente Coronel Aurelio Lyra

### **NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS E FUNDADORES:**

- 1 — General Candido Rondon
  - 2 — General Valentim Benicio da Silva
  - 3 — General Augusto Tasso Fragoso
-



SAUDADES

*General João Borges Fortes*

SAUDADES





# Almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim

(BARÃO DE IGUATEMÍ)

HENRIQUE BOITEUX  
ALMIRANTE REF.

É no culto da memória dos beneméritos que se forma o coração de uma nacionalidade. Daí o nosso dever de relembrar aqueles que com honra e dignidade, em todos os campos apararam os golpes atirados à nossa Pátria. Entre eles está o que se chamou Francisco Cordeiro Torres e Alvim, que chegando a Almirante, galardoado com o título de Barão de Iguatemí, — me trás à vossa presença, para em delidos raios de luz projetados sobre sua personalidade, dizer o que fez em favor dela.

Seu destaque não se apoiou na sua ávita nobreza que vinha de reis que cingiram a coroa portuguesa, mas sim pela sua açacalada inteligência, inteireza de character perfeito, lealdade a toda a prova, conhecimentos profissionais completos, clareza de intuição, audácia de plano, firmeza de ação, bravura indômita sem alarde, tudo aliado a uma inflexa probidade, lhaneza de trato e bondade profunda. Essa personalidade, no dizer de um escritor — excedia das dimensões do quadro que o destino lhe traçara.

Nele havia o nobre orgulho do militar brioso incapaz de desistir da sua opinião, devesse, embora, cruzá-la contra a vontade do superior; sua conciência só admitia o justo e o honesto; daí, a grande consideração com que era tido pelo ínclito Almirante Tamandaré, o mais glorioso indigente da nossa Marinha e a concretisação

mais perfeita do patriotismo, que o apontava como paradigma e por onde se deviam aferir os membros da Corporação Naval.

Sejam estas incomptas palavras como um culto ao homem que desde jovem tomei para meu patrono ao abraçar a carreira militar, pois foi o primeiro a apontar-me o caminho para nela prosseguir.

Bem presente tenho em memória o seu porte varonil de semblante enérgico quando no antigo COLÉGIO NAVAL me apresentei em busca de matrícula. Apoiado sobre o frontal da mesa-secretária do então Capitão de Mar e Guerra Fortunato Forster Vidal, diretor daquele utilíssimo estabelecimento, que a curta visão, ou melhor a baralhada mental de políticos que na pasta da Marinha vi-nham iniciar a carreira, na sua ânsia de tudo reformarem sem medir o alcance e os funestos efeitos, extinguiu, começando, mesmo, por espírito de economia, pela supressão da sobremesa de bananas dadas aos alunos. Assim deu-se com os Arsenais, com os Distritos Navais e Escolas de Aprendizes.

Pois bem, ao ouvir pronunciar o nome do Capitão Tenente João Justino de Proença que na época exercia o cargo de Capitão dos Portos de Santa Catarina e de quem eu trouxera uma carta para o diretor do Colégio, voltou-se para mim com manifesta curiosidade e inquiriu-me: *Menino, você é Barriga-Verde? Sim, Senhor*, respondi-lhe, ignorando todavia com quem tratava, pois se achava à paisana.

*Olhe!* disse-me ele: — *Se vem para cá é para estudar, pois eu não admito que um catarinense faça figura triste na Marinha!*

Tão fundo me calaram no espírito aquelas palavras proferidas em tom incisivo, porem paternais, reveladoras, sem dúvida, de muito amor à sua terra natal, que tomando-as como a primeira ordem recebida em um Estabelecimento Militar, procurei cumprí-la à risca. E guiando-me por ela, perdoem-me o vitupério, não me arrependi, pois tive a ináudita ventura de, ao terminar o meu curso na Escola Naval, receber como recompensa uma espada de réca, em cujo guarda-punho estava gravada a seguinte inscrição — PRÊMIO BARÃO DE IGUATEMÍ.

Esse prêmio fora instituído pelo já Contra Almirante Forster Vidal, diretor da Escola, em memória daquele preclaro Oficial General.

Nascido a 4 de agosto de 1822, na antiga cidade do Desterro, era o segundo filho dos treze do Chefe de Esquadra Miguel de Souza Melo e Alvim, casado com D. Mauricia Elisia, natural de Santa Catarina. Seu pai, que desde Capitão Tenente, tantos serviços prestara àquela Província, portanto ao Brasil nos tempos coloniais, para mais se vincular à pátria adotiva, deixou essa brilhante progênie, continuadora de sua fecunda ação na Marinha e na administração pública.

Contando apenas 16 anos e sete meses, com os respectivos requisitos para a matrícula seguiu para o Rio de Janeiro, teve praça a 4 de março de 1839, na Escola de Marinha, onde logo conquistou reputação de bom estudante.

Promovido a Guarda-Marinha fez sua viagem de Instrução na fragata *Paraguassú*, passando depois a servir na *D. Amélia* e patacho *Patagônia*, do qual embarcou na fragata capitânea da Divisão que, sob o comando do Chefe de Divisão Theodoro De Beaurepaire, deveria ir a Nápoles a transportar a nossa futura imperatriz D. Tereza Cristina.

Nessa viagem muito aprendeu Alvim. De regresso, a todo o momento se punha à prova a competência dos nossos oficiais e marinheiros em cotejo com os da divisão napolitana que a acompanhava, composta da náu *Vesúvio* e fragatas *Isabel*, *Amélia* e *Parthenope*.

Para que se não tornasse enfadonha e monôtona a viagem, procuravam o Chefe Beaurepaire, o comandante e os oficiais da *Constituição*, por todos os meios, torná-la suportável à futura imperatriz sua estadia a bordo sem o conforto e os prazeres de seu palácio real. Era de ver, por isso, nos dias em que o mar permitia, depois de sinais feitos largarem de bordo da nossa capitânea escaleres para irem à da almiranta napolitana em busca do duque de Aquila, irmão da imperatriz, bem como do almirante para com ela jantar. Não só participavam destes ágapes; os demais comandantes também deles eram comensais e isso continuou até 3 de setembro, quando deram fundo no Rio de Janeiro.

Promovido a 2.<sup>o</sup> Tenente, passou Alvim a embarcar na fragata *Dois de Julho* e depois na charrúa *Carioca*, capitânea da Estação Naval do Sul.

O ativo oficial não se satisfazia com a missão imposta à Marinha. Sua lucidez de espírito bem compreendia que em nosso país uma função muito mais alta estava reservada à sua força naval e não só a de fazer marinheiros. Compreendia ele, com grande descortino que era preciso despojá-la dos obsoletos e enferrujadas engrenagens que a entorpeciam, vindas e herdadas tradicionalmente pelos chefes oriundos da ex-metrópole, alheios e avessos a qualquer melhoramento. Já isso havia observado Lord Cochrane, recomendando que se quisessemos ter Marinha efetiva, deveríamos nos despojar dos preceitos luzitanos. A falta de compreensão dos governantes acerca do valor da Marinha, como fator principal da nossa existência, principalmente depois da luta que havíamos sustentado contra as Províncias Platinas e na qual no dia 8 de abril de 1827, nos inesquecíveis bancos de Santiago, fizemos escritor platino escrever: *La gloria maritima de la Republica no quedó sepultada com los restos de su esquadra em el banco funesto del monte Santiago*", tinha feito com que fosse o mais descurado possível.

Criada de súbito, de destroços de uma Marinha decrépita, para limpar os nossos mares das forças luzas, desenvolveu-se sem bases sólidas, cheia de defeitos e preceitos, à espera de uma reforma radical da qual não se pôde cuidar, por se ver desde logo empenhada em luta externa e a seguir em outra interna para abafar explosões originadas pelas paixões partidárias, causa até hoje de todos os nossos males.

Cheio de ardor, o jovem 2.º Tenente, desejoso de aprender, com o intuito de, quando em posição, aplicar remédio ao mal que sofria a nossa força naval, esperançoso, foi praticar na Marinha americana, onde embarcado na fragata *Congress*, da divisão do comodoro Thurner, de estação na costa do Brasil, seguiu para os Estados Unidos, onde permaneceu todo o ano de 1845, só regressando no seguinte.

O mais brilhante atestado do seu aproveitamento que poderia apresentar o nosso oficial era de que — *Honraria a própria Marinha Americana se nela quisesse servir.*

Valeu-lhe ser elogiado: Pela maneira briosa e digna de oficial de honra com que se portou durante aquela comissão, mostrando zelo, inteligência em seu desempenho. Com efeito, diz Eloy Pessoa:

“Alvim, filho de uma província que sempre deu bons marinheiros, era um exemplo que se oferecia à jovem oficialidade da Marinha Nacional. Os seus êmulos o admiravam, aqueles que não podiam fazê-lo, fizeram esforços vãos para lhe descobrir de longe os senões e defeitos. Desses últimos alguns se converteram à verdade, reconheceram a superioridade de quem tinha por natureza o destino; os outros, sotaventaram-se até dar à costa nos parciais da reforma ou do esquecimento.

O Guarda-Marinha passou a 2.º Tenente e desde logo se tornou notável no serviço de bordo. Os anais da Marinha não contam a perda de um navio, um desastre, uma comissão malograda sob sua direção. E, entretanto, poucos oficiais desde moço comandaram tantas vezes, em todos os postos, nem tiveram tantas incumbências difíceis e arriscadas, como as que foram confiadas ao ilustre catarinense.

Isto prova a realidade incontestável de seus merecimentos do oficial de Marinha. Não era a proteção da fortuna nem um efeito do acaso que o distinguiu, porque acaso e fortuna de fatos positivos explicam-se por leis infalíveis e desde que há um insucesso a razão conclue que houve um desvio na observação dos preceitos.

Alvim sempre procedeu refletidamente em todos os atos de sua vida. Daí a felicidade que nunca o abandonou.

Nas coisas de mar, quer se tratasse de guerra, de viagens, de administração, de disciplina, em todos os casos recorria sempre ao seu admirável bom senso e à fonte inexgotável de seus conhecimentos profissionais. E portanto, as combinações que fazia conduziam-no logicamente ao acerto.

Cumprе confessar que mereceu constantemente a proteção do governo. Mas defina-se bem a palavra proteção. O governo deve-a, no interesse do serviço público, a todo o funcionário de merecimento e aptidão reconhecida pelo desempenho de comissões anteriores. Não é de conceito nas ocasiões difíceis pôr de parte o merecimento ainda vigoroso, para experimentar habilitações novas que terão a sua oportunidade de aproveitamento.

Em condições tais o protegido também protege o protetor, porque lhe salva a responsabilidade garantindo a execução irrepreensível das ordens recebidas.

Não é tão certo, como se acredita, que o tempo e a idade apurem os sentimentos da prudência e discernimento pelos quais nos devemos dirigir para satisfazer encargos sociais.

Quem na mocidade não revelou os dotes atribuídos à velhice experimentada não passará de mediocridade e depois de velho será um homem superior.

Na vida militar e na política, que é também uma vida de lutas, o general e o estadista pronunciam-se imediatamente.

Estão na história os nomes daqueles que, ainda na adolescência, venceram batalhas e governaram nações com tal perícia e acerto que supriram tudo quanto dariam longos anos de experiência.

E em mal dos velhos, como eu, diremos que os vícios da mocidade ele os aperfeiçoam com o tempo; o que não lhes acontece com aquelas virtudes que dependem do entendimento. Torres e Alvim revelou-se desde jovem, o que havia de ser.

Logo que se apresentou de regresso dos Estados Unidos, deram-lhe uma comissão afim de executar obras do Arsenal de Marinha, na Ilha das Cobras. Não estava porem, no seu temperamento tal função; chamava-o o mar. Pediu dispensa e obteve embarque na fragata *Constituição*, capitanea da Divisão do Sul, onde se tornou notavel o seu serviço.

Exigia cuidados o que se estava a passar no Sul, onde o ditador Rosas, qual aranha tenebrosa tecia paranhos sobre o Uruguai, Bolívia, o mesmo fazendo no Paraguai, para depois atirar-se sobre nós no propósito de nos arrebatrar as Missões. Este plano político que procuramos destruir pedindo a intervenção franco-inglesa, tivemos de fazê-la por nós mesmos, porque o interesse comercial e os recursos de que dispunham, fez ainda Rosas mais forte. A paga que nos deu o Paraguai pelo reconhecimento de sua independência e de termos mandado ilustrados oficiais nossos como Beaurepaire Rohan, Villagran Cabrita e Porto Carreiro, do Exército, e Caminada e Soares Pinto da Marinha, para levantar-lhe fortalezas e instruir o seu Exército e sua Marinha, nos custaria caro.

Forte o ditador de Buenos Aires com o fracasso da intervenção franco britânica, com a derrota do general Paz, de Corrientes e com a capitulação de Francia, do Paraguai, ordenou a invasão do Uruguai, que tínhamos, pelos tratados, o dever de defendê-lo.

Mais desafogado ficou o Brasil com o golpe que dera o inclito general Conde de Caxias no cordão umbelical da revolução que por dez anos agitava o Rio Grande do Sul, fazendo com que muitos de seus chefes, no seu ardor político, não passassem de titeres manejados dos bastidores de Palermo. Para cauterizar as feridas, houve patriota que deu a Caxias, escrita por suas próprias mãos, a receita com que havia de acalmar as dores e curar a cegueira dos farroupilhas. Foi um filho de Laguna, um cultíssimo oficial do nosso Exército, que como ministro da Guerra, sacrificando, embora, sua carreira política, deu ao seu prezado camarada e amigo para que a aplicasse em bem do Brasil, e muito concorreu para que no Rio Grande fosse desfeita a trama de Rosas que tinha para tecelão Frutuoso Ribeiro, o patriotismo do talvez mais rude dos farroupilhas, o general Canabarro, que publicamente e com toda a lealdade expôs aos olhos dos seus compatriotas. O ministro da guerra era então o brigadeiro Jeronimo Francisco Coelho.

Ia então ter Rosas a lição merecida e Torres e Alvim concorrer para ela.

Era de ver naquela época a pujança da nossa Marinha; tinha-se então em lembrança o preceito que nos havia deixado Thucidides e recordado na nossa primeira Constituinte pelo depois marquês de Cairú: *Queres o SENHORIO DA TERRA, BUSCA O PREDOMÍNIO DO MAR*, acrescido hoje do do *AR*. Prolóquio esse que até hoje não falhou.

No porto de Montevidéu entre 10 navios de guerra ingleses, montando 138 canhões e 1.310 tripulantes e outros tantos franceses, com 282 canhões e 2.230 homens de guarnição, além de 2 sardos, um americano e um português, apresentavamos as corvetas *Dois de Julho*, *Sete de Setembro*, *Bertioga*, *Euterpe*, *União*, brigue *Capibearibe*, transporte *Olinda* e patacho *Argos* e com a chegada do nosso almirante, mais a fragata *Constituição*, corvetas *D. Januária*, *D. Francisca*, *D. Afonso*, esta de vapor e vapores *Pedro II*, *Recife*, *D. Pedro*, *Imperador* e *Paraense* ou sejam 18 navios montando 2.297 praças e 171 canhões!

Coube a Caxias com 20.000 homens a invasão do Estado Oriental e com Urquiza, *com ele, sem ele e mesmo contra ele*, foram expulsas as tropas rosistas sob o comando de Oribe.

Restava livrar a Argentina de seu' algoz e do perturbador da paz sulamericana. Para isso o nosso Almirante, depois de dispor seus navios em proteção do Uruguai e de, apesar de ser inglês de nascimento, ter energicamente respondido aos almirantes inglês e francês, que haviam protestado contra o bloqueio do Rio da Prata, dizendo-lhe que cumpria ordem de seu Imperador e que não fazia outra coisa mais do que praticar o que eles haviam feito e mais que abriria fogo contra aquele que fosse em auxílio das forças de Oribe.

Tomando o *D. Afonso* a reboque a *D. Francisca* e tendo ao costado os vapores *D. Pedro* e *Pedro II* e a *União*, o *Recife* e o *Caliope*, prontos para combate, na manhã de 17 de dezembro, e depois de ter recebido a seu bordo 1.192 homens na 1.<sup>a</sup> Brigada de infantaria, caminharam marinheiros e soldados para a imortalidade.

Para evitar mortandade na tropa de desembarque, que ia auxiliar Urquiza, ordenou o Almirante Grenfell que se recolhesse à coberta dos vapores em que se achavam, o que foi conseguido a contra gosto dos bravos soldados que a todo o custo queriam compartilhar com os camaradas de bordo da mesma glória. Só foi permitida a presença na tolda do comandante da Brigada, o coronel Francisco Felix Pereira Pinto, do major comandante de corpos, alguns oficiais do estado-maior e atiradores e bem assim dos coronéis argentinos Domingos Sarmiento, Bartolomeu Mitre e Venceslau Paunero.

Estava o Passo do Tonelero guarnecido por 16 peças em alta barranca a dominar toda a volta do rio e por 2.000 homens de infantaria. Ao meio dia estando os navios a meio tiro de fuzil daquele passo, começou a cair sobre eles uma chuva de projetis de todos os calibres. As incessantes saraivadas de balas ardentes, de metralha e de fuzilaria, respondiam os navios na sua vagarosa marcha com tal precisão, que cada tiro dado era uma peça inimiga desmontada. Tal perturbação causou nos defensores do passo o nutrido e certo fogo da divisão do glorioso mutilado que, logo se teve a certeza de que a vitória seria nossa. E, durante 80 minutos o fogo começado pelo *D. Afonso* e *D. Francisca* e terminado pelo *Caliope* continuou ininterrupto com extraordinário vigor pelos demais, pois marinheiros e soldados, entusiasmados pelo valor e serenidade de seus oficiais e comandantes, cada qual, com mais ardor, batia-se a peito descoberto, dando as maiores provas de valor e sangue frio.



O *Caliope*, o mais fraco em estrutura e armamento, porem, um dos mais fortes pelo espírito que o dirigia e animava, com ufânia seguia impávido as evoluções do capitânea. Alvim, seu comandante, cujo semblante risonho de satisfação, demonstrava uma calma admiravel e bravura sem igual, seguia, sem alardes o exemplo do seu chefe, que ao lado do seu capitão de bandeira, Jesuino Lamego Costa, como disse escritor argentino: "*Con toda la serenidad en los tambores del vapor con su amtejo en la mano, de gran uniforme, como se trataba de un dia de fiesta, afronta el peligro mientras Ilhovian las balas en su derredor*".

Disse a parte oficial ter sido o *Caliope*, que, por ocupar a cauda da linha, sofreu por isso o mais aturado fogo.

Para galardoá-lo foi Alvim condecorado com a comenda da Ordem do Cruzeiro e dez dias depois promovido a Capitão-Tenente graduado em atenção aos seus serviços. Certo, deveria ser a efetividade do posto e não a graduação. Era preciso não preterir aos que comodamente se deixaram ficar no Rio de Janeiro, que o foram contemplados. Nunca reclamou Alvim contra tal injustiça! Seu nobre orgulho de militar brioso, que nunca enfraquecia e sua altivez de carater, entendiam que não deviam fazer alegações de serviços de merecimento, julgava os homens pelo seu estalão. Os ministros passam, dizia ele, com o bem ou o mal que fizeram, mas a Nação tem um chefe que observa e aprecia os factos e com a necessária influência para promover a reparação das injustiças.

Foi condecorado com a medalha da campanha, e logo depois elogiado com outros oficiais entre eles, seu irmão o 2.º Tenente José Alvim, pelos relevantes serviços prestados na extinção de um grande incêndio no edifício das Obras Públicas.

Nomeado em 1852 comandante da barca *Berenice*, no Rio da Prata, tão perito conhecedor se tornou daquele estuário, que quer de dia, quer de noite, soprasse duro o pampeiro ou vergastasse dura suestada, estivesse nublada ou não a costa, pode-se dizer, conhecia sem marcações os canais e os alfaques. Tanta confiança tinha em si, que ofereceu-se ao governo para exercer as funções de práctico daquêle estuário a bordo do seu navio o que foi aceito, com a responsabilidade de qualquer acontecimento, independente das obrigações de comandante.

Capitão Tenente efetivo em 2 de dezembro de 1854, seguindo na divisão mandada ao Paraguai sob o comando do chefe Ferreira de Oliveira. De regresso teve o comando da *Imperial Marinheiro*, o primeiro deste nome. No comando deste navio alisou os mares desde as Falklands até Montevidéu.

Conta-se como uma de suas façanhas, ao entrar no porto de Montevidéu, tangido por um pampeiro, avistar a fragata *Congress*, onde havia feito aprendizagem, o que acabava de chegar, tendo ainda o pessoal às vergas a ferrar o pano, ordenar Alvim ao gageiro-grande do seu navio, que se pusesse ao lais de sua verga para apertar a mão do seu camarada do navio americano. Tão seguro estava de sua manobra e do seu golpe de vista que realizou o seu intento, quase que se tocando os laizes das vergas de ambos os navios, dos quais um *urrah* unisono se levantou por tão ousada façanha.

Promovido a Capitão de Fragata, saiu em 1857 em viagem de instrução com uma turma de Guardas-Marinhas. Em Lisboa recebeu a visita do rei D. Fernando e de sua côrte e depois em Cadix, Gibraltar, Toulon, Genova, Napolis, Palermo e Argel, seguiu para Plymouth e Portsmouth, merecendo recepções condignas que soube retribuí-las com alta elegância e fidalguia.

Dalí partiu para Cherburgo, em cujo porto festejou a 2 de dezembro a data natalícia do então nosso Imperador com um suntuoso baile dado no salão de honra da Mairie Local, isto é, no Paço Municipal da cidade, ao qual compareceram altas autoridades e a alta aristocracia não só da cidade como dos subúrbios, bem como os oficiais da esquadra russa que se achava no porto. O Almirante Tamandaré que achava em Paris veio especialmente para tomar parte na festa.

Como verdadeiro profissional que era, tinha Alvim a perfeita intuição de que os segredos da carreira que com tanto amor abraçara e que é a mais especial de todas e que por isso precisa ser aprendida desde a infância com dedicação da vida inteira, ele os transmitia com entusiasmo ao futuros oficiais que sob sua áustera, porem, bondosa autoridade fizeram a viagem regulamentar. O brilhantismo com que desempenhou essa comissão e o relatório que apresentou o qual foi mandado publicar em avulso, porque continha esclarecimentos de incontestavel utilidade para os seus compa-

nheiros de profissão, valeu-lhe o louvor pela briosa e digna conduta civil e militar de que deu excelente prova.

Já chamava ele a atenção dos nossos governantes para as vantagens dessas viagens, afim de esclarecer os povos europeus dos enganos e ignorância em que se achavam do nosso desenvolvimento social; pois, nos julgavam bárbaros e incultos.

É que certamente aprendiam no *Dicionário de História e Geografia de Gregoire*, o que transcrevo: Brasil, capital Chili. Pays de nègres et de sauvages et de la fièvre jaune. Empereur c'est D. Pedro II".

A ligação da Europa ao Brasil por meio de um cabo submarino, veio exigir de nossa Marinha o importantíssimo e penoso serviço de proceder a sondagem do Atlântico e do mar das Antilhas, nas costas da Venezuela. Para a execução desta árdua missão a batometria ainda era rudimentar. Coube a Alvim executá-la.

No comando da corveta *Beberibe*, nomeado em julho de 1861, desempenhando-a com brilhantismo pouco comum, começando-a do Cabo de S. Roque às Ilhas do Cabo-Verde.

Foi esta comissão uma verdadeira exploração científica, demonstrando no substancioso *Relatório* que apresentou, pois Alvim, que herdara a modéstia de seu ilustre pai e só revelava o que sabia quando o dever e as circunstâncias o exigiam, nos trabalhos apresentados à Secretaria de Marinha, demonstrou que os seus estudos profissionais eram de uma esfera muito superior, abrangendo toda a variedade de conhecimentos exigidos do moderno oficial de marinha.

Pelo satisfatório desempenho dado a este importantíssimo trabalho, que digamos, pode-se afirmar desconhecido totalmente pela Marinha atual, como na história da implantação do telégrafo entre nós, foi Alvim louvado em fevereiro de 1862, já então promovido a Capitão de Mar e Guerra, por decreto de 2 de dezembro de 1861.

Havia saído em agosto com destino a Nova York, com escalas pelo Recife, apanhando na travessia um *typhon* chegando a 9 de setembro. Naquele porto se achava o nosso ministro Lisboa à espera do príncipe de Joinville acompanhado pelo seu filho o duque de Penthèvre e seus sobrinhos o conde de Paris e o duque de Chartres, os quais do paquete *Africa*, desembarcaram em um escaler da cortá. Ofereceu-lhes Alvim a bordo no dia seguinte um almoço.

No dia 15 seguiu Alvim para Washington, onde se foi entender com o diretor do Observatório Astronômico, James Gels, substituto de Maury a quem tanto a oceanografia e que por ter aderido à causa do Sul na guerra da Secessão havia abandonado o seu posto, aquele mesmo cientista que, por falta ou desídia nossa, de não lhe termos enviado em tempo os elementos por ele pedidos para os estudos das corrente e ventos em nossas costas, tivera a dureza de dizer em documento público que — *Pouco se poderia esperar de um povo que possuía o pão e o leite vegetais.* (Naturalmente se referia à mandioca ou à fruta Pão e ao leite de massaranduba).

Nos entendimentos que teve com o diretor daquele Estabelecimento e com os empregados do *Geodetic Coast Service Survey*, convenceu-se de que os prumos de Brooks não serviam para com eles obter prumadas pela necessidade de serem feitas em escaleres e serem de forma esférica. Veio-lhe então à idéia a modificação do sistema de desligamento dos que foram usados na sondagem entre a Irlanda e a Terra Nova. Com muita dificuldade encontrou em Nova York quem de tal serviço se encarregasse, devido à luta entre o Norte e o Sul.

No dia 9 de novembro prontos os 50 prumos e 6.500 braças de sondareza, colocadas nas máquinas de suspender, rumou para S. Vicente, navegando quase todo o tempo à vela, onde chegou a 7 de dezembro. Depois de ter pesquisado uns bancos de areia assinalados nas cartas de entre as latitudes  $10^{\circ}-05'N$  e  $10^{\circ} 01'N$  e long.:  $27^{\circ}-35$  e  $27^{\circ}-32'OGren.$ , sem encontrá-los prumando em 2.900 braças, atribuindo o seu desaparecimento a fenômenos sísmicos comuns àquelas paragens, prosseguiu rumo para os Penedos de S. Pedro, onde a 4 de janeiro, enquanto um escaler rondava ao redor, Alvim, em outro acompanhado pelo 1.º Tenente Pinheiro, encontrando pelo lado de NW uma pequena aberta nela penetraram e com dificuldade no rochedo subiram. Com o emprego do sextante determinaram a posição da ilha, achando para coordenadas;  $0^{\circ}-55^{\circ}-40''N$  e  $29^{\circ}-22'-41''WGr.$ , enquanto as determinadas a bordo deram:  $0^{\circ}-55'-40''$  e  $29^{\circ}-22'-47'' WGr.$  Variação mag.  $12^{\circ}-33 N.$  Depois seguiu para Recife donde partiu para o Rio de Janeiro.

Fazendo parte da Divisão Naval em Montevidéu, comandada pelo Chefe de Divisão Jesuino Lamego da Costa, o mesmo que havia



**Almirante Francisco Cordeiro Torres e Alvim**  
**Barão de Iguatemi**

sido apresentado pelo partido conservador a disputar uma cadeira de deputado à Câmara pela sua província natal, em concorrência com o major de engenheiros João de Souza Melo e Alvim, que era feito pelo Partido Liberal, não serviu este fato para quebrar a amizade entre ambos. Diga-se que mais tarde, ambos apresentados para concorrerem à uma vaga no Senado, declarou João Alvim retirar sua candidatura para não hostilizar a de quem tantos serviços havia prestado à Pátria. Belo exemplo moral que serve de fogo a muita gente. Eram militares que não cometiam crimes de lesa-pátria entregando-se ao personalismo político partidário, deixando de concentrar seus pensamentos individuais nos altos interesses pátrios.

Com a ida de Lamego Costa a tomar assento no Senado, ficou Torres e Alvim no comando da divisão, içando seu pavilhão na *Imperial Marinheiro*.

De volta ao Rio de Janeiro foi nomeado para fazer parte da comissão encarregada de apresentar modificações que à arte naval decorreram dos combates travados entre as forças federais e confederadas dos Estados Unidos, onde os seus conhecimentos, pela leitura dos fatos, aliados ao seu talento, muito elucidaram assuntos debatidos. Nomeado, e com prazer aceitou, o comando da Divisão Naval na Baía, para onde seguiu. De regresso foi nomeado membro do Conselho Naval, donde novamente seguiu para a Baía.

O conceito em que era tido pelas provas deixadas no Conselho Naval e em tal conta era tida a sua opinião, que por aviso de 3 de dezembro foi nomeado, por imediata resolução imperial, tomada em consulta do Conselho de Estado de 6 de outubro para fazer parte do dito Conselho na sessão que tinha de dar parecer sobre o requerimento em que vários oficiais da Armada pediam para serem remunerados nos termos da resolução da Assembléa Legislativa de 15 de outubro de 1836 pelos serviços relevantes que prestaram na províncias do Pará e Rio Grande do Sul, lei essa que prejudicava os *comodistas* de todos os tempos. Dado o parecer regressou à Baía.

Lá no Sul estava parte de nossa esquadra a pelejar pela honra nacional sob o comando da alta visão do grande marinheiro cuja fé de ofício é o espelho imaculado de toda a história das nossas glórias navais, a do marquês de Tamandaré, em cujo brasão não somente

floresciam as rutilações de uma ilustre espada cheia de vitórias, mas também o inexcedível patriotismo de um grande e virtuoso cidadão.

Havia ele cometido um erro tático, é verdade, em tomar Paissandú, confiado unicamente em seus canhões, uma praça fortificada, empregando com menor número de atacantes do que os defensores. A demora do nosso exército, por falta dos elementos pedidos e as exigências da burocracia, a isso o obrigou. Com a posse da praça, abriu ele caminho para que pudessemos escrever a epopéia que se seguiu, dando ao Brasil a glória de ter aberto ao mundo a navegação do Paraguai. Não era atacando Montevideú, como queriam os políticos arvorados em estrategistas que se impediria o socorro às tropas de Aguirre pelos entre-rianos, corrientinos e pelos paraguaios, que Tamandaré podia dar-nos uma base de operações no estuário do Prata. Se em Paissandú, teve de ameaçar do uso de seus canhões para repelir as intimações de ingleses, franceses, italianos e espanhóis que se opunham ao bombardeio, dizendo que tinha canhões para terra e para quem ousasse opor-se ao seu desígnio, maiores troços encontraria em Montevideú, até sua libertação.

A visão de Tamandaré salvou a nossa honra.

Tamandaré, procedendo como fez, substituiu por um pé artificial o natural que tivemos no estuário do Prata que devido aos fatores tão claramente, como nenhum outro, o ilustrado Coronel Souza Doca, pelo *Jornal do Comércio*, tem mostrado como deixamos gangrenar e amputá-lo. Já que havíamos perdido o olho mais vigilante que a natureza nos havia dado para vigiarmos as fronteiras do Oeste, que era a Colônia do Sacramento, que importava ao interesse dos políticos a perda de um pé?!

A Marinha já havia aberto o caminho dando ao mundo um ináudito exemplo do seu valor destruindo em Riachuelo a esquadra paraguaia, pondo em alarme as tropas invasoras.

Isto fez com que Alvim pedisse um favor, qual o de compartilhar com seus companheiros de seus futuros triunfos.

Reunido à esquadra, teve ordem de Tamandaré o vencedor de Riachuelo de vir fundear mais abaixo, em vista da obstinação do inimigo em bloquear a esquadra. Havia ele fortificado com 36 canhões, apoiados em 2.000 homens o passo de Mercedes, estreito e correntoso canal entre as barrancas e que pela existência de um

banco, obrigava os navios a se encostarem à margem esquerda. Ao sinal do chefe, a 3.<sup>a</sup> Divisão, ao mando de Alvim, composta de *Ivahy*, *Itajahy* e *Beberibe*, em cujo navio se achava, seguiram. Ao enfrentar a esquadra o formidável baluarte inimigo, recebeu à queima roupa as lavas daquele vulcão, além do fogo de dez estativas de foguetes à Congrève e de toda a fusilaria, disposta de tal modo que os navios a recebiam pela proa, pelo costado e pela popa. Respondiam eles com toda a galhardia àquelas descargas sucessivas. Ao enfrentar a *Beberibe* as baterias, uma bala rompendo-lhe o gualdrope do leme fê-la desgovernar e atravessar a correnteza. Nesse transe do qual se aproveitou o inimigo, fazendo convergir sobre ela o fogo de seus canhões, não se perturbou o chefe Alvim. Com aquela clareza de intuição e firmeza de ação confiando na sua força hércula, auxiliado pelo então 1.<sup>o</sup> Tenente Forster Vidal e por alguns marinheiros, agarrou o gualdrope partido, e sustendo-o, conseguiu meter a rumo o navio e continuar imperturbável o combate.

Com aquele lampejo de clarevidência, evitou Alvim que os navios seus matalotes de ré viessem se esbarrar sobre ele, trazendo resultados os mais funestos. Com seus canhões desmontados ficou desmoralizada a fortificação.

Mais abaixo e mais formidável havia uma outra, qual a de Cuevas com 40 peças de todos os calibres e protegidos por 3.000 homens. Reparadas as nossas avarias, com o mesmo sucesso foi ela transposta. O *Amazonas* recebeu mais de 40 balas, a *Ypiranga* mais de 30 e a *Beberibe*, a que mais sofreu, pois além de mais de 30 balas recebidas, teve o maior número de mortos e feridos. Na *Ypiranga*, seu comandante, que se achava atacado de tifo, seu pundonor militar, fá-lo levantar-se de sua cama, apesar dos protestos de todos os oficiais; faz-se levar em uma cadeira para o passadiço e nela sentado dirige o combate, caindo-lhe ao derredor mortos o aspirante Nascimento e diversos marinheiros. Feita a passagem, é levado logo depois ao hospital onde pouco depois falece. Santa Catarina orgulha-se de tal filho. Alvaro Augusto de Carvalho, irmão do afamado construtor naval Trajano de Carvalho!

Limpo por nós o território argentino das tropas paraguaias, para deixarmos por quatro anos parte de Mato Grosso em poder deles, seguiu a esquadra para Corrientes, onde entrou Alvim a dar pa-



tes provas do seu valor e atividade. No comando de uma divisão de navios de madeira foi até Três Bocas, na costa paraguaia, abandonando o inimigo a posição à sua aproximação. Regressou no mesmo dia.

Havia chegado o Almirante Tamandaré a Corrientes a 21 de fevereiro de 1866. A história fará justiça ao grande patriota que foi o Almirante Tamandaré, a quem coube, pela sua inteligência, capacidade e infatigável energia e patriotismo aplainar o caminho político em meio totalmente infenso e suspicaz e planejar com sua genial visão a vitória do seu amado país.

Para honra e glória de sua Pátria, que lhe importavam as amargas sátiras que a nossa imprensa encabeçada pela Argentina lhe desferissem acerbas críticas por ter deferido a Barroso, em quem confiava tanto como em si próprio, a ação de enfrentar a esquadra inimiga, em vez de deixar a alta missão de que se achava investido de diretor da guerra!

Ele se em Buenos Aires se não deixasse ficar, não teria no malhado tratado da tríplice aliança, subtraído a nossa esquadra do mando direto de Mitre e mais tarde não poderia dizer: "Seria um absurdo e uma indignidade monstruosa sujeitar nossas forças de uma maneira tão completa a um general estrangeiro que não podem deve dispor do sangue brasileiro e de nossos recursos, a seu arbítrio". Era esse o ponto sensível da árdua crítica.

Não descansava Alvim em sua constante atividade; reconhecimentos, levantamentos de plantas hidrográficas no Paraná, sem auxílio de práticos, lutas contra chatas, desencalhe de navios, suportando privações, sob a ação de um clima inóspito, de vigílias contínuas, foi o primeiro a bombardear a terra paraguaia, tudo isso até que Tamandaré triunfasse no seu ponto de vista sobre o general Mitre quanto à invasão do território inimigo. Dizia o nosso Almirante com aquela altiva e serena consciência ditada pelo patriotismo; "A nossa posição é a mais brilhante que se poderia desejar. Temos nas portas do inimigo um numeroso exército que deve ser em breve aumentado com 10.000 homens, conforme V. Ex. me assegura e uma forte esquadra, moralizada por triunfos sucessivos e entusiasmados, que — sós — poderão abater o orgulho do inimigo e mostrar aos nossos aliados o poder do Império.

Devem estes grandes elementos de força serem suplantados pelos relativamente inferiores dos aliados e representar papel secundário? Não há um só brasileiro que pense em tolerar semelhante coisa, que infelizmente pode realizar-se, se não tomar o governo imperial desde já a resolução de expedir as instruções que solicito.

Conhecendo quanto o governo imperial se empenha em sustentar a honra e o brio da nação não hesitarei, em caso extremo, em tomar a responsabilidade de chamar o general Osorio para meu lado, afim de proseguirmos na guerra nacional que sustentamos, porque nos acompanhará todo o povo brasileiro". Tamandaré via claro!

No canhoneio de 28, depois do dia anterior, no *Baía*, depois de Alvim andar a batalhar contra as chatas, recebendo seu navio 39 balas e o *Barroso*, 20, fazendo-se uma delas em estilhaços, feriu-o bem como ao 1.º Tenente Forster Vidal e o 2.º Tenente Saturnino de Carvalho. Não abandonou Alvim o seu posto. Havia limpo a margem do Paraná de chatas. Havendo encalhado o encouraçado *Brasil*, tomou a si Alvim o desencalhe, o que realizou depois de doze horas de exaustivo trabalho. Ainda naquele trabalho valeu-lhe sua força muscular, não deixando que o navio atravessasse a correnteza do rio.

Coube-lhe a escolha do local onde se deveria dar o desembarque do exército aliado. Subiu no comando de uma divisão o rio Paraná e depois novamente em serviço de reconhecimento. Depois o de proteger as tropas que se apossaram da Ilha da Redenção.

Havia Tamandaré vencido das resistências que lhe opunha o general Mitre. Ia, por fim, empreender uma operação militar da mais alta envergadura e que seria mais um triunfo para a nossa Marinha, a maneira pela qual foi realizada, incomparável por outras dirigidas por mestres consumados na arte de guerra, pois, onde, ela teve lugar, pela presteza e precisão com que foi feita, longe de todos os recursos, serve de exemplo, constituindo um dos mais completos triunfos do nosso Almirante que teve em Alvim e no Tenente-coronel de engenheiros Carlos de Carvalho os mais preciosos colaboradores. Esse feito tem ficado até hoje sem a evidência que merece.

Havia afirmado Tamandaré que faria o transporte do Exército sem a perda de um único homem. Que com os seus recursos poderia,

transportar de um só golpe de 8 a 10.000 homens e que a passagem do Exército que já era então de 40.000 poderia ser efetuada em um só dia.

A direção do embarque foi confiada a Alvim e ninguém como ele que em doze transportes, no maior silêncio, ordem e método foram embarcadas a 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Divisões do nosso Exército com oito bocas de fogo ao mando do general Osorio.

Coube depois a Alvim subir novamente o Paraná, navegando durante seis dias para conduzir as tropas do general Barão de Porto Alegre para o Passo da Pátria pondo alí 1.750 homens e mais 7.500 em seguida, merecendo brilhante elogio daquele bravo general. A respeito do modo pelo qual Alvim se desempenhou daquela comissão, disse um oficial do 2.<sup>o</sup> Corpo: "No trajeto de Loreto até aquí, foi uma verdadeira festa; graças à gentileza e amabilidade do chefe Alvim, o oficial da nossa Armada que mais confiança inspira ao Exército pela inteligência, perícia, zelo e bravura de que tantas provas há dado. Sem práticos, sem água suficiente, por lugares desconhecidos, soube esse intrépido marinheiro conduzir a divisão de seu comando até o ponto em que recebeu 7.500 homens que hoje atraem a atenção de todos pela saúde, moralidade e disciplina que revelam".

Adotado o plano de Tamandaré para que se saísse da inação do comandante em chefe das forças aliadas, depois da gloriosa batalha de Tuiuti, foi tomada a fortaleza de Curuzú e não o foi a de Curupaití, porque a vaidade e o orgulho, aliados aos interesses pessoais e políticos e de dar prestígio à sua nacionalidade em desfavor da nossa, fez falhar o plano já sabido por Lopez, desde a célebre conferência com o ditado paraguaio como afirmam oficiais que foram do seu estado maior.

O transporte das tropas para o ataque a Curuzú havia sido feito por Alvim, que foi elogiado. Sempre com bom humor, porem no seu orgulho de militar entendia ele que de mais valia o serviço no qual fazia praça o canhão do que o dele — o de *bagageiro*.

Vencera a mesquinha política que subordinava às conveniências partidárias o interesse nacional, fazendo arredar da esquadra o valente marinheiro que era um escudo de nossa nacionalidade não consentindo nela mossas.

Veio Caxias com poderes mais amplos, porem, ainda com péas políticas que de muito pedia Tamandaré para que fossem cortadas e que não foram atendidas.

Mais tarde a Correspondência de Caxias com Paranaguá, ministro da guerra que se lê no precioso trabalho do culto general Tasso Fragoso a *Guerra da Tríplíce Aliança*, e do que escreveu o erúdito general Bormann, muito servem de apoio a Tamandaré. Evidenciam o patriotismo do velho marinheiro.

Iniciada foi a nova campanha.

Passou Alvim a comandar a 1.<sup>a</sup> Divisão da esquadra, arvorando seu pavilhão no encouraçado *Silvado*, começando desde então o martelamento sobre Curupaití. Foi em um deles que Alvim recebeu em seus braços morto o nosso reputado hidrografo Vital de Oliveira seu capitão de bandeira.

Promovida a chefe de Divisão por decreto de 21 de janeiro, só mais tarde teve conhecimento de tal galardão. Mereceu justos elogios pelos bombardeios que executou em março e maio, sustentando com toda a galhardia o nome brasileiro.

Com a retirada do general Mitre, que ao despedir-se da pouca tropa que deixava não se dignou de fazer a menor alusão aos nossos soldados que por tanto tempo comandara, pôs-se logo Caxias na ofensiva. Acabou-se desde então a inércia. Já no dia 15 de agosto escrevia nova e empolgante página, tal a passagem de Curupaití, considerada pela imprensa favoravel a Mitre de somenos importância. Por este fato foi Alvim elogiado. O seu navio recebeu 37 balas.

Para que nossos navios não ficassem bloqueados entre Humaitá e Curupaití, lembrou Alvim a construção de uma via férrea de 6 milhas de extenção. A esta estrada de ferro estão ligados três nomes de catarinenses; o de Alvim que a lembrou, a de Marques Guimarães que a construiu e o de Lamago Costa, que como inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro fez, em três dias, serrar e embarcar 5.000 dormentes como fez que em quatro meses e vinte e três dias fossem construidos monitores que transpuseram Humaitá, como haviam sido construidos os encouraçados *Tamandaré* e *Barroso*.

Resolvida de acordo com Caxias, que já havia dado à esquadra um ponto de apoio acima de Humaitá, essa passagem, a pedra an-

gular da defesa do Paraguai, que a arte, paciência, a previsão e a premeditação, aliada à natureza tinha feito um baluarte, reputado intransponível por autoridades inglesas, francesas e americanas. Esta passagem ia caber a Alvim, mas era preciso que a outro coubesse a morte ou a glória da empresa e o destino disso se encarregou. Houve também na substituição de Alvim, além de outros fatores pessoais que diziam respeito à nacionalidade, a dar crédito em cartas que tivemos às mãos e que chegaram às mãos de Alvim depois da passagem feita.

A chamado de Alvim para substituir o Chefe do Estado Maior da Esquadra, o que depois foi o barão de Angra que havia dado parte de doente, acumulando o comando da 2.<sup>a</sup> Divisão da Esquadra com grandes louvores em ordem do dia parece ter escondido o propósito.

Coube a Alvim proteger a passagem dos monitores pela fortaleza de Curupaití e depois para a grande passagem. Enquanto isto reproduzia a imprensa de Buenos Aires as censuras feitas a Tamandaré que na época só dispunha de quatro encouraçados por não ter transposto Curupaití e Humaitá, o que não se havia feito, justamente porque, não lhe foi dado, como Caxias o fez, um ponto de apoio. Tanto assim pensava o brigadeiro general Mitre que no seu plano de campanha, escreveu: "Se a esquadra me pertencesse exclusivamente não trepidaria um momento em reiterar a ordem de forçar o passe a todo o transe até perder pelo menos dois terços dos encouraçados; perdendo, bem perdidos ficariam, pois, só assim se provaria com o único argumento, que a empresa era humanamente impossível, sendo certo que, se a esquadra não se prestar a forçar a posição de Humaitá para o que foi criada, não tem objetivo algum nesta guerra. Digo isto pelo que me diz respeito. Quanto ao almirante faz bem em preservar a esquadra se não está penetrado de igual convicção e crê que a empresa seria necessariamente de funestos resultados, como o marquês de Caxias faz bem apoiá-lo, deixando a oportunidade da execução ou a renúncia da empresa ao zelo, honra e valor de conhecidos do mesmo almirante, fundando-se na competência do seu voto enquanto não recebe instruções mais precisas de seu governo sobre o caso".

Combinada a passagem de Humaitá por uma Divisão de três encouraçados, dois dos quais construídos no nosso Arsenal, *Barroso* e *Tamandaré*, bem como os monitores *Pará*, *Rio Grande* e *Alagoas*. O *Baía* era de construção inglesa.

A 19 de fevereiro de 1868 dava a Marinha cabal resposta a Mitre e ao mundo, um exemplo.

É por todos sabido o épico daquela passagem que teve para completá-la o ter sido feita por um monitor desgarrado, sob o comando do então 1.º Tenente Mauriti.

Para dizer-vos o que foi aquela passagem vou buscar unicamente o que disse um gratuito inimigo nosso, compatriota de Thompson, auxiliar e conselheiro de Lopez, diretor do *Standart*, que se publicava em Buenos Aires, resgatando assim a sua mal querença.

*Grande Vitória Naval. BATALHA DE HUMAITÁ.*  
— Os canhões dos encouraçados brasileiros quando forçaram o passo de Humaitá ecoaram neste continente e se fizeram ouvir na Europa. Nenhum acontecimento de igual importância ocorreu nesta parte do mundo nesta geração, e para honra do pavilhão brasileiro é necessário que a vitória naval alcançada é a todos os respeitos digna de figurar a par das de Aboukir e de Trafalgar.

“O Brasil pode bem usar-se de sua vitória, porque não só lhe dará o domínio completo do rio Paraguai mas deu ainda um dia de glória ao poder naval, que a posteridade há de venerar. O espírito de partido e o rancor político poderão procurar despir esta grande vitória naval da sua grandeza e atribuir o feliz resultado menos a bravura do marinheiro brasileiro do que à condição gasta e exausta do inimigo, mas sabemos de fonte insuspeita que os canhões da fortaleza fizeram fogo com rapidez incessante e que os efeitos terríveis dessa descarga medonha de artilharia pesada eram tais que a terra tremia em Itapirú, distante sete ou oito milhas de Humaitá, e que a água do rio arrebatava em ondas em suas margens.

*“Isto prova que a artilharia de Humaitá estava bem guarnecida e que a despeito da grande demora, o inimigo estava bem preparado para disputar a passagem. Oficiais conhecidos das marinhas americana, inglesa e francesa que haviam visto Humaitá, examinando a posição e percorrendo as baterias concordaram unanimemente no seu grande poder.*

*“Há três anos que a maior esquadra que jamais sulcou essas águas tem estado ancorada fora do alcance dos canhões; a difficil navegação do rio; as voltas constantes do canal fazia crer a um povo que duvidava e talvez tinha zelos que a esquadra brasiliense nunca passaria Humaitá. O Brasil, porem, reenvindicou sua honra e estabeleceu uma reputação naval ante a qual o resto da América do Sul há de se curvar.*

*“A passagem de Humaitá é tambem um triunfo da ciência e recomendamos o fato à atenção dos officiais da Marinha inglesa; três encouraçados brasilienses, todos construidos na Inglaterra (enganou-se o escritor, pois unicamente o “Baia” o foi, os demais no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro), sustentaram durante 42 minutos o fogo de 180 canhões e pelo menos metade desse tempo foi em distância de fogo de pistola.*

*“Nada há anteriormente na história naval que iguale este feito; pelo contrario, os profissionais, depois da batalha de Lissa perderam a fé nos encouraçados; nós, porem, pensamos que a batalha de Humaitá estabeleceu para sempre a supremacia, e a Europa pode aprender com este combate. Nenhuma batalha na América do Norte, nem no mar alto pode ser comparada a este feito.*

*“Os navios tiveram que dobrar pontas de terra para ganhar o canal, e ai chegando achavam-se logo ao alcance do fogo das baterias que os varriam de proa à pôpa.*

*“Debaixo deste fogo tiveram de seguir e encostar-se à margem onde estava assentada a melhor artilharia da América do Sul para os crivar de balas; tiveram que na-*

vegar quase à boca das peças, enfiadas de artilharia de 40, da margem oposta do rio.

“Obrigados a seguir uma pequena volta do canal, chegaram ao ponto onde se achavam as correntes que atravessavam o rio e as baterias dessas correntes na margem esquerda.

“As chapas de ferro estabeleceram a sua supremacia e ninguém o pode negar, quando se vê que três monitores não foram submergidos por este fogo.

“Nem devemos perder de vista a bravura dos oficiais e praças que afrontaram uma morte quase certa para o triunfo do seu pavilhão em uma hora dessas. Não, o comandante brasileiro mostrou-se o bravo dos bravos, ele e seus comandantes merecem as mais altas recompensas que o país pode dar.

“A fortaleza de Humaitá não é de construção recente. Foram precisos três anos para humilhá-la e dez vezes este tempo para construí-la. Os rendimentos de uma nação inteira, a riqueza de um país, auxiliados pelos melhores engenheiros da Europa. Tudo contribuiu para tornar Humaitá inexpugnável. Ninguém que viu a praça duvidou da sua força.

“O velho presidente Lopez tinha uma fé tão robusta na sua inexpugnabilidade que acreditava que se o próprio Xerxes atacasse o Paraguai não passaria Humaitá.

“Essa mesma confiança incutiu-se no povo paraguaio. A sua senha era Humaitá e talvez a idéia exagerada de sua força que tinha o Lopez atual, pode-se atribuir os erros políticos que, passo a passo, desviaram esse infeliz homem da política cautelosa de seu pai, para se arvorar campeão do equilíbrio do Rio da Prata.

“O Brasil com esta vitória abriu ao mundo a navegação do Paraguai. Poderá alguém duvidar da importância de um combate que deu resultados destes?

“É possível que os valentes paraguaios ainda se reunam em torno da bandeira de seu chefe até hoje invicto;



*talvez nos cumes dos montes de sua pátria ainda se acendam fogueiras de sinal e que eles disputem palmo a palmo ao invasor o seu solo natal.*

*“Este povo extraordinário já deu provas de coragem e patriotismo que tem conquistado a admiração e o respeito dos seus próprios inimigos. Mas a bem da humanidade apelamos para a paz. O principal e grande fim da guerra está próximo. Humaitá e não Lopez era a verdadeira pedra de escândalo. A estupidez dos estadistas sul-americanos tolerou a sua construção; o sangue de milhares de homens desmoronou afinal os seus baluartes.*

*“Do ponto de vista político e moral a vitória é completa e se essa guerra tem custado milhões e torrentes de sangue esperamos que para o Rio da Prata e o Brasil haverá resultados que compensem”.*

Muito cooperou Alvim para esse estrondoso feito.

Tendo adoecido o Almirante, já Barão de Inhauma, assumiu Alvim temporariamente o comando da esquadra em operações. Sob seu direto comando foram bombardeados Curupaití e Humaitá. A ele se deve ter impedido a fuga dos defensores desta última fortaleza. Devido a suas acertadas ordens, pensando a guarnição de Humaitá nos surpreender fora ela a burlada. Vieram os combates no Chaco. A história está aí para dizer o que foram e dos serviços prestados pela Marinha, às suas ordens. O municionamento do Exército e da Marinha, depois da passagem de Angustura a ele se deve.

Extenuado de tantas lutas e de tantos labores durante 4 anos e 4 meses, viu que não mais podia continuar, tanto mais que a luta estava no seu final.

Pelo mesmo motivo entregava o visconde de Inhauma o comando da esquadra ao Barão da Passagem, para vir morrer no Rio de Janeiro, poucos dias depois de seu regresso.

Foi Alvim promovido a Chefe de Esquadra, por decreto de 2 de dezembro e nomeado para membro do Conselho Naval. O mar o atraía, por isso foi nomeado comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão da Esquadra, no 1.<sup>o</sup> Distrito Naval. Para Santa Catarina seguiu onde encontrou o seu revigoramento.

Nomeado para Encarregado do Quartel General da Armada, posto que exercera seu pai, desde logo começou a pôr em prática o que havia aprendido.

Alvim que possuía o título de moço fidalgo da casa imperial foi por decreto de 10 de julho agraciado com o título de Barão de Iguaçu. No sua gestão no Quartel General, quis pagar um tributo de consideração e simpatia aos indefetivos irmãos de trabalho, sempre prestimosos na condição de soldados — os marinheiros. — Foi ele o primeiro a lembrar-se do marinheiro-desconhecido. A 13 de dezembro de 1876, por uma subscrição por ele iniciada, foi levantado um monumento na fortaleza de Villegaignon com este fim, monumento este que as balas da política destruiu. Nele não foram esquecidos os nomes do general Salvador Maciel, quando gerindo a pasta da Marinha criou o Corpo de Marinheiros e do visconde de Cavalcanti, criador da 1.<sup>a</sup> Escola de Aprendizes Marinheiros.

Muito havia ainda a fazer no Paraguai ao ser evacuado. Arrecadar, classificar e distribuir pelos arsenais de Ladário, do de Itaquí e do Rio de Janeiro o imenso material lá existente requeria pessoa de complexas qualidades. Foi escolhido Alvim, que de subida foi se inteirando do material existente nos depósitos. Em chegando ao Ladário, depois de ter posto tudo em ordem quer quanto ao serviço naval, quer quanto à escrituração, regressou.

Nomeado diretor da Escola de Marinha, teve que ir ao Paraná afim de examinar a barra daquele porto e escolha do melhor porto para a estrada de ferro a construir-se.

Deixou Alvim nomeada na Escola de Marinha, onde pela instrução, disciplina e preceitos sociais, deu-lhe outro fulgor.

Como diretor não transigia com o dever; respeitava e impunha obediência à lei, mas não resistia, entretanto, aos impulsos generosos do seu coração. À sua custa para galardoar alunos que com maior distinção houvessem concluído o curso, instituía prêmios.

Modificou o Regulamento da Escola, cheio então de confusões.

Conta-se que durante um período de férias, apresentou-se-lhe, um bacharel, vindo do Maranhão, com uma portaria do ministro da Marinha, nomeando-o lente daquela Escola. Ao recebê-lo, e depois de lê-la, disse-lhe Alvim com aquela franqueza dura, que lhe era peculiar: *O Sr. é um ladrão da Nação. Como!?* disse-lhe, insultado,

o nomeado. *Sim, um homem que vai empenhar-se com o ministro para ser nomeado lente desta Escola, quando em férias e sem concurso, não mais faz do que furta à Nação. Diga ao Sr. ministro que não lhe dou posse. E se cá voltar irei me entender com S. M. o Imperador.*

O ministro mandou-o para o Colégio Naval, onde o conheci por algum tempo.

Promovido em dezembro de 1880 a Vice-Almirante e dois anos depois a Almirante Graduado, continuou na sua missão de educador. Inflexível consigo mesmo afrontava diariamente o rigor do tempo.

O esforço feito a bordo da *Beberibe*, em Cuevas principalmente e depois a bordo do encouraçado *Brasil*, cobrava-se do seu vigor de atleta. Qualificada sua moléstia como reumatismo pelas dores que sentia no braço direito, diagnosticou-a o ilustrado Dr. Pertence com uma aneurisma. Quando o Imperador, no fim do ano visitou a Escola, recebeu-o Alvim com a costumeira e risonha alegria, mas já não podia vestir inteiramente a farda tinha-a em parte sobre o hombro. Era tarde demais para ser operado.

E assim, meus Senhores, como vai desaparecer a monotônia e o tédio em que vos mantive por tanto tempo, graças à vossa gentil e reconhecida indulgência, não tardou o desaparecimento do astro de tão luminosa irradiação. Cercado de seus parentes, depois de beijar um netinho que muito amava, recomendou-se a Deus e caiu em uma modorna, no meio da qual perguntou ao seu irmão o coronel João Alvim: *Já se acabaram as guerras? Deixem-me dormir* e dormiu para sempre lembrado por aqueles que levam a repetir: **QUE REVIVER FATOS DE PASSADO GLORIOSO PARA QUE SE NÃO GASTEM E FIQUEM ESQUECIDOS NOS EMBATES E ESTRÉPITOS DA VIDA QUOTIDIANA É CUIDAR DO FUTURO. UMA NAÇÃO QUE PERDE SUAS VIRTUDES MILITARES FICA A MERCÊ DOS SEUS INIMIGOS. ELAS NÃO VICEJAM NA TENDA DO OPERÁRIO.**

---

# DEBATE À CONFERÊNCIA DO SR. ALMIRANTE BOITEUX

Cel. LUIZ LOBO

Esta é uma casa de soldados. Soldados velhos que não esqueceram a disciplina com o tempo; soldados novos que nem mesmo tempo teem para esquecê-la. Posso me meter em forma entre os primeiros e dou meu exemplo de disciplina vindo debater a magnífica conferência que acabamos de ouvir. Disciplina às imposições regulamentares; obediência às ordens do nosso presidente.

Trabalhos biográficos da feição deste que nos ofereceu o ilustrado companheiro Almirante Boiteux não são os mais propícios aos debates acadêmicos. Não são expostas teses sujeitas às controvérsias; não se discutem fenômenos susceptíveis de interpretação diferente. Verdadeiras monografias sobre a vida de um vulto de mérito excepcional, compostas à luz de documentação abundante e minuciosa, os fatos que relatam já veem estudados dentro da época em que se produziram, e os argumentos da consagração já veem conclusos ao juízo definitivo da posteridade.

No caso em apreço — o biógrafo está bem à altura do biografado para entendê-lo, para pintá-lo, para esculpí-lo dentro da sua época.

Marinheiros ambos, ambos filhos da terra catarinense, discípulo e comandado um; mestre e comandante outro, é bem de ver quanto esse estudo biográfico pode possuir de objetivo, de real, de infutável. Mas há um fator inapreciável ainda a levar em linha de conta — esse encantamento do biógrafo pela sedutora personalidade do biografado, tendo-o sempre como um modelo a seguir, como o arquétipo do marinheiro de seu tempo. Longe de trazer ao estudo

que acabam de apreciar a coima da parcialidade, a paixão profissional do almirante Boiteux por Iguatemy, enche o esboço biográfico que acaba de ser lido de um grande clarão patriótico, de uma chama viva do espírito militar que nem os gelos da velhice conseguiram apagar.

Marinheiro exímio e destemido, chefe cheio de iniciativas e de austeridade, homem de ciência para cujas luzes a nação apelou na solução de problemas de organização, por onde passou esse nauta manobrista e fidalgo, ficou de sua passagem uma trajetória luminosa.

E o nosso respeitável confrade, cuja voz acabastes de ouvir, nunca mais o perdeu de vista, fosse na sua vida de paz entre os labores administrativos, fosse nas pelejas da guerra a velejar em busca da vitória do Brasil. É que aquela primeira impressão, recebida na infância ao atravessar o vestibulo da Escola da Marinha, vincara-lhe profundamente a sensibilidade patriótica, e crescera, para se tornar admiração, tão coerente, tão igual sempre rumava o ilustre Iguatemy sua heróica vida de marinheiro.

Este debate não tem o objetivo de repetir aos vossos ouvidos as glórias conquistadas pela capacidade e pela bravura do almirante Torres Alvim. Mas, se a História é ainda a grande mestra da vida, se é, não uma disciplina volúvel que se deforma no conceito de gerações sucessivas, como agora se a concebe, mas um livro aberto de verdades inapagáveis, o que devemos aproveitar dela são as lições, são os exemplos que derivam de seu conteúdo intangível, são as diretrizes que o passado pode traçar ao presente e ao futuro, dentro da relatividade fatal do tempo e da evolução social.

— Dessa biografia permiti-me deduzir as lições que ela nos oferece, lições que podem influir na formação pessoal dos moços de nossa época, desta época tão tumultuária no sentido físico, tão alarmante no domínio moral.

1) *Torres e Alvim* nunca foi um protegido dos deuses; nunca mendigou galardões, nunca suplicou honrarias. Conquistou-as pelo seu trabalho, arrebatou-as pela sua bravura, recebeu-as pela sua capacidade intelectual. Sofreu injustiças tremendas, preterições contundentes, mas nem assim se arrefeceu jamais sua ância patriótica, nem diminuiu nunca seu fervor de marinheiro.

Ele sentia que era marinheiro por atavismo; que nascera marinheiro e que queria ser marinheiro. E o foi — capaz, brilhante, destemido, invulgar. Não esperou que o favor humano tão vário e às vezes tão suspeito, o fizesse. Fez-se por si, porque era uma vontade em marcha, conciente, incansavel e indemonivel.

E provou que se pode subir e subiu a todas as dignidades de sua classe com seus próprios pés e de pé!

2) Torres e Alvim sabia bem que não podia ser util ao Brasil somente confinado na illustração profissional, e porque o queria ser, onde seus dotes de intelligência e seu saber pudessem ser exigidos, ampliou sua cultura sobre domínios outros que não aqueles só dos velhos regimentos de ordenanças. E vemô-lo medindo as cotas batimétricas sobre as quais deveria ser lançado o primeiro cabo submarino entre a Europa e o Brasil, e ainda mais do que isto, modificando ele próprio a constituição dos prumos com que devera obter resultados mais exatos na medição a fazer. E ali estava ao lado do *marinheiro de superficie*, o hidrografo competente e imaginoso, que não via do mar apenas a esteira da quilha de seus navios, mas que o aprofundara nos seus mistérios, já hoje tão devassados para as hecatombes de agora. Mas não só isto; Torres Alvim levanta cartas, projeta estradas, escolhe portos, e mártela até esboroar as velharias da armada colonial. Num país em formação, como o nosso ainda é, as classes armadas, não podem ficar enfaixadas apenas nas doutrinas particularistas da classe, mas bafejadas de uma cultura geral ao serviço do progresso do país. Já naquele tempo Torres e Alvim foi um pioneiro dessa orientação patriótica.

3.<sup>a</sup>) O exame da ação guerreira do nosso biografado de hoje é uma demonstração de como foi ontem, hoje ainda e amanhã será ainda mais, necessário que existam entre nós contínuas e indesataveis uma união íntima, numa interpenetração perfeita, uma cooperação indestrutivel. Sobre a bravura exemplar de Iguatemy, seu biógrafo illustre já disse eloquentemente. O que entendo salientar nesta hora de suas tarefas patrióticas, é a sua ação ao lado do Exército, na preparação, nos transportes, nos desembarques das forças de terra para operarem no lugar determinado, no momento preciso, na hora marcada, fosse hoje contra Oribe para destruir Rosas, fosse amanhã contra Lopez, hoje sob o comando de Caxias, amanhã sob o de

Porto Alegre, sempre as suas náus a conduzirem milhares e milhares de homens na faina heróica de auxiliarem os lances estratégicos ou as simples manobras táticas. E nessas empresas, em angustiosísimos passos, em passagens de costeamento difíceis sob o fogo inimigo, o manobrista exímio de Montevidéu completava o marinheiro intrépido e sem nervos, e dava à classe armada de terra o instrumento da vitória procurada.

Narra-nos o ilustre confrade Alnte. Boiteux que foi Iguatemy quem primeiro teve a idéia de simbolizar a heroicidade anônima do nosso soldado na imortalidade do "Marinheiro Desconhecido", conseguindo mesmo erguer-lhe modesto monumento na fortaleza de Vellegaignon. Ninguém melhor conhecera aquela heroicidade, vendo morrer como leões ao seu lado os companheiros que combatiam pela Pátria, do que o nosso biografado de agora. De nenhuma mente mais clara como de nenhum coração mais generoso poderia ter nascido o símbolo admirável.

Dentro dele por falta de quem lhe conheça e escreva a história, quantos dos nossos heróis autênticos apenas sobrevivem? E o próprio Iguatemy, marinheiro magnífico, cientista notável, organizador previdente, e chefe de intuições aquilinas não escaparia à indeterminação do simples "Marinheiro Desconhecido", se o Sr. Alnte. Boiteux não houvesse recortado em relevo luminoso seu heróico perfil, com a sua esplendida conferência de hoje, tão cheia de preciosos subsídios e de eloquentes lições.

O marinheiro notável que foi Torres e Alvim foge agora para esta casa e para os que nos ouvem à generalidade do símbolo que ele criou, para ser um grande marinheiro conhecido, um almirante notável, pelo seu saber, pela sua cultura, pela sua bravura e pelo seu patriotismo.

---

# A Pesca no Brasil

Major JONATHAS CORREIA

Em 1819, José Bonifácio, representante do Brasil às Cortes de Lisboa, dizia, "E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para um novo assento da ciência. Que terra para um grande e vasto Império! Banhado suas costas pelas ondas do Atlântico; com um sem número de caudais e ribeiros empolados, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil e para o estabelecimento de grandes pescarias".

Assim falando, o velho Andrada, punha em equação, um dos nossos maiores problemas, de tão grandes vantagens para a Colônia naquela época, como ainda é hoje para a República.

Ora, para o Brasil, era de suma importância a questão da pesca.

Economia, indústria, defesa nacional, educação, saúde, comércio, tudo seria beneficiado com a sua organização.

Não era, entretanto, caso político ou eleitoral e por isto mesmo vivia posto de lado ou quando muito surgiam "medidas teóricas isoladas, desconexas e insubsistentes".

Nada de positivo, tudo inação. Urgia, pois, reagir.

O Comt. Frederico Vilar com a sua dedicação a todos os nossos grandes problemas maximé os ligados à Defesa Nacional, resolveu despertar os poderes públicos de sua criminosa apatia e inícia, sem vacilações, o que bem se pode chamar o seu apostolado.

A campanha foi rude, penosos os dissabores, as dificuldades quase insuperáveis, tudo, no entanto, vencia galhardamente o pioneiro da pesca no Brasil aquele a quem, no antigo Senado Federal, Alfredo Ellis, em discurso memorável, denominou de "Rondon dos mares brasileiros".

Em 1919 — um século após a advertência andradina — Epitácio Pessoa compreendendo o alcance elevado de tão nobilitante campanha deliberou, corajosamente, solucionar o problema da Organização dos Serviços de Pesca e da sua Nacionalização.



Como consequência de sua deliberação veio o Decreto n.º 14.086, de 3 de março de 1920, que “dando execução ao disposto na lei n.º 3.991, de 5 de janeiro desse ano, afetou novamente os Serviços da Pesca ao Ministério da Marinha para que a Nação colhesse todos os frutos da experiência dos povos da velha Europa e particularmente dos ensinamentos da grande guerra, na qual os pescadores foram valiosíssimos instrumentos da Defesa Nacional como auxiliares da Esquadra”.

O “José Bonifácio” — que coincidência ! — passou a ser o cruzador da nova cruzada e o Comt. Frederico Vilar, o seu chefe.

Durante mais de um lustro à frente dos Serviços da Pesca o nobre discípulo de Saldanha percorreu todo o nosso litoral, fundando colônias, escolas (mil foram criadas nas quais mais de 30.000 crianças matriculadas), postos médicos, e comitantemente organizou a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e os Escoteiros do Mar.

É, porém, a execução da lei de Nacionalização da Pesca, a parte mais importante da missão do “José Bonifácio”.

Já nos tempos do Brasil Colônia — esclarece o Comt. Vilar em seu livro o “Manual do Patrão de Pesca” — era proibido aos estrangeiros a pesca em nossas águas. E era mesmo com o dinheiro da exploração das suas feitorias que se pagava o funcionalismo e a tropa de ocupação. O Império, não fugiu à regra, concedendo aos praianos as leis de 1846, 1856 e 1881 e a República, lendo pela mesma cartilha, deu-lhes as de 1897, 1905 e 1912, tudo sem uma vontade firme e decidida de liquidar o assunto, porém, somente votar e sancionar leis...

“A pesca é um direito exclusivo dos filhos do país, porque o pescador é detentor de segredos que interessam à Defesa Nacional”. (Conv. Haia, 1882). Apesar da clara evidência desta verdade e de estar ela na consciência de todos, a Nacionalização da Pesca viria ferir interesses, prerrogativas, açambarcamentos, comércios ilícitos e os trustes exploradores de tão rendoso negócio. Destruí-los-ia mesmo. Em consequência a grita contra a execução da lei foi tremenda.

Maus brasileiros e estrangeiros gananciosos deflagraram pela imprensa e pela tribuna uma campanha insidiosa e brutal.

O Comt. Vilar, fortemente apoiado pelo governo, e conciente de suas obrigações para com o Brasil, não esmoreceu, enfrentando e ven-

cendo sobranceira e patrioticamente a todos quantos levados por vantagens inconfessáveis, pelevavam, não contra a Lei, mas contra a própria Nação.

Hoje a Nacionalização da Pesca é uma realidade, os benefícios oriundos dela aí estão aos olhos de todos. Inútil, discriminá-los.

O Presidente Vargas, dentro do programa que se traçou e que para o bem do País vem, sem tibiesas, executando, olhou, também, para a pesca e para os seus operários. Daí o "Código da Pesca", baixado com o decreto-lei n.º 794, de 19 de outubro de 1938, — alterando o de Caça e Pesca de 2 de janeiro de 1934 — e que é, inegavelmente, um conjunto de princípios e normas modernas visando não só o interesse do Estado mas, e principalmente, o dos que tiram do mar, arrostando todos os perigos e sacrifícios, o seu sustento.

O nosso pescador não vive mais ao abandono e o Estado — dentro da nova concepção brasileira — sem lhe coibir os lances de iniciativa pessoal, deve dar-lhe orientação técnica e assistência.

O Decreto-lei n.º 3.282, de 18 de novembro de 1941 — Amparo aos pescadores e suas famílias — não permite fiquem ao desamparo a sua velhice ou a sua prole. A "Escola de Pesca", que a Sra. Darcí Vargas consentiu dar o seu nome e empresta os carinhos e os cuidados do seu grande coração, ministra aos filhos dos pescadores a educação e a instrução necessárias à vida moderna.

Zelando por tudo — com obrigações definidas em lei — a Confederação Geral de Pescadores, no afã de melhorar sempre a situação do nosso praiano, reconheceu a imperiosa necessidade de dar-lhe um livro-util onde a teoria, a prática e os conselhos da experiência estivessem juntos.

Ninguém mais apto para organizá-lo do que o Comt. Frederico Vilar e a ele aquele órgão administrativo incumbiu de tão relevante tarefa. E ainda desta vez o ilustre marinheiro, o verdadeiro organizador da Pesca no Brasil, desincumbiu-se de sua nova missão, e maravilhosamente.

O "Manual do Patrão de Pesca", é uma obra notável no seu gênero, talvez mesmo em língua portuguesa não haja igual. Tudo que possa servir a um pescador aí se encontra, desde as lições de civismo à classificação dos peixes; desde a operação de somar aos rudimentos da física e das ciências naturais, marinharia, sinais óticos, conselhos

náuticos, noções de história e geografia, navegação estimada, toneladas de embarcações, aparelhos e técnica da pesca, piscicultura, ostras, etc..

A destacar-se no "Manual" — o ponto mais interessante e oportuno na hora atual — é a parte referente aos deveres dos pescadores para com a Pátria e com as autoridades, principalmente, nas ocasiões de guerra.

A este capítulo o Comt. Vilar deu o nome justo e precioso de "Código de Honra do Pescador Brasileiro", e nele alerta os nossos praianos dos perigos que cercam o Brasil e que lhes podem vir dos mares ou das costas: "Presta bem atenção, Pescador! No mar está o futuro da Pátria. Do mar — se não formos fortes e previdentes em nossa defesa — nos virá o inimigo poderoso e cruel. Será a ruína, a escravidão, a deshonra e a miséria. Vigia-o atentamente. Comunica sistematicamente tudo quanto vires, à tua colônia, autoridade naval ou outra mais próxima, para ciência do Governo. Nunca dê informações de nenhuma espécie, nem sejas "Prático" de navio que não possas identificar ou que não saibas o que está fazendo na costa e isso porque às vezes um fato que parece não ter importância alguma tem realmente muito valor e é capaz de trazer as mais graves consequências para a Nação".

Conselhos como estes outros mais existem no Código que não servirão somente para aqueles a quem são destinados, mas a todos quantos habitam as nossas praias. E como são oportunos, sábios, e como deveria ser bem divulgado este Código!...

O Comt. Vilar, confia, e tem razões para isto, no civismo do nosso caboclo da praia e em suas "virtudes marinheiras". A nossa história está repleta de feitos belíssimos da nossa gente praiana. Ela sempre serviu ao Brasil. Vamos encontrá-la tripulando os navios de Cockrane — a nossa primeira esquadra — pelejando pela Independência. Depois, no Prata, esteve também batalhando heroicamente e servindo ora à Marinha de Guerra ora à Mercante. Não se ausentou das outras lutas. O que fez pela Abolição, é capítulo de comovida e magnífica beleza. Na hora presente ela não poderá faltar; estará firme no seu posto, atenta à ordem de comando, perscrutando o Oceano porque, como diz, acertadamente, o Comt. Frederico Vilar: "O Pescador Brasileiro é a vanguarda da defesa da Pátria no Mar".

# Considerações

Sobre o elogio feito pelo general Borges Fortes ao seu patrono no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Gen. SOUZA DOCCA

Quando o coração humano fala de alguém, com amizade, e das coisas com amor, o homem se revela em uma das manifestações mais nobres de sua existência — a da sinceridade.

Nessas páginas que acabamos de ouvir, onde brilha intenso e puro, o apego, que é o primeiro degrau da evolução afetiva da humanidade, segundo Augusto Comte, e que o é também do homem em particular, subindo, em amor, da cidade para a Província e desta para a Pátria — há nessas páginas que acabamos de ouvir, afeição que comove e que eleva.

Inicialmente é a recordação do berço natal e depois, ali, o encontro de dois homens, numa distância de mais de meio século, que a saudade recorda e o coração afaga.

Sim de dois homens, embora um no verdor dos anos, mas já sentindo a responsabilidade de um adulto, ao manejar tipos na tipografia de um jornal que, em pleno regime monárquico, se batia pela República.

Confirmava, assim, mais uma vez, o menino tipógrafo, este juízo do grande e sábio Saint Hilaire sobre a gente sulriograndense: “As crianças surpreendem-me por seu ar grave pensativo — são homens pequenos”.

O outro homem, no alvorecer da mocidade e ascendendo na carreira em que nobremente atingiu ao mais alto grau, pontificando em prol das idéias democráticas, fazia seu tirocínio literário, que havia de culminar como escritor militar e como historiador.

Este era Antonio José Dias de Oliveira e aquele João Borges Fortes — ambos generais mais tarde, ambos confrades depois, porque ambos homens de letras.

Do primeiro nos resta a memória edificante de suas magníficas lições de desprendimento, de patriotismo e de amor ao Exército, com que enriqueceu sua vida moral, que é alto exemplo de cidadão prestante.

O segundo, também exemplo de virtudes e de nobres dedicações, é, para o momento em que vivemos, orgulho nosso e estímulo para os moços e insentivo para os desprotegidos da fortuna, que procuram pelo cultivo da inteligência, se elevar, subindo e, desse modo, impõem seus triunfos, evitando a ignômia dos pobres de espírito, a que se refere Milton no *Paraizo Perdido* ao dizer que “quem precisa é mister descer tão baixo quanto alto quer subir”.

Borges Fortes depois de sua atividade no seio do exército, onde serviu inspirado pelas lições do mestre admirável, que é hoje seu patrono neste Instituto, não se afundou na ociosidade dos que não sentem a vibração da vida mental, que absorve, que encanta, que enobrece e que deleita.

Sua atividade intelectual, depois daquela atividade, se tornou mais fecunda e mais proveitosa para as nossas letras históricas.

O Rio Grande do Sul deve-lhe notáveis estudos sobre sua formação e, trabalhando para o Rio Grande, serve nobremente ao Brasil.

\* \* \*

*A Campanha das Cordilheiras* da autoria do general Dias de Oliveira, é um estudo de mestre. Assim o considera o general Borges Fortes e não pode ser outro o conceito de quem ler essas páginas eruditas.

Narra-se aí o fim da guerra.

Neste Instituto de História Militar do Brasil, tem inteiro cabimento, sobre o assunto, a menção do papel de destaque que o general José Antonio Cordeiro da Camara, depois visconde de Pelotas, teve naquela campanha, especialmente em sua última fase.

Sua atuação como comandante do Destacamento que pôs fim à guerra, está bem descrita no trabalho de Dias de Oliveira e magni-

ficamente estudada na monumental obra de nosso eminente confrade — o Sr. general Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*.

O que desejamos pôr em relêvo, por ser quase desconhecida, é a influência do general Corrêa da Camara no plano de manobra a partir de julho de 1869.

A 7 desse mês se reuniu em Pirajú um conselho de generais em que tomaram parte: o conde d'Eu e os generais Emilio Mitre, Osorio, Polidoro, o comandante em chefe da esquadra Elisiario dos Santos e o conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

Foi aí discutido um plano de manobras traçado pelo general argentino Emilio Mitre, com três modos de ataque, que foram discutidos e contrariados vivamente pelo conde d'Eu e pelo general Osorio, ficando assentado, segundo resume o ilustre general Tasso Fragoso, que o plano de manobra "contra Lopez consistiria em guardar a linha férrea, que é a linha de comunicação, e os depósitos criados à margem dela, e levar o grosso dos aliados, mediante um movimento torneante pelo sul da posição de Lopez, à retaguarda do mesmo. Trata-se, pois, de um movimento estratégico napoleônico".

O segundo modo de ataque ideado pelo general Mitre consistia num "ataque contra o flanco direito do inimigo, partindo de Emboscada e avançando para Caacupé por Atira e Altos".

Essa idéia foi combatida pelo general Osorio.

O general Camara, que regressara a 8 de julho da expedição a São Pedro, foi, em seguida, chamado pelo conde d'Eu, no seu acampamento, em Pirajú, para uma conferência.

O que aí se passou foi assim narrado pelo ilustre vencedor de Aquidaban, em *Memória* de sua autoria, ainda inédita: "Tratava-se do ataque às Cordilheiras, marchando eu com uma força de 5.000 homens e 12 bocas de fogo pelo flanco direito do inimigo, movimento que deveria fazer desembarcando na Emboscada e seguindo para Caraguataí, povoação que ficava a 6 leguas para a retaguarda do exercito de Lopez e aí conservar-me até que o exercito fizesse o movimento pelo flanco esquerdo do inimigo.

"Felizmente foi abandonado este plano que era mais do marechal Guilherme do que do príncipe, e que encontrava decidido apoio da parte do conselheiro Paranhos.

"Nesta conferência fiz ver quanto tinha para mim de perigoso este movimento que me levava a passar a três léguas da direita do exército inimigo em marcha de flanco, que ainda feita com felicidade, expunha-me a ficar situado em Caraguataí, distante do rio Manduvirá mais de três leguas, linha única segura para minhas comunicações e por onde teria que receber abastecimento, e que podia ser interceptada pelo inimigo".

Manifestando-se sobre as operações para o termo da guerra disse o ilustre general Camara: "Eu penso que a campanha de ora em diante deve ser levada do norte para o sul e não mais do sul para o norte. Atacado do norte para o sul o exército paraguaio só poderá retirar-se para zona em que não encontrará recursos e onde com vantagem poderemos combater, com conhecimento do terreno.

"O inimigo será, portanto, facilmente vencido e obrigado a render-se pela falta de recursos, pela fome".

Aludindo a esse plano de manobras do futuro visconde de Pelotas, disse o general Cunha Matos, ao anotar a *História da Guerra do Paraguai* do major prussiano Max von Versen: "O fato de não se ter prosseguido na campanha como propôs o general Camara, trazendo-a de preferência do norte para o sul, para evitar que o inimigo fizesse guerra de recursos, talvez prejudicasse também as operações".

Sabemos todos como terminou a guerra: foram as tropas do Destacamento Correa da Camara que, em ação combinada do norte para o sul, surpreenderam os restos famintos dos heróicos soldados de Solano Lopez, em Cerro Corá, a 1 de março de 1870.

Assim aconteceu porque o bravo, capaz e infatigável general Camara, como observa o ilustre general Tasso Fragoso, "fiel às suas idéias e já que o conde d'Eu o deixou livre", traçou e executou seu plano de manobra.

Mais avulta ainda a ação do general Camara nesse final da guerra, quando se considera que nos últimos cinco meses da campanha se apoderou do conde d'Eu imoderado desejo de regressar ao

Brasil, dando para tal a guerra por terminada, sem que, na realidade, isso ocorresse.

Desesperara de capturar Solano Lopez, não acreditava, também, se pudesse em curto prazo expulsá-lo do Paraguai e, vencido por esse desânimo, escrevia repetidas cartas ao conselheiro Paranhos que, com a sua conhecida fortaleza de ânimo, respondia rejeitando-lhe coragem; dirigia-se aos amigos no Rio de Janeiro e importunava ao sogro a tal ponto que este, em regra calmo e bondoso, saíu fora da paciência e respondeu-lhe certa vez: "A declaração de finda a guerra soa-me ao toque de debandada".

A 15 de dezembro de 1869 o conde d'Eu informava ao Ministro da Guerra que a situação de Solano Lopez nas matas das Cordilheiras podia se prolongar "por uma série considerável de meses e quiçá de anos".

A 27 de janeiro seguinte dizia a um amigo no Rio de Janeiro que o general Camara "só por milagre" alcançaria Lopez.

Razão sobrava a Frederico II quando proclamou: "A guerra é um officio para os ignorantes, uma arte para os mediocres e uma ciência para os homens superiores".

Dois dias antes daquele *milagre*, eivado pelo pessimismo, escrevia o conde d'Eu ao Imperador, dizendo que ao chegar ao seu Quartel General a notícia de que Lopez se dirigia para as cabeceiras do Aquidaban todos, ali, decretaram que lá o ditador devia acabar.

Assim, entretanto, não pensava o missivista que, desalentado, conjecturou: "nada é impossível neste mundo; mas o mais provável é certamente que ele dispare ainda, como das outras vezes, e Deus sabe então até onde teremos de í-lo buscar".

Escreveu isso a 27 de fevereiro e a 1 de março Solano Lopez caía mortalmente ferido, em um dos galhos formadores do Aquidaban.

Ao ter conhecimento desse feito escreveu o conde d'Eu ao Imperador, contrito, em verdadeiro e nobre ato de penitência: "Neste momento porem de tanta e tão inesperada emoção não posso deixar de me lembrar de V. M. e de beijar a mão pedindo-lhe perdão por minhas descrenças e outras criaçadas como filho estrenuo e reverente".



Aquele pessimismo, esta descrença do comandante em chefe, não contagiou, felizmente ao exército em operações, graças a atitude de persistência, de fé, de desprendimento e de energia dos outros generais e entre estes se destacava o futuro visconde de Pelotas.

Devendo a História ser como a Justiça, segundo a definição desta no Direito Romano — a vontade firme e perpétua de dar a cada um o que lhe pertence, pareceram-se oportunas, neste momento e neste Instituto, as referências que acabo de fazer sobre a ação do general José Antonio Correa da Camara na Campanha das Cordilheiras.

\* \* \*

Invejável o vosso destino, como homem de letras, Sr. general Borges Fortes !

Invejável porque é formoso e edificante.

Foi ele que vos levou, ainda menino, à frente de uma caixa de tipógrafo, para compor, com ardor e entusiasmo, as prédicas de um jovem tenente — Dias de Oliveira — evangelizando a República.

Foi ele que vos conduziu à carteira de estudante na Escola Militar de Porto Alegre, para ouvir as lições erúditas que desciam da cadeira do mestre de Arte e História Militar, ocupada então por aquele sonhador do regime democrático — Dias de Oliveira.

Foi ele que depois vos lançou no mundo grandioso e sugestivo do campo de ação do Exército, para aí terdes como chefe um general que soube honrar esse alto posto — Dias de Oliveira.

Foi ele, ainda, que vos trouxe, entre os nossos aplausos e a nossa admiração, ao seio deste Instituto, para ocupardes aqui a cadeira de que é patrono Dias de Oliveira.

Pertence-vos, de pleno direito, essa poltrona em que refulge aquele nome ilustre.

Desse modo, não se interromperá a obra do mestre e do amigo, de quem vos fizestes par e, portanto, com aquela chama de entusiasmo que se alteia sempre, com aquela tenacidade que persiste e vence, com aquela energia de aço de boa tempera — que são apanágios do ânimo do soldado e do espírito do historiador, continuareis, aqui, neste Instituto, a sua tarefa meritória, tendo como instrumento a pena, ao serviço da inteligência e esta, feito amor, servindo à Pátria, para maior glória do Brasil e mais alto orgulho nosso.

# No centenário de Pedro Américo

## Pedro Américo, Pintor do Heroísmo Brasileiro

CARLOS MAUL

(Conferência proferida a 29-4-43, no Museu Nacional de Belas Artes).

A arte sempre foi um elemento nobre de construção social, um fator de elevação de sentimentos, e em cada país ela é a definidora de características nacionais no que concerne ao seu espírito. Por isso mesmo dela se servem os agentes subversivos para a corrupção do gosto e dos costumes, sabendo-a uma força poderosa de sugestão com domínio absoluto sobre as consciências. Considerando-a desse ângulo é que Wells, recentemente, num livro de fraudes históricas, afirma: "Não tentaremos aqui medir a parte que poderão ter na reconstrução e consolidação dos negócios humanos os ensinamentos e propaganda do internacionalismo trabalhista, os estudos e necessidades da finança internacional, as necessidades do grande comércio, ou as forças destruidoras de fronteiras como a ciência, a arte e o ensino da história. Todas essas coisas poderão exercer uma pressão combinada de que não será nunca possível separar as contribuições exatas".

Do seu ponto de vista o escritor britânico da extrema esquerda tem razão, porque nestes últimos vinte anos as nações que mais padeceram na sua vida íntima, as que mais suportaram desastres, foram, precisamente aquelas onde os pretensos reformadores puderam desenvolver com desembaraço as suas atividades daninhas, em especial no campo das artes plásticas e no da literatura em todos os seus ramos.

Quem quer que observe os fenômenos de desagregação em diversos sítios do planeta, neles encontrará, entre as causas genitrizes,

o maior ou menor ímpeto dos que dizem ser mister demolir o passado para que outros venham então levantar uma nova ordem sobre os seus escombros. E nesse capítulo, como a arte é fator de construção, dela se vão utilizando em sentido contrário, confiantes na técnica do engodo e no ilusionismo pérfido dos rótulos.

Advertidos, porem, das práticas malsãs, há os que reagem e se empenham em demonstrar que as obras de beleza teem o seu lugar ao sol e serão as únicas a marcar sem artificios a fisionomia de um povo e de uma época. Para Franz Werfel "arte era alguma coisa que tinha o seu lugar no sistema vital do homem, por satisfazer-lhe os desejos sublimes. Ele mesmo fazia parte desse sistema a que devia servir, da mesma forma que os pintores das épocas mais vigorosas que não pintaram para solucionar problemas da luz ou da forma, mas sim porque os fiéis precisavam de quadros que lhes recreassem os olhos e o coração". Em Winkelman, na "História da Arte na antiguidade", se encontra argumento idêntico. "Os filósofos que refletiram sobre as causas da beleza universal — escreve esse profundo revelador do mundo helênico ao Ocidente — ao tratar de descobri-las nas coisas criadas e fazê-las remontar às fontes da beleza suprema, fizeram-na consistir num perfeito acordo das criaturas com seu fim, numa relação harmoniosa das partes entre si e do todo com suas partes. Mas como essa definição da beleza o é também da perfeição, qualidade de uma ordem demasiado elevada para que possa convir à humanidade, resulta daí que a nossa idéia da beleza universal é indeterminada, que nasce em nosso espírito da reunião de um certo número de conhecimentos particulares. Quando esse conjunto de conhecimentos é exato, bem ligado e combinado, nos dá a idéia mais alta da beleza humana; idéia que podemos, todavia, exaltar, tornar mais pura em virtude da nossa capacidade de elevar-nos acima da matéria".

Vale ainda como subsídio de oportunidade o conceito de Lessing: "A pintura, como meio de expressão, pode traduzir a fealdade, mas como arte não pode representá-la". Aliás, ela é essencialmente poética, quaisquer que sejam os temas, prevalecendo, entretanto, a beleza como fundamento de todas as suas manifestações.

Nesse particular, Lessing no seu "Laocoonte, ou os limites da pintura e da poesia", firma uma orientação: "O primeiro a fazer o

paralelo entre a pintura e a poesia foi homem de gosto delicadíssimo, que sentia que essas duas artes produziam nele impressão análoga. Viam que uma e outra nos mostram como presentes coisas ausentes e dão realidade à aparência. Um segundo, querendo penetrar a razão desse agrado, descobriu que tanto em uma como em outra, o mesmo agrado partia de uma origem comum. A beleza, cuja noção imediata nos vem dos objetos, tem regras gerais que se aplicam a cousas diferentes: às ações e aos pensamentos, assim como às formas”.

Dentro desse critério que é, sem dúvida, o verdadeiro, pode-se medir a extensão da influência das artes plásticas nas sociedades humanas que nelas exprimiram em todos os tempos as suas emoções, os seus entusiasmos, a sua visão da natureza e da criatura. No que se refere ao Brasil e apesar das dificuldades opostas não raro às ascensões dos artistas honestos e sinceros, a luta entre estes e os demolidores tem sido áspera e às vezes com perspectivas de vitória dos últimos, mercê dos recursos de propaganda postos a seu serviço. Há mais ou menos dois decênios ainda as exposições de pintura constituíam motivo de júbilo para os moços que nelas conquistavam prêmios. Essa juventude que deu alguns valores culminantes forjava o seu renome com obras magníficas, dizia ao que vinha, preocupava-se com a grandeza da terra, orgulhava-se de interpretar os assuntos cívicos, e criava uma galeria opulenta em que figuravam todos os gêneros.

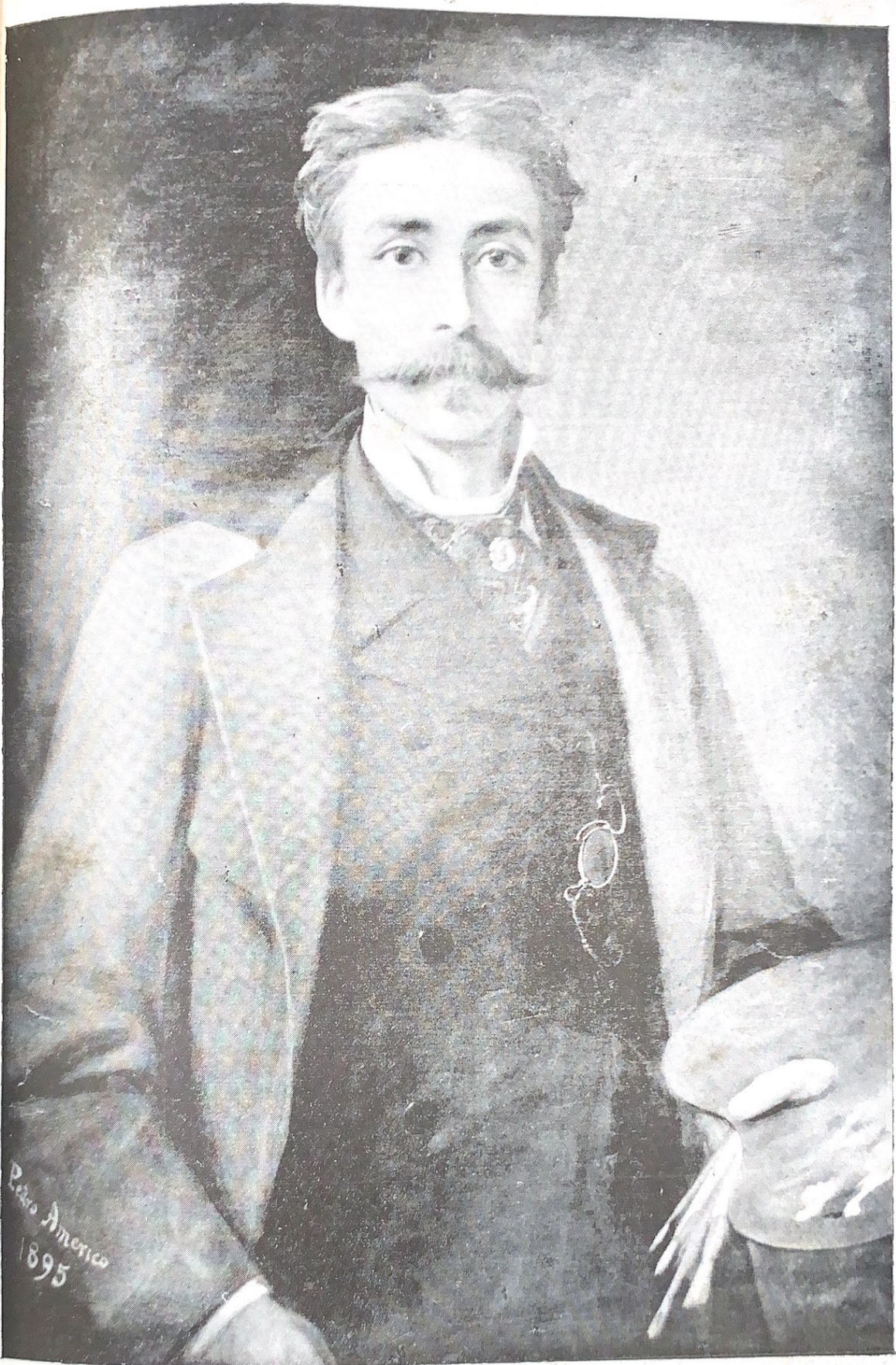
Correndo os olhos nas páginas da “Arte brasileira” e nas dos “Contemporâneos” de Gonzaga Duque verifica-se o que significam para o esplendor da nossa cultura esses esforços solitários num ambiente pobre de estímulos. Nem por isso deixaram eles de produzir, os antigos e os modernos, com otimismo, e daí a sua fecundidade e o fulgor do seu legado às pinacotecas públicas e particulares. Quem quer que possua uma parcela de noção do papel das artes na pedagogia contemporânea e que lhes não ignore o avassalante influxo na cultura das massas, não poderá concordar com os desvios intencionais daqueles que estariam logicamente obrigados a dar o adjutório da sua inteligência às empresas de elevação espiritual do povo. Dir-se-á, para absolver esses pintores de culpabilidades, tácitas ou explícitas, com os adversários da ordem social vigente, que eles não

são políticos e que os seus quadros modernistas exprimem um processo violento de sensacionalismo, um meio de provocar atenções que antes lhes foram esquivas.

Tratando de certo artista nosso patricio, numa biografia louva-minheira, a revista "Time", de Nova York em seu número de 12 de Agosto de 1940, à página 37, tem estes períodos que dispensam comentários: "Logo em seguida fez dinheiro pintando retratos favorecidos de viúvas ricas do Rio de Janeiro e criou para si uma modesta reputação de retratista... Mas os salões do Rio de Janeiro ainda lamentam os seus temas negreiros e preferem os retratos "laqueados" da sociedade. Para ganhar dinheiro ele ainda os pinta". O sistema é velho e desacreditado. Baudelaire usou uma cabeleira verde, e Teófilo Gautier um colete vermelho e um turbante para espantar a burguezia. Deles, todavia, só ficaram para a posteridade os livros representativos do seu gênio, as suas páginas de beleza. E indo mais longe, encontraremos o caso de Erostrato que incendiou o templo de Diana em Efeso para que a História lhe guardasse o nome com um crime já que o não faria com a sua mediocridade...

Conta-se que nos Estados Unidos, — nos arraiais modernistas bem entendido — entrou em uso a norma de explicar-se aos espectadores as telas expostas colocando-se-lhes ao lado da moldura um roteiro descritivo das suas minúcias e da sua significação. Será uma originalidade, mas nada lhe tirará o cunho humorístico, e por mais sugestivas que se apresentem as palavras, o observador não irá além das suas próprias emoções na análise do que tiver diante dos olhos. Esse método não destruirá na alma humana o sentido da compreensão de uma obra de arte. "Um quadro é como um rei — dizia Ruskin — deve falar antes de mais ninguém". Tudo o que sair disso é artificial e supérfluo. Não conseguirá convencer do contrário do que se contempla, nem demonstrar que um porco é apolíneo.

A propósito, e para reforço desta tese, convem recordar dois episódios, um ocorrido no nosso Salão, no setor dos modernistas, e outro com Picasso, o velho espanhol que ajudou a acanalhar a pintura na França. É este o primeiro episódio: um garoto de uns dez anos mais ou menos, acompanhava o pai numa peregrinação por aquelas salas com as paredes cobertas de provas da mais absoluta ausência de medida, de equilíbrio, de bom gosto. As vezes via coisas



PEDRO AMERICO — Auto Retrato



“VISÃO DE HAMLET”



“JUDITH E HOLOPHERNES”





"MOISÉS E JACOBED" (Fotos Carlos)

iguais às que garatujava nos seus cadernos escolares. Súbito ele fez esta pergunta:

— Papai, como é que ele vestiu as calças com aqueles pés inchados?

O pequeno tinha razão. O quadro representava uma cena rústica, com um boneco disforme, microcéfalo, ombros gigantescos, peito herculeo, pernas finas com calças coladas, e um par de pés que de modo nenhum poderiam dar passagem às pantalonas estreitíssimas.

É este o segundo episódio: Picasso, — ou Picassô, como dizem os que o supõem francês — recebeu em seu estúdio a visita de um rico estrangeiro que lhe conhecia a fama através de desbragada publicidade, mas lhe desconhecia os quadros. Viu muita coisa nos cavaletes e não gostou de nada. De repente, deu com uma linda cabeça de criança numa tela que era um grito de beleza no meio de um monturo. E indagou:

— Por que pintou o senhor esse retrato tão diferente do resto da sua pintura?

Picasso teria respondido com ar importante:

— Esse é meu filho...

A anedota proclama a intenção desse artista e a de outros da sua laia: deformar, corromper, estragar, o que há de belo no mundo, não deixar pedra sobre pedra, e fazer dos abortos o modelo da arte do futuro. Será a insistência no desenho de aberrações uma atividade dignificante para indivíduos de quem o Brasil deveria reclamar um trabalho nobre e fecundo, uma exaltação dos aspectos puros e formosos da vida, a fixação de encantos destinada ao aperfeiçoamento moral da coletividade?

Tenho a impressão de que os apologistas desse modernismo se divertem com ele e com a platéia num divertimento demasiado triste para os nossos foros de civilização. Convenhamos em que é penoso para nós o ouvir-se proclamar, fora de nossas fronteiras, que os espetáculos de um sub-Dacar pictórico são o Brasil que merece ser visto, um Brasil atacado de elefantíase, e que é isso passado, o presente e o futuro da nossa pintura.

Essa introdução era necessária no instante em que celebramos a glória de um dos maiores alvos do ataque desses vandalos, aquele a quem eles recusam todas as virtudes que assinalam a sua obra. Há um século, no dia vinte e nove de Abril, em Areia, na Paraíba, nasceu Pedro Américo. Gente boa e pobre lhe cercava o berço. Pobre e humilde lhe correu a infância no sertão triste. De uma feita, cientistas estrangeiros, desses que andavam antigamente à procura de segredos reveladores da riqueza do solo, passaram por aquela cidadezinha pitoresca e tranquila e descobriram no garoto que fazia desenhos um auxiliar de préstimo. Levaram-no para o interior, e esse fato despertou-lhe a consciência do seu futuro. O resto a História já contou com detalhes: Pedro Américo veio para a metrópole, cursou escolas de letras e de artes, fez-se homem, viajou pelo mundo mandado pelo Imperador.

Muito moço, apresentou as suas primeiras obras. Eram figuras de linhas perfeitas, carnes palpitanes, cor humana, qualquer coisa a vaticinar o que mais tarde sairia daquelas mãos de mágico. Pedro Américo não teve a existência plana dos mediócrs, nem tudo lhe correu suavemente, com o aplauso irrestrito dos contemporâneos. Os mestres, exceção de Porto Alegre — não o viam com bons olhos, com esses olhos carinhosos e puros dos que não invejam, dos que sentem na beleza do que vem dos outros como que o reconhecimento da beleza daquilo que eles próprios realizaram.

Agora, o que importa é o vencedor, o artista que se impõe à admiração pública com a magnificência dos seus poemas pictóricos. Um dos seus primeiros quadros é a "Carioca", nú em que ele pretende sintetizar a graça, a frescura, a vivacidade, a inteligência, a fragrância da mulher desta terra, e consegue o seu objetivo numa imagem de feições fortes, de carnação robusta, de expressão profundamente humana. Gonzaga Duque, dos críticos de outrora o mais atilado pela cultura e pela acuidade da sua maneira e do seu estilo, embora nem sempre justo nas suas apreciações, dá-nos da "Carioca" esta miniatura: "A "Carioca". a sua mais notavel das primeiras composições, recorda o Ticiano e o Veronez. A mão que a executa é privilegiada. Ele a fez na Itália, sob a impressão da Renascença. Tinha vinte e um anos. Ter vinte e um anos para a arte vale mais do que os ter para o amor. A "Carioca" bem no prova. É uma revelação em

que se encontra a alma apaixonada de um moço, em cujas linhas se percebe o calor de um sangue que referve, e nela tudo é grandioso na beleza, tudo equilibra no ardimento, na audácia, no inesperado”.

O crítico salienta, porem, o carater dessa obra de imaginação, e o faz em termos precisos. Pedro Américo era tido, como todos os da sua época, por um equívoco de julgamento, na conta de alheio ao seu país. Gonzaga Duque considera: “O artista, vibrado pela suntuosidade dos áureos tempos do Renascimento, pretendeu fazê-la nas proporções das obras imortais, mas, sem querer, deu-lhe a sua alma brasileira”. Essa nota é importante, porque responde aos que superficialmente consideram Pedro Américo um europeu, quando ele é apenas um grande pintor ocidental que com os métodos, a técnica escolástica dos mestres da Renascença incorporou o Brasil ao grupo de nações que se vangloriam de representativas da cultura do Ocidente.

É rica a sua obra sob múltiplos aspectos. Nela prima, antes de mais nada, o desenho, a segurança do traço, a solidez da construção, a justeza dos valores. Vem em seguida o colorista. “Quanto à cor — é ainda em Gonzaga Duque que se deve buscar a referência autorizada — esta ele a manteve nas melhores obtidas pela prática da palheta e nos processos em uso no seu tempo. Quando mesmo se lhe quisesse contestar esta qualidade, bastaria o quadro do “Avaí” para confirmá-la porque ali encontramos as mais extraordinárias gamas que podem ser arrancadas à matéria corante empregada na pintura a óleo, a variedade das tintas, a difusão das nuanças, e a multiplicidade dos tons que são de uma opulência admirável”.

Contesta-se a Pedro Américo muita coisa, porque é moda o diminuir-se o passado para realce do presente, como se fosse necessária a planície razeira para que a atualidade resplandecesse e mostrasse o seu perfil. No entanto, ele não é menor do que os maiores do seu século, do que os maiores de séculos anteriores, e nas galerias da Europa ele se recomenda por si mesmo. Pedro Américo não tinha imaginação, asseveram os seus impugnadores de hoje, os que lhe confiscam o direito à sobrevivência no espaço e no tempo. E o que é senão criação pura, flor de imaginação, essa gloriosa “Mulher de Putifar”, e “David e Abizag”, e a sombria “Visão de Hamleto” e a “Judith e Holofernes”? Esses quadros não são simples reproduções

de modelos, mas composições em que entra o gênio poético do artista, o seu sentimento, a sua idéia. Esse Pedro Américo, porem, pertence à história da pintura universal, é de todos os povos, para a emoção de todos os povos. Há no entanto um outro, o que pertence ao Brasil mais de perto, o que deu eternidade ao nosso heroísmo. Temos aqui bem ao alcance do olhar a sua obra-prima: a "*Batalha do Avaí*".

Nas guerras antigas comandava-se na vanguarda. O chefe era sempre o alvo mais visado. As gravuras nos mostram os grandes capitães à dianteira das suas hostes, a pé ou a cavalo, o sabre ou a espada em punho, infundindo coragem, despertando energias, traçando rumos. Foram assim Péricles e Alexandre, Anibal e Cipião, e mais próximo de nós Napoleão que Meissonier immortalizou nessa atitude em suas télas. As armas modernas que se emboscam nas nuvens, nas aves metálicas que cospem fogo e ferro das alturas sobre as legiões em movimento, mataram essa modalidade estética do heroísmo pessoal e generalizaram o perigo que é o mesmo em qualquer parte das linhas, nas trincheiras ou fora delas, não escolhendo o foco de mira porque ele é um só em toda a amplidão das massas que se defrontam. Voltemos a esse passado que sugeriu a Robert de La Sizeranne a sua "Estética das batalhas" e que se perpetua nesta tela de Pedro Américo.

Contemplemo-la para um instante de compreensão. Ela reconstitue um momento da guerra, um momento de combate em que as forças brasileiras afirmavam o nosso poderio militar. Ali estão em jogo as armas da época, armas que pouco valem em face da bravura pessoal do soldado, porque a guerra era então mais o valor do indivíduo do que a potência do material bélico primitivo e de escassa eficiência.

Gritam nessa tela as cores vivas dos uniformes, movem-se as massas no tumulto da refrega, gemem feridos, estorcem-se fisionomias trágicas de agonisantes, cruzam-se baionetas, tilinta o aço das espadas, fogem carretas conduzindo mulheres e crianças, os cavalos corcoveiam e galopam, os generais avançam, atraem a soldadesca com o seu fascínio e o seu desprendimento. Reconhecemos alguns: Osorio no primeiro plano, mais ao fundo, à esquerda, com o seu Estado-Maior, o generalíssimo: Caxias. Sobre o campo envolto em



"Batalha de Avai"

fumo, sobre a tempestade de metralha, cobrindo a tragédia com o seu sorriso azul, um céu quase sem nuvens, sereno, infinito...

A esse quadro nada falta para ser perfeito. "Na "Batalha de Avaí" — escreve Gonzaga Duque — a força do traço, a sinuosidade das linhas, a expressão dos contornos, assumiram proporções que se poderiam dizer desvairadas, se no excesso não estivesse a grandeza empolgante do assunto". No "Combate de Campo Grande", outro episódio da mesma guerra, a sua virtuosidade é idêntica, é a mesma a sua técnica, e os resultados da execução são primorosos.

A pintura de batalhas exige do artista uma capacidade excepcional para a sua realização. Não lhe bastam conhecimentos da sua arte, é necessário que ele penetre a fundo na história, que saiba tirar dos fatos o seu sentido verdadeiro. Ele tem a Pátria na retina, e é com a visão da Pátria que ele perpetua os instantes do seu heroísmo. Poucos pintores desse gênero existem no mundo. A França os teve em maior escala: Gericault, Meissonier, Delacroix, Horace Vernet, Detaille. A epopéia napoleônica está nos quadros desses extraordinários transfiguradores do drama dos entrechoques humanos. Nenhum deles, digamo-lo sem vaidade, suporta um paralelo com o nosso patrício. A "Batalha do Avaí" é o melhor concebido e o melhor executado dos quadros de assunto militar de todos os tempos. E Pedro Américo, não tenhamos receio de parecer exagerados, é nesse gênero o maior pintor do Universo, porque ninguém o superou ou sequer o igualou no vigor da composição, na grandesa e no arrojo dos planos, no domínio absoluto que tinha dos segredos da sua arte. Ele foi, com efeito, o pintor do heroísmo brasileiro, aquele que nos deu a mais segura impressão do que foi a nossa gente naqueles dias de sangue e de lágrimas, quando o nosso Exército, nas charnechas mediterrâneas fazia milagres para a salvaguarda da nossa soberania em perigo.

Não houvesse Pedro Américo pintado essas jóias de inspiração bíblica que são os seus quadros hauridos nos versículos do Livro dos Livros, e os retratos de personagens famosas, e a cenas de costumes exóticos, e as figuras religiosas, e os tipos dos lugares por onde andou, e só essa "Batalha do Avaí" seria suficiente para a sua consagração, porque nela não há, apenas, uma obra de arte imensa, mas há, principalmente, o Brasil heróico e eterno na coragem cívica da sua raça de bronze.

# FERNANDO DE NORONHA

Cel. Av. LYSIAS RODRIGUES

## I

### PROVAVEL FORMAÇÃO GEOLÓGICA DO ARQUIPÉLAGO

Quem estuda a fisionomia geral do orbe terráqueo, ao enfrentar o problema do continente americano não pode fixar como nos outros continentes, com um só golpe de vista, suas linhas gerais características, linhas que dão no conjunto a fisionomia geral, e consequentemente, a marcha de sua evolução.

A primeira impressão que se tem, ao analisar este continente, é essa gigantesca cadeia de montanhas que orla sua parte ocidental, e que, por assim dizer, une a parte setentrional à meridional.

Por outro lado, sabemos, pois que os mais eminentes geólogos o afirmam categoricamente, que as terras do continente americano, particularmente as do planalto central brasileiro, são das mais antigas que se conhece.

No entanto, o estudo feito da cadeia de montanhas que orla o continente americano a oeste, cadeia que se estende de Alaska ao Cabo Horn, nos revela que sua formação é de origem recente, datando no máximo da era terciária. Comprovação disso é a teoria construída pelo sábio Von Ihering, baseado no estudo da flora marinha, que estatue a existência, antes da era terciária, de dois continentes isolados no lugar onde é hoje a América.

O continente norte abrangia os terrenos do Canadá de hoje e seus prolongamentos meridionais, e se estendia até à Europa atual; o continente sul, por sua vez, englobava o maciço central do Brasil prolongando-se até o plateau indo-africano. Entre os dois continentes, emergia a ilha das Guianas, com o seu provavel prolongamento oriental: A Atlântida.



O período terciário foi marcado por movimentos telúricos violentíssimos de amplitude descomunal, que deram ao mundo o aspecto geral que ele hoje tem.. Foi uma transformação radical no aspecto físico, com a submersão de vários tratos de terra enormes, com a emersão de continentes, criação de oceanos e supressão de outros, alteração do regime dos ventos e do próprio clima, à força de erupções vulcânicas violentíssimas, maremotos terríveis, tremores de terra espantosos e tempestades tremendas.

O homem, que já existia na época terciária, conforme Lund e Ameghino já o provaram, nos legou o relato de alguns desses extraordinários acontecimentos.

Conta-nos o "Popol Vuh", o livro sagrado dos Quichúes, povo de alta antiguidade, a catástrofe espantosa que foi a submersão do continente Atlântida em três dias e três noites inolvidáveis.

O "Código Troano", estudado a fundo pelo cônego Brasseur de Bourbourg e traduzido por Le Plongeon, essa bíblia dos Mayas, outro povo cuja história se perde na noite dos tempos, por sua vez nos relata o cataclisma assombroso que foi o desaparecimento do continente de Mú, chegando mesmo a fixar a data desse acontecimento em 8.600 anos antes de ser escrito o livro, graças à tradição oral fielmente guardada. Foi durante esta convulsão da Terra que os Andes e o resto dessa cadeia de montanhas se levantaram.

Darwin, o grande sábio, quando fazia a volta ao mundo na corveta "Beagle" fixou o que ele imaginava ter sido o espetáculo do levantamento dos Andes. Raimundo de Moraes, o brilhante autor de "O país das Pedras Verdes", assim comenta:

*"Darwin imprime tal vibratibilidade à narrativa, tal colorido à frase, que parece um rapsodo contando o susto que lhe causára a música selvagem de milhares de pedras rolando no lençol das águas.*

*Tão vivo é o seu poder descritivo que se ouve o ruído dos penhascos a se chocarem e a se quebrarem no torvelinho da caudal que se espada na montanha abaixo, e, se diferencia o ruído das águas a cobrir o barulho dos penedos, o tumulto dos seixos e dos blócos, tremendo e roçando uns nos outros; distingue-se a avalanche rocho*

*sa na voragem espumante, precipitando-se na ladeira fatal como um turbilhão de pedras que enlouqueceram subitamente”.*

Ao levantarem-se os Andes, ao submergirem-se continentes, ao abrir-se a calha do Amazonas, ao emergirem as terras para darem a configuração que a América tem hoje, na cacofonia tumultuosa dessa era de renovação, foi que aflorou e surgiu das águas do Oceano Atlântico, por levantamento submarino, o arquipélago que depois se chamaria *Fernando de Noronha!*

Depois, o equilíbrio pouco a pouco se restabeleceu. Os oceanos acalmaram-se. Tudo serenou. Estabilizados os continentes e os oceanos, tudo retomou o ritmo regular de evolução normal.

E *Fernando de Noronha* enfeitou-se de árvores e flores para ingressar na História:

#### DOAÇÃO

Tendo, em 1503, uma náu de Fernão de Noronha chegado ao arquipélago, solicitou ele ao rei D. Manoel, de Portugal, lhe fosse o mesmo doado, por ter sido seu descobridor. No Diário da Armada”, de Martim Afonso de Souza, encontra-se cópia da ata de doação, da qual consta:

*“Dom Manoel, por graça de Deus rei de Portugal e Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor de Guiné e da conquista navegaçam e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que avendo nós Respeito aos serviços que fernam de lronha cavaleiro de nossa casa nos tem feitos e esperamos ao diante dele receber e querendo-lhe por isso fazer graça e mercê.*

*Temos por bem e nos praz que vindo a se povoar em algum tempo a nossa ilha de Sam Joam que ele ora novamente achou e descobriu 50 legoas alamar da nossa terra de Santa Cruz lhe darmos e fazemos mercê, etc., dada a nossa cidade de lisboa desses seis dias de Janeiro Francisco de Matos a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quatro”.*

Por causa desta ata tem havido enorme celeuma entre os historiadores.

Houve quem procurasse achar a significação do “novamente achou e descobriu” dizendo que na época, o termo NOVAMENTE era usado na acepção de recentemente. Outros, alegando as dificuldades da navegação nesses tempos, acham que não seria demais usar dessa expressão, tendo ido Fernam de Loronha segunda vez à ilha. Ainda outros, atribuíam à esta doação da ilha, intensão de ridicularizar Fernam de Loronha, por ser um comerciante judeu, desconhecido de navegação, pouco antes ingressado no cristianismo. Nada disso é aceitavel. Quando D. Manoel recebeu a notícia do descobrimento da ilha e o pedido de doação da mesma por Fernam de Loronha, é óbvio, que fez consultar a Tesouraria Real, onde se achavam guardados os documentos referentes às descobertas marítimas, afim de verificar se tal ilha não houvera sido descoberta e doada anteriormente a outra pessoa. Comezinho gesto de bom senso, que só podia ser praxe de há muito adotada.

Diz Ribeiro de Carvalho:

*“Mapas, portulanos, cartas, roteiros, livros de bordo, memórias, relatórios de pilotos, etc., tudo era guardado com o maior segredo na Tesouraria do Rei, onde raros penetravam. Eram segredos de Estado”.*

É claro que estava registrada sua descoberta, e tanto é assim, que D. Manoel a chama pelo nome com que fora batizada: “a nossa ilha de Sam Joam”. Doou-a a Fernam de Loronha, ou porque pertencesse ainda ao rei, ou porque seus proprietários já houvessem falecido sem deixar descendentes, revertendo à coroa a doação. Senão, como explicar esse nome de “Ilha de Sam Joam”?...

Varnhagem dá como explicação a possibilidade de ter Fernam de Loronha descoberto a ilha no dia 24 de Junho, data em que se comemora o onomástico de S. João.

Mas, se nem sequer há provas de ter vindo Fernam de Loronha pessoalmente ao arquipélago, porque fazer suposições sem bases?...

Mas, quem o teria descoberto?... Quando?

É o que vamos tentar esclarecer aqui, apresentando o resultado de nossas pesquisas sobre o assunto.

## A DESCOBERTA

Se a D. Diniz, "o grande", cabe o preparo dos navegadores e da esquadra para a conquista dos mares, com que sonhava, a D. Afonso IV, "o bravo", cabe indubitavelmente a primasia de ordenar as primeiras explorações do "mar ociano".

As tentativas iniciais foram infelizes, mas, conta-nos Assis Cintra ("Na Margem da História") que consta no "Arquivo Reservado do Vaticano" livro 138, fls. 148 e 149 os seguintes documentos:

*"Um dia aportou em Lisboa um dos capitães — Sancho Brandão. Desgarrando-se no mar do ocidente, castigado pela tempestade, e impellido por uma corrente misteriosa, o capitão Sancho alfim abordava uma terra magnifica, habitada por homens nus, opulenta em árvores de tinta vermelha. Tentara contorná-la, navegando para o norte. Não pôde, porem, descobrir "outras ilhas". Carregando consigo alguns homens e algumas produções da terra, Sancho Brandão e seus bravos marinheiros velejaram para Portugal, anciosos para incrustarem na coroa portuguesa a glória do primeiro descobrimento nos mares do Ocidente. Orgulhoso pela vitória conseguida e grato ao valente marujo que lhe dera uma terra nova, Affonso IV batizou a grande terra do pau vermelho com o nome de "Ilha do Brasil".*

*A 12 de Fevereiro de 1343, como era de praxe, comunicou ao papa Clemente VI o auspicioso acontecimento, em carta escrita de Montemor-o Novo. E assim se expressou:*

*"Diremos reverentemente a Vossa Santidade que os nossos naturais foram os primeros que acharam as mencionadas "ilhas do continente"... — Dirigimos para ali os olhos do nosso entendimento, e, desejando pôr em execução o nosso intento, mandamos as nossas gentes e algumas náos, para explorarem a qualidade da terra, as*

*quais, abordando as ditas ilhas se apoderaram; por força, de homens, animais e outras cousas e as trouxeram com grande prazer aos nossos reinos”.*

Anexa à carta achava-se um mapa da região descoberta, e nele a inscrição: Insula de Brasil.

Se atentarmos para o fato de que a corrente marítima do Atlântico Sul, vem bordejar o arquipélago de Fernando de Noronha, e só algumas dezenas de milhas adiante, para noroeste, é que ela se bifurca, poderíamos ser levados a crer que Sancho Brandão ao descobrir “outras ilhas do continente” houvesse também descoberto Fernando de Noronha. Não é para se meditar longamente esta frase: “outras ilhas do Continente ? !

Mas, prossigamos. As explorações encetadas em 1343, continuaram até 1375, e constam de diversos mapas antigos: o de Ranulf Nyggeden, de 1360, o de Nicoláo Zeno, de 1380, e principalmente naquele mandado copiar por um cartógrafo maiorquino, em Portugal, em 1375, pelo rei de França, Carlos V, devidamente autorizado, e que hoje faz parte da coleção da Biblioteca Nacional de Paris, (III, 132, SXVI).

Cessaram a partir de 1375 estas explorações ? Não o sabemos. O facto é que, só em 1431 se inicia de novo a exploração do “mar ociano”, porem, desta vez de modo seguro, contínuo.

Quando Gonçalo Velho, em 1431, a instâncias do infante D. Henrique de Portugal, meteu a proa de sua caravela Atlântico a dentro rumo a oeste, iniciava sem o saber a era das descobertas marítimas sistemáticas do ocidente, e começava a epopéia grandiosa que a gente portuguesa soube escrever com letras de ouro.

Para se avaliar o vulto desse movimento nessa época, basta e é suficiente a indicação de que, de 1431 a 1446, saíram de Sagres mais de 50 caravelas para explorarem o “mar tenebroso”.

A quase totalidade desses ousados navegadores trouxe notícias de descobertas, tanto na costa da África, como no “Mar Ociano”, e até nas “terras ao poente”, isto é na América.

Duarte Galvão, no seu “TRATADO DOS DESCOBRIMENTOS”, nos diz que, “nesse tempo foram terras e ilhas descobertas, de que já não há memória”, tais e tantas eram elas.

O Padre Vidal de La Blache ("La Terre") afirma:

*"É assim que, a partir do momento em que descobriram os Açores, os portugueses... tentaram expedições para o oeste do Atlântico".*

Rocha Pombo, com sua autoridade indiscutível ("História do Brasil") diz:

*"O que é preciso notar com insistência, porque é de justiça, é que desde os primeiros tempos daquele movimento marítimo, os portugueses invadiram a vastidão do Atlântico".*

Pode-se dizer que depois do impulso que a Escola de Sagres dera àquela obra gigantesca, não se passou mais um ano, até ao século XVI, sem que de Portugal partissem expedições para todos os mares da terra.

João de Barros, o grande historiador português que todos nós conhecemos, declara estar certo de que "no tempo do infante D. Henrique, os nossos navegadores fizeram mais descobertas do que as mencionadas nas crônicas".

Como confirmação dessa sua afirmação, cita o depoimento de um piloto português, que navegando para o oeste do Atlântico, chegou em 1521 com a sua caravela "a uma ilha fértil e deshabitada, a uns dois graus da latitude austral, ilha essa na ocasião batisada de S. Mateus, onde numa árvore se achava gravado que portugueses por lá tinham passado em 1438".

Diz mais. "O ato não é inverosímil, se para explicar a longa ignorância desta descoberta admitirmos que os descobridores não lograram regressar ao reino. Para localizar a ilha, observo que nenhuma há no Atlântico austral cuja latitude se aproxime mais de dois graus do que a brasileira de Fernando de Noronha, e como esta é a mais avançada a leste da América do Sul, e portanto, logo ocorre identificá-la como São Mateus".

Ora, João de Barros é um nome de respeito; Duarte Leite, — "hoje citado por todos os grandes historiadores americanistas, e reputado entre os mais lúcidos investigadores dos descobrimentos dos

séculos XV e XVI", no dizer de João de Canali ("Américo Vespuccio"), é quem o chama de "historiador circumspecto".

Sua afirmação tem um alto valor, razão pela qual aceitamos como absolutamente certa sua palavra, e como sendo 1498 o ano do descobrimento do arquipélago de FERNANDO DE NORONHA.

Mas, há mais, além do testemunho de João de Barros. Em 1448, o cartógrafo veneziano André Bianco, indo para a Inglaterra escalou no Algarve, onde lhe foram fornecidos muitos dados sobre as descobertas dos navegantes portugueses. André Bianco, imediatamente incluiu-as no mapa que estava fazendo, mapa esse que só terminou na Inglaterra.

Nele vamos encontrar uma ilha anotada curiosamente: "ilha autêntica a 1.500 milhas ao poente". A posição dada a esta ilha, seria a que compete ao Cabo de São Roque; ora, nenhuma outra ilha pode-se confundir em posição com Fernando de Noronha, e os erros das distâncias nos mapas, até muito mais tarde, eram até escandalosos.

Por isso João de Barros comentando este mapa disse:

*"Se a ilha foi realmente avistada, talvez seja a de Fernando de Noronha, a umas 60 léguas a nordeste do citado cabo... Aliás é inacreditavel que a "autêntica" não tivesse sido revistada antes de 1.501, quando a descobriu Fernão de Noronha".*

A indicação "autêntica" queria frisar, que não havia miragem, e que de fato foi constatada sua existência.

Juan de la Cosa, outro cartógrafo que deixou nome, no seu mapa de 1.500, que podemos encontrar na nossa Biblioteca Nacional, no Periplus de Nordenskiöld (Plancha XLIII), já trás a ilha Fernando de Noronha em sua posição quase exata, e com uma configuração bem próxima da verdade, o que justifica as palavras de João de Barros, quando diz que "é inacreditavel que ela não tivesse sido revisitada antes de 1501".

Juan de la Cosa deve ter tido informações precisas da forma e da posição da ilha antes da confecção do mapa. Quem as teria dado? A carta do rei Afonso IV ao papa Clemente VI e a descoberta da

ilha FERNANDO DE NORONHA em 1438, mostram à evidência que os portugueses desde então conheciam terras da América. E prova cabal é, a bula baixada pelo Papa Nicoláo V, a pedido do rei de Portugal, em 1454, que adjudicava a este reino as terras e ilhas a loeste, no Mar Ociano. Era uma bula de proteção ao segredo das descobertas.

A bula de Alexandre VI, de 1493, não foi mais que mera ratificação da de Nicoláo V. Vamos ver porque!

### AUMENTO DA NAVEGAÇÃO PARA O ATLÂNTICO SUL

Vimos como a navegação para o Atlântico Sul aumentou grandemente desde o reinado de Afonso V, de Portugal; desde 1470 havia intensa navegação para a América do Sul por causa do pau brasil, de portugueses e de navegantes de outros países que faziam o contrabando; de tal sorte era o tráfico que, a 19 de outubro de 1470, o rei D. Afonso baixou uma carta régia, na qual:

*“proibia às pessoas que tinham privilégio de comerciar com a Guiné, negociarem com as tintas do Brasil, que estavam reservadas para si”. Isto em 1470!*

Em 1473, Fernão Teles apresentou ao rei Afonso V de Portugal e à Junta de Geógrafos e Matemáticos presidida pelo Infante D. João, o roteiro de suas descobertas no “mar ociano”; acompanhava esse roteiro um mapa, no qual se achava figurada estensa costa, bordada de ilhas, enseadas e rios.

Nosso eminente consócio General Damasceno Vieira, em “Falsamentos de Nossa História”, aprecia estes documentos dizendo:

*“Verifica-se que as terras solicitadas por Fernão Teles compreendem a costa norte do Brasil, desde o Maranhão até ao Ceará, com os respectivos acidentes terrestres e hidrográficos, e a representação do delta do rio Parnaíba, no Piauí”.*



Por sua vez, o Dr. Gaspar Frutuoso ("Arquivos dos Açores", VII), nos conta que a doação dessas terras feitas a Fernão Teles pelo rei Afonso V, "eram iguais às que tinha outorgado às de Guiné ao Infante D. Henrique", o que vem provar o valor da doação e o reconhecimento desse grande valor.

Uma vez que tais descobrimentos eram segredo de Estado, e que o tráfico aumentava, procurou o rei de Portugal salvaguardar mais ainda seus direitos, provocando o Tratado de Alcaçovas (1479) no qual ficou estabelecido que:

*"Não só a costa da África, como todas as ilhas descobertas ou que viessem a descobrir para o ocidente (exceto as Canárias), pertenceriam à coroa portuguesa".*

Era um golpe inteligente dos portugueses, que assim podiam continuar a explorar em segredo suas descobertas, como já o haviam feito baseados na Bula de Nicoláu V.

Segundo alguns documentos da Torre do Tombo ("Arquivo dos Açores"), a carta da confirmação de doação de Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito (3 de março de 1486) "vem revelar a existência de trabalhos da maior importância relativos à América, em que já não se trata de descobertas, mas da posse efetiva, da conquista, da ocupação".

E tal valor dava a esta ocupação D. João, então rei de Portugal, que resolveu mandar uma esquadra explorar o novo continente, e nela o seu melhor cartógrafo, Martin Behaim, devendo registrar num mapa a configuração do continente de pau brasil, e seus acidentes geográficos.

Essa esquadra partiu em março de 1487 da Ilha Terceira, percorrendo, segundo parece, a costa da América Central e a parte norte da América do Sul.

A consequência lógica dessas contínuas viagens para o Brasil, era a natural descoberta do arquipélago de Fernando de Noronha, que ficava no caminho, e mesmo o povoamento da terra. O terceiro dos nove "Provarás" que o Dr. Jordão de Freitas encontrou na Torre do Tombo, aliás, prova que já em 1490 havia engenhos de açúcar e moradores em Pernambuco.



FERNANDO DE NORONHA — Vista tomada de ilha Raza.



FORTE DOS REMEDIOS construído pelos portugueses



Forte dos Remedios, construído pelos portugueses, avistando-se  
porto do Cachorro e Santo Antonio e ao fundo a ilha Raza.  
(Foto Horácio de Gusmão Coelho)



ALDEIA DE QUIXABA — ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

Em 1498, nova esquadra foi aprestada, sob o comando de Duarte Pacheco Pereira, e novamente com Martin Behaim navegou para a América do Sul.

Em "Esmeraldo de situ orbis" (Liv. I, Cap. 2), Duarte Pacheco relata ao rei de Portugal:

*"E por tanto bemaventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano do vosso Reynado do hano de nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oyto, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte occidental passando alem a grandeza do "mar ociano" donde he achado e navegado huma tam grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a elas, que se estende a setenta graos de ladeza equinocial contra o polo arctico..."*

*Por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante por vinte e oyto graaos de ladeza contra o polo antarctico, he achado nella munto e fino Brasil, com outras muitas couzas de que os navios deste Reyno vem grandemente carregados..."*

Não é pois de extranhar que uma das caravelas de Duarte Pacheco, senão toda a esquadra, houvesse passado junto a FERNANDO DE NORONHA e fixado os dados a ela referentes. Em Lisboa, divulgada a notícia, chegou ao conhecimento de Juan de la Cosa, que a registrou em seu mapa.

### FERNANDO DE NORONHA

Como se vê, quando a caravela pertencente a Fernando de Noronha "novamente descobriu" o arquipélago, já era ele de há muito conhecido dos portugueses.

E quem era essa figura, tão pouco conhecida, cujo nome deturpado deu ao arquipélago?

Muito pouco se tem escrito sobre a pessoa de Fernam de Loro-nha, e esse pouco infelizmente, completamente errado.

Muitos escritores chamam-no judeu; outros batizam-no por cristão novo, talvez aceitando o que escreveu Masser em sua "Relazione", onde, referindo-se ao pau brasil, diz:

*"il qual verzi é appaltado per Firnando dalla Rogna, cristian nuovo"*.

Nosso ilustre consócio Ten. João Egon Prates, historiador e profundo conhecedor de heráldica e genealogia, sobre Fernam de Loronha assim se expressou:

*"Nenhum documento oficial encontramos que prove essas suposições. Antes, todos eles, constantes de cartas de previlégio, mercês, honras, etc., só concedidas a pessoas notórias, de sangue limpo, mostram o contrário.*

*Segundo se depreende dos linhagistas lusos, era Fernão de Loronha oriundo de familia inglesa, tanto assim que teve Carta de Brazão de Armas na Inglaterra; tal era a importância dessa familia ali, que o rei da Inglaterra cedeu ao Brazão de Armas dela, "meia rosa" das do seu Brazão.*

*Em 1506, Fernão de Loronha requer ao rei D. Manoel, permissão para usar suas armas. D. Manoel nega essa permissão, e lhe outorga novas armas, portuguesas, nas quais figurava a meia rosa cedida pelo rei da Inglaterra".*

Ora, não é de crer que o rei fosse ter, nessa época de intolerância religiosa, distinções dessa classe com um Judeu ou um cristão novo!

"D. João III, em 1524, confirma a Carta de Brazão de Armas de Fernão de Loronha", diz-nos o Ten. João Egon.

Ora, é coisa sabida que, foi justamente no reinado de D. João III que a perseguição da inquisição esteve no seu auge, tendo sido supliciadas mais de 20 mil pessoas. Um rei beato como D. João III, que dera esse nefando impulso a essa maléfica instituição iria dar confirmação à Carta de Brazão d'Armas de Fernão de Loronha, se

ele fossa judeu ou cristão novo? Não julgamos possível! E este rei deu-lhe outras mercês.

No erudito trabalho do Dr. Antonio Baião, encontramos a "confirmação a Fernando de Noronha do previlégio de ser cidadão de Lisboa" e a que lhe concede a honra de "fidalgo de cota d'armas".

Da primeira consta:

*"Dom Joam, rey de Portugall e Algarves, etc.*

*A quantos esta nosa Carta vire faço saber que por parte de fernã de lronha cidadã da nosa cidade de lix<sup>a</sup> nos foy apresentada huã carta del Rey meu Senhõr e padre que samcta gloria ajaa da quall ho teor tall he § Dom manonel per graça de deus Rey de Portugall e dos algarves daque e dalem mar e afriqua primcipe de castela de liam daragam de cezilia de granada etc senhor de guiné a quantos esta nosa carta vire fazemos saber q temos recebido de fernã de lronha cavaleiro de nosa casa e ao diante delé esperamos receber e des hy por lhe fazermos graça e mercee temos por bem e o fazemos cidadam e esta nosa cidade de lix<sup>a</sup> E queremos e nos praz q daquy em diante ajaa e goze da todallas graças previlgios honrras liberdades franquezas q te e ham e dever haver os cidadãos da dita cidade. E mãdamos ao governador corregedor e justiças della e a todollos outros de nosos Regnos q ajm daquy e diante o dito fernã de lronha por cidadão asy como a cada hũ dos q ho sam e lhe guarde e cumprã e façã muy inteiramente comprir e guardar todallas ditas liberdades e cada hũas dellas asy e tam compridamete como nellas hee contendo se duvyda qe a ello por q asy hee nosa merce. dada e lix<sup>a</sup> a X de fevereiro Joam paez a fez ano de noso Senhor Jhũ X<sup>o</sup> de myll iij l R b iij (1498).*

*Pedindo-nos o dito fernão de lronha por merce q lhe confirmasemos a dita Carta E visto per nos seu requerimeto queremdo-lhe fazer graça e merce temos por bem de lhe confirmar e avemos por confirmada asy e da*

maneira q se nela conte a mãdamos q asy se cumpra e guarde.

dada e a nosa cidade devora a X de junho jorge da fONSECA a fez ano de nosso Senhor Jhú X<sup>o</sup> de myll b c XX iii j (1524)

(Chancellaria de D. João III, L<sup>o</sup> IV fls. 58).

O segundo documento, encontrado tambem nos documentos da Chancellaria de D. João III, (Livro 18 fls. 33 verso), assim reza:

*“Dom Joham, rey de Portugall e Algarves, etc.*

*A todos os que esta mynha carta vyre ou o trellado della antentico, seya sabydo pera sempre que asy como Deos per sua Justiça e bomdade ynfinda aos que neste mundo temporar bem e onestamente vyre, da no outro eterna grorya e galardam ynmortall asy he cousa justa e muy rezoada que os Reys e pryncipes que na terra seu logar tem por seu exemplo aos que corporallmente com fieldade e memoraves servyços virtuosamente o serve nam somente com graças favores e merces satysfaçam e contente suas vidas mas aynda por boom enxemplo de virtuosos servyços e que delles deçendere com outros premyos e honras que desta mortolydade seyam ysemtos de todo, e portanto sendo eu em conhecymento de certa sabedorya que fernam de lronha cavalleiro de mynha casa tem servydo a el Rey meu Senhor e padre, que Deos tem em muytos servyços de muyta valya com muyta fieldade e muyta verdade, e asy a my fazendo sempre como home boom virtuoso que elle he consyderando no merecymto de todos os ditos servyços cuyo galardã nã somente deve ser temporall mas merece ser com acrecentamento de honra e louvor perpetuamente satysfeito e vendo ser cousa justa fazello asy o dito fernam de lronha pello amor que per suas virtudes e bondades lhe tenho Eu de meu moto proprio e certa cyencya e com acordo e justo parecer dos de meu conselho e do purtugal meu Rey d'armas pryncipall por renumeraçã do*

dito fernam de lronha grorya e honra dos que delle descendere o faço por esta mynha carta fydalguo de cota d'armas e asy aos que delle legitimamente per lynha direita procedere pera sempre e o abélito pera yso e o renovo do numero jerall dos homes e comto prebeso e o reduzoo e trago ao comto e estymo e party pagam dos nobres fidalgos de linpo sangue e sobre yso por que a elle e ao merecymto dos seus boos servyços seya com resprandor satysfeito e aos popellares na virtuosa emveya da tall grorya se ascendão nese deseyo e em enxercicyo de semelhantes obras eu lhe dou por armas he ornamento da nobreza e synaes della para elle e seus descendentes pera todo sempre brazam d'armas elmo e tymbre na maneira seguyntes a saber:

ho escudo partydo em palla a pymeira parte de prata e nella na cabeça húa mea froll de lys de ouro pegada com ñea rosa de vermelho em chefe e a outra parte de verde com a mesma mea froll de lys de ouro e pegado mea rosa de vermelho em pontas e húa pomba de prata voante, elmo de prata, saiado, paquife de prata e verde, por tymbre a mesma pomba o qual brazã darmas ellmo e tymbre o dito portugall meu Rey darmas per meu espreso mandado ordenou loguo registou em seu lyvro de Registo das arma dos fidalgos com sua cota darmas que dos mesmos synaes lhe dou segundo que em meo desta carta vegivelmente per arte e magesteryo de pintor com cores e synaes he devysada a demonstrada o qual escudo armas e synaes posa trazer e tragua o dito fernã de lronha e todos os seus desendentes em todos os logares de honra em que os nobres e antigos fidalgos sempre costumará trazer em tempo dos muy esclarecidos Reys meus progenytores e com ellas posa entrar en batallas campos duelos retos e escaramuças e desafios e enxercitar e em suas casas edificios e leixadas sobre sua propria sepoltura e finalmente seroyr e honrar e aproveytar dellas em todo e per todo como o auto e prerogatyua de nobreza convem.



*Porem mando ao dyto portugall meu Rey darmas que as tenha em booa e devyda guarda e asy aos outros que depos elle forem e a quaesquer arautos e passavantes e a todos os que seguem a arte e exercicio do nobre e reale officio darmas a quem ysto ao diante pera sempre verdadeyramente pertencer que as registem estas armas e synaes e as ponha yso mesmo em seus lyvros autemtycos pera em todos os tempos serem avidas por aprovadas e verdadeyras e lhes leixem lograr e pesoyr e aos que delle deçendemrem per lynha direita como cousa sua propria e a outros algús nám e mando a todos meus corregedores e dezembargadores juyzes e justiçaes officiaes e pessoas a que esta mynha carta for mostrada que em todo lho cumpram e guardem e façam cumprir e guardar as honras prevylegios e graças e mercés franquezas e ysenções que de direito lhe pertence como se guarda aos antygos fidalgos de meus Regños sem duvyda nem embargo que a ello posto por que asy he mynha merce e por lembrança e firmeza lhe mando dar esta carta per mim asynada e asellada do meu sello de chumbo dada em mynha muy nobre e sempre leall cydade de lixboa aos XXIIY (23) dias do mes de setembro pero devora Rey darmas algarve e escrivã da nobreza a fez anno de noso S.õr Jhú Xpõ de myll b c XXX I Y annos”.*

Se não fossem suficientes essas provas, bastaria o simples fato do pai de Fernando de Noronha ter sido sepultado no convento de S. Francisco de Evora, para provar que não era judeu nem cristão novo.

Fernam de Loronha era rico, e as taxas que pagava ao erário real eram vultosas. Costumava enviar navios de abastecimento, seus, acompanhando as esquadras que saiam em descoberta.

Há informações positivas de caravelas suas nas esquadras de João da Nova (1501), Francisco de Almeida (1503), Gonçalo Coelho (1501 e 1503), sendo que nesta última viagem de Gonçalo Coelho, Américo Vespuccio veio representando Fernando de Noronha.

Américo Vesputio descreve a descoberta da ilha da forma seguinte, ao escrever ao Gonfaloneiro de Veneza:

*“E partindo daqui (Serra Leôa) pelo S. O. quando teríamos andado bem 300 leguas pela imensidade deste mar, estando já além da linha equinocial 3º para o sul descobrir-se uma terra de que então podíamos estar 22 leguas, o que nos servio de maravilha achando que era uma ilha no meio do mar, extremamente alta e notavel por não ter mais de duas leguas e uma de largo e nunca foi habitada por gente alguma. O capitão mor me mandou com a minha náu áquella ilha, em procura de algum surgidouro, onde pudessemos ancorar todos os návios. E achei nela um belo porto, onde seguramente podiam ancorar todas as náos.*

*Esta ilha é deshabitada, tem muitas águas doces e correntes, infinitas árvores e inumeraveis aves marinhas e terrestres, tão simples que se deixaram apanhar à mão, e assim caçamos tantas que carregamos um batel delas; não vimos outro animal senão ratos muito grandes, largos com duas caudas e algumas serpentes”.*

### O CONTRATO DA EXPLORAÇÃO DO PAU BRASIL

É de 1503 o contrato de exploração de páu brasil feito por Fernando de Noronha; e a 6 de outubro de 1503, o rei de Portugal isentava de impostos e direitos “as mercadorias das náus que foram com o almirante e os que comprarem nos navios do trato de Fernam de Loronha das terras novas, durante o tempo do seu contrato que seu contrato que se acabará no ano de 1505”.

A doação da ilha, que como vimos se fez a 16 de Janeiro de 1504, foi com obrigações pesadas para Fernando de Noronha; ele devia continuar o descobrimento, levantar um forte para a defesa da terra firme e reservar o quinto da renda para El Rei.

Justamente o fato de Américo Vesputio ter construido um fortim na terra firme, depois de ter se eximido do comando de Gonçalo Coelho e percorrido parte da costa do Brasil, e o carregamento

de páu brasil que sua caravela fez, foi que evidenciaram sua posição de fato, na frota de Gonçalo Coelho; um preposto de Fernando de Noronha:

Damião de Gois, Pedro Mariz é o Padre Dimão de Vasconcelos, que relataram a viagem da esquadra de Gonçalo Coelho em 1503, nos contam que:

*“Partiu a esquadra de Lisboa a 10 de Maio de 1503, com o propósito de ir para a banda do Oriente, em direitura às ilhas do Cabo Verde. Castigados pelos temporais, foi levado para sudoeste, achando a 10 de agosto de 1503 uma bela ilha, extremamente alta. Foi então que a batizaram com o nome de ilha da Quaresma”.*

Era o terceiro batismo da ilha de FERNANDO DE NORONHA, que teria ainda outros mais. (S. Matheus, S. Joam, Quaresma).

Fernando de Noronha nada quis fazer em benefício da ilha, que com o seu nome deu-o ao arquipélago. Diz o Dr. Mario Carneiro do Rego Melo, erudito historiador pernambucano, em uma memória apresentada ao 5.º Congresso de Geografia que realizamos (“Arquipélago de Fernando de Noronha”) que: “Fernam de Noronha nada fez pelas terras que lhe doaram”.

Orlando Machado, em um opúsculo com o mesmo título que o de Dr. Mario Melo, afirma:

*“Durante esse longo percurso de 150 anos esse arquipélago não foi mais que uma espécie de título de grandeza para o seu descobridor e respectiva descendência, que nunca se ocuparam dele, nem mesmo quando por duas vezes ocupado pelos holandeses em 1629 e 1635”.*

O que Fernam de Noronha fez, foi transformar em deserto aquela ilha que Vespuccio achava “de águas muitas, doces e correntes, infinitas árvores e inumeráveis aves marinhas e terrestres”, para tirar o páu brasil e madeira de lei derrubou e levou quase todas as árvores da ilha, acaretando a seca dos mananciais de água doce corrente, um dos quais somente, até hoje resistiu, e causando o exter-

mínio das aves que ali havia. A tal pouto chegou essa destruição, que em 1916-17 a ilha suportou dois anos sem chuvas. Não fora as providências acertadas dos administradores que ali teem estado, principalmente o atual, que procurou fazer o reflorestamento, a abertura de poços artesianos, e o repovoamento de animais, aves e pássaros, e seria hoje Fernando de Noronha sáfara e inhabitavel.

### REFORMADA A DOAÇÃO

Por morte de Fernando de Noronha, e solicitação da família, D. Sebastião, rei de Portugal, reformou a doação feita em benefício de um neto do beneficiado: Fernão Pereira Pestana de Loronha. Esse proprietário, igualmente nada fez pelo arquipélago.

Diz Pereira da Costa ("A ilha de Fernando de Noronha") que "em... 1602 havia na ilha, talvez por conta do donatário, apenas um feitor com treze escravos de ambos os sexos".

Caravelas de todos os países da Europa demandavam de continuo a América do Sul em busca de páu brasil; assim não é de extranhar, que em 1612 a França tivesse se interessado por apossar-se de um pedaço do novo continente, e enviasse a expedição sob o comando de Mr. de la Revardière, que conquistou o Maranhão. Esta expedição aportou em Fernando de Noronha a 26 de julho de 1612, tendo o capuchinho Claude d'Abeville deixado interessante carta sobre a ilha, que diz:

*"No dia 26 de julho ancoramos defronte da ilha. Tem esta ilha 5 a 6 leguas de circumferencia; é bonita e agradável e uma das melhores terras, si assim se pode dizer, muito vigorosa, extremamente fertil, capaz de produzir tudo quanto seja util.*

*Demoramos ahi quinze dias para refrescar e beber agua fresca. Encontramos melões aboboras, batatas, ervilhas verdes e outros frutos excelentes, muito milho e algodão, bois, cabras sobretudo grande quantidade de pássaros de diversas especies desconhecidas e em número infinito, o que muito nos agradou por serem bons para*

comer e de facil caçada, pois podiam ser mortos no vôo ou sobre as árvores varadas e as cacetadas, e até a mão em seus ninhos.

A maior parte deles, põem ovos sobre hervas ou mesmo na terra e não se retiram desses lugares embora sejam empurradas a ponta pé, sem dúvida com receio de se esmagarem os ovos.

Parece incrível a quantidade de pássaros ahí existente e eu mesmo não acreditaria si não visse.

Entre as árvores mais notaveis da ilha há uma muito bonita e agradável (hoje chamada "burra leiteira") que tem as folhas verdes muito parecidas com as do loureiro); si por acaso tocades essas folhas com as mãos e depois coçades os olhos, sentireis logo tão forte dor por três a quatro horas a ponto de perderdes a vista, junto à árvore se encontra geralmente outra qualidade ahí por antidoto, por bondade divina, tendo as folhas a propriedade de tirar a dor, e restituir a vista apenas se esfregar com elas os olhos, e como vi acontecer num individuo da nossa companhia.

Habita a ilha um português em companhia de 17 ou 18 índios homens, mulheres e crianças todos escravos e para aquí desterrados pelos moradores de Pernambuco. Batisados a maior parte deles, casados dois, depois de haverem plantado a cruz no meio de uma capela, que preparamos para a celebração da santa missa.

Estes pobres índios bem como o português receberam de Mr. de Raily e Mr. de la Ravardière tantas finezas que sabendo do nosso projeto de implantar no Maranhão a fé e a crença do verdadeiro Deus, para o que levamos quatro padres capuchinhos, pediram-nos com instancias para tira-los desse logar e leva-los conosco. De muito boa vontade foi satisfeito o seu pedido com alegria e consolação de todos os seus parentes e amigos residentes no Maranhão.

*Depois de demorarmos quinze dias na ilha de Fernando de Noronha partimos no domingo 8 de julho às 6 horas da tarde, trazendo connosco os ditos índios e o português”.*

#### OCUPADA PELOS HOLANDESES

Poucos anos após, princípio de Dezembro de 1629, tendo também os holandeses posto seus olhos na abençoada terra brasileira, foi Fernando de Noronha ocupada pelo almirante holandês Carmeliszoon Jol que comandava os navios “Otter” e “Hawick”, dada sua esplendida posição estratégica, que não lhe passara despercebida.

Matias de Albuquerque ao ter conhecimento desse fato, apressou-se a enviar em janeiro de 1630, uma frota de sete caravelões sob o comando do capitão Rui Calaza Borges, que tinha por ajudante o Cap. Pedro Teixeira Franco.

Conta-nos Pereira da Costa (op. cit.):

*“A 19 de dezembro de 1629 parte de Recife. Conforme as ordens que recebera abordou ele a ilha pela parte L. S., onde existe uma pequena enseada, e de lá seguiu a pé com toda a sua gente para o lado em que está o porto principal, onde contava achar os navios.*

*Assim o fez de noite, e encontrou fundeada uma só embarcação. Tratou logo de formar três emboscadas, sendo duas ao pé do ancoradouro, e outra dirigida pelo Capitão Pedro Teixeira Franco, no lugar em que se fazia aguada.*

*Não tardaram os holandeses em vir a terra buscar agua, numa lancha tripulada por onze pessoal. Apenas os vio em terra, cahio sobre eles a nossa gente matando-lhes quatro homens, aprisionando 7, e dando liberdade a 7 portuguezes que eles empregavam no serviço da marinhagem e haviam sido apresados numa embarcação que tinham capturado, e como sucedeu isto em lugar que de bordo do navio não fora visto, ordenou o Capitão Ruy*

*Calaza que na mesma noite fosse o artilheiro Jorge da Fonseca com gente sua na mesma lancha levando preparações necessarias para deitar fogo na embarcação, o que este efetuou, retirando-se apenas vio que era percebido pela gente de bordo, que pressurosa correu a extinguir o incêndio que só danificou a popa do navio.*

*No dia seguinte fizeram-se de vela e a nossa gente tratou de destruir tudo o que eles tinham feito na ilha, e constava de uma bateria capaz de oito peças, que ainda não tinha peças, e quatro povoações, duas aonde se recolhiam quando estavam em terra, e duas de negros que haviam capturado em um navio de Angola, os quais tinham plantado muita mandioca. Havia tambem grande plantação de legumes e fumo.*

*Tudo isto foi destruido, aprisionando-se alguns negros, fugindo a maior parte para as altas serras da ilha, onde se esconderam.*

*A 14 de Janeiro de 1630 a expedição chegava de volta a Pernambuco”.*

Mas, não desanimaram os Holandeses; logo que firmaram no seu domínio em Pernambuco, foi de novo tomada FERNANDO DE NORONHA pelo Almirante Carmeliszoon Jol, e ocupada por forças militares numerosas (1635).

Não descuidaram os holandeses da defesa da ilha, resolvidos como estavam a se instalarem definitivamente na terra, e, em 1646, pelo hiate “Tonyn” mandaram artilharia e munições de guerra para o reduto que ali haviam feito. Tudo leva a crer que o local escolhido tivesse sido onde os portugueses levantaram depois a Fortaleza dos Remédios, pela situação estratégica insuperavel que oferece.

A capitulação holandesa a 26 de janeiro de 1654, em Recife, carreteou a entrega, tambem, da ilha FERNANDO DE NORONHA aos portugueses (art. 29), o que foi feito na pessoa do mestre do campo Francisco Figueiredo.

A 8 de Janeiro de 1693 D. Pedro II rei de Portugal, reformou a doação da ilha FERNANDO DE NORONHA em favor de João Pereira Pestana trineto do primeiro donatário. Mas, a provocação

dessa reforma de doação chamou a atenção do governo português para a ilha, e para a necessidade de um controle efetivo sobre um ponto de capital importância militar como esse.

O governador e Capitão General de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, auxiliado pela Câmara Municipal de Recife, em princípios de 1696 apela para o governo do vice-Rei do Brasil, afim de ser feito o povoamento e a fortificação de FERNANDO DE NORONHA. Sai a carta régia de 7 de Setembro de 1696 atendendo a essa solicitação.

A carta régia de 24 de Setembro de 1700 dá ao governo de Pernambuco a jurisdição sobre FERNANDO DE NORONHA, até então indefinida.

Parece que o governo da metrópole não deu os meios necessários para a determinação dada na carta régia de 1696, citada, de modo que o abandono da ilha continuou.

O êxito financeiro, político e militar notáveis, obtido pelas companhias holandesas das Índias Orientais (1602) e Ocidentais (1621), levaram os franceses a imitá-los, criando-se a Companhia Francesa das Índias Orientais, organizadas nos moldes da sua congênera holandesa. Na ância de grandes lucros, a companhia envia em 1736 uma náu, que desembarca uma tropa de ocupação em FERNANDO DE NORONHA, tropa essa sob o comando do Capitão Lesquelin, dela se apossando.

Ciente o governo de Pernambuco desse ato, e mais, que os franceses haviam até batisado novamente FERNANDO DE NORONHA, passando a chamá-la "Isle Delphine", apela para a metrópole.

*O vice-rei do Brasil, Conde das Galveas* — segundo nos consta Sebastião Vasconcelos Galvão ("Dicionário Chorographico de Pernambuco") — envia um emissario a Fernando de Noronha para se informar. Este chegou à ilha a 28 de setembro de 1736; voltou, e informou que na ilha estavam 12 francezes e um cirurgião, que haviam erguido quatro barracas de elegante construção, para habitação, e feito hortas, plantações de feijão, milho, inhames, tabaco e muitas outras plantas do Brasil e da Europa, havendo criação de porcos, cabras, galinhas,



*peris, patos, gansos, e outras aves. Não existia obra alguma de fortificação, havendo porem alguns materiais.*

*A 26 de Maio de 1637, por carta régia, foi nomeado Henrique Luiz Freire de Andrada, que então se achava em Lisboa, para desalojar os franceses e levantar algumas fortalezas, mantendo um destacamento capaz de resistir a alguma invasão. Essas ordens deviam ser executadas sem a menor dilação”.*

O Vice-Rei do Brasil, porem, determinara a partida com esse objetivo, de uma expedição de 250 praças sob o comando do Tenente Coronel João Lobo de Lacerda; só a 6 de outubro de 1637 partiu a expedição de Pernambuco, tendo ocupado a ilha sem resistência alguma por parte dos franceses.

A 11 de julho de 1638 a expedição retornou a Pernambuco, tendo cumprido a missão.

Em um ofício de D. José Fernando de Portugal a D. Rodrigo de Souza Coutinho, de 9 de abril de 1779, citado pelo Coronel Fausto de Souza” (op. cit.) encontramos sobre este assunto o seguinte:

*“Em execução a esta real ordem foram os franceses expulsos da dita ilha, sem a menor resistência, de tal sorte que, quando ali chegou depois D. Manoel Henrique com a nau “N. S. da Gloria”, do seu comando, para ajudar esta expedição, segundo as instruções que trazia da Corte, já os achou desalojados e a construção de fortaleza adiantada”.*

## FORTIFICAÇÕES

Só então o governo português se convenceu de uma vez, da necessidade de fortificar e povoar a ilha de FERNANDO DE NORONHA, e cuidar do plantio dos meios necessários à vida naquele lugar. Concedidos os meios necessários, desde logo (1737) foram atacados os serviços de construção da Fortaleza dos Remédios, e dos Fortes de Santo Antonio e da Conceição, pelo Coronel Lobo de Lacerda.

Gastão Penalva, o escritor doublé de oficial de marinha, em "Fora do Mundo" nos dá o relatório de um oficial do Exército, Ten. Paulo Amberim de Paiva, sobre as fortificações de FERNANDO DE NORONHA, seguinte:

*"As fortificações existentes nesta ilha são em número de 10 situadas em pontos diversos, nos lugares de mais fácil acessibilidade da ilha, destacando-se pela importância de sua posição, solidez de construção e maior desenvolvimento, a Fortaleza dos Remédios. Situada ao N. da Ilha, esta Fortaleza, cuja construção, segundo se evidencia do Dicionário Corográfico de Pernambuco, data de 1738. Reparada em 1859, acusa não obstante o seu estado atual, grandes estragos resultantes da falta de oportunos reparos. De forma poligonal e de alta vantagem na sua colocação estratégica, solicita esta fortificação imediata providencia, e uma adaptação aos atuais progressos da arte da guerra.*

*FORTE DE S. ANTONIO — Situado a NE. da ilha, tem a forma de um quadrilatero de lados desiguais. Reedificado em 1856, encontram-se hoje desse forte somente os paredões. As armas coloniais do forte de S. Antonio, foram enviadas para o Museu Nacional pelo Comandante da Ilha FERNANDO DE NORONHA, em 1876, Sebastião José do Rego Barros, por intermédio do Dr. Daniel de Almeida.*

*FORTE DE S. JOSÉ — colocado em frente à enseada de S. Antonio, este forte está situado sobre um rochedo ilhado, comunicando-se por uma linha de recifes que dá passagem na baixa mar.*

*Destinado a impedir o desembarque na Ilha da Rata que fica em frente, apresenta esta fortificação, não obstante o seu estado atual de completas ruínas, muita solidez de construção aliada à beleza de formas. Foi construído em 1758 e 1761.*

*PARQUE DE S. ANNA — Destinado à defesa da Ilha denominada do Cachorro, foi reformado em 1846.*

*De importância secundária pela sua aproximação da Fortaleza dos Remédios, não acusa solidez de construção, e é de acanhadas proporções. Neste Parque esteve aquartelada até julho de 1913, a força pública que garante o presidio, e de 1914 a 1920, o destacamento da marinha que por ocasião da guerra ocupou militarmente a ilha.*

*REDUTO DA CONCEIÇÃO — Acha-se ao NW da ilha, tendo sido reparada em 1864. Está atualmente abandonado, e aproveitando para enfermaria do presidio. Foi construído em 1737, reconstruído em 1846, e reparado em 1864.*

*REDUTO DE S. CRUZ DO PICO — Situado a W da ilha, este reduto deixa apenas ver os seus alicerces.*

*REDUTO DO BRODÓ — Reconstruído e artilhado, em 1864, acha-se em ruínas, restando apenas as muralhas.*

*FORTE DOS DOIS IRMÃOS — Situado a W da ilha, tem a forma de trapézio, datando a sua construção de 1757. Está como os demais em ruínas.*

*REDUTO DE S. JOAQUIM — Colocado ao SE da ilha, acha-se há muito tempo abandonado, datando a sua construção de 1758.*

*REDUTO DO LEÃO — Construído, foi reparado em 1846. Situado ao SE. da ilha acha-se em ruínas, restando apenas a base das muralhas.*

#### DE VALOR ESTRATÉGICO PARA A NOSSA DEFESA:

Durante quase um século, Fernando de Noronha foi uma fortaleza que correspondia ao seu valor estratégico para a defesa do Brasil; diz-nos Mario de Melo (op. cit.) que, "FERNANDO DE NORONHA foi em seu tempo inexpugnável".

O Cel. A. Fausto de Souza ("Fortificações do Brasil"), cita um aviso do Ministro da Guerra, de 14 de Fevereiro de 1857, em que

Fernando de Noronha era ainda classificada como fortificação de conjunto de 1.<sup>a</sup> classe, nessa época.

O abandono dos diversos fortes do arquipélago, a falta de recursos para os necessários concertos, que a ação do tempo aos poucos destruiu, deu como resultado o desaparecimento deles, havendo apenas, agora, montões de ruínas nos locais onde existiram. O grande geólogo norteamericano John C. Branner, que teve a oportunidade de visitar FERNANDO DE NORONHA e fazer um brilhante estudo geológico daquele arquipélago, nos conta como foi destruído o Reduto de Santa Cruz do Pico. Diz ele ("Geologia de F. Noronha").

*"Há anos, o fortim construído perto da base do Pico foi quase inteiramente demolido por uma grande massa de rocha que dele caiu, e rolou pelo declive abaixo".*

Agora, de todas essas fortificações nada existe; a antiga Fortaleza dos Remédios, que se acha em posição invejável sob o ponto de vista da defesa, servia de quartel para o destacamento policial de vigilância do presídio local, até há pouco.

Era pensamento da administração que ali esteve até 1941 transformar esse quartel, depois de o reformar convenientemente, num museu do arquipélago. A idéia seria louvável, se a situação política internacional nos permitisse deixar ainda completamente indefeso esse arquipélago, ponto de valor estratégico inestimável.

### TRISTE SINA

Desconhece-se a data precisa em que FERNANDO DE NORONHA foi convertida em presídio e local de deportação. A primeira referência registrada pelos historiadores, sobre esse assunto, é a de Francisco Augusto Pereira da Costa, em sua monografia "A Ilha Fernando de Noronha" (1887), onde diz:

*"Em 1602 havia na ilha, talvez por conta do donatário, apenas um feitor e treze escravos de ambos os sexos".*

Ora, Pereira da Costa devia presumir mal, uma vez que era pública e notória a displicência absoluta com que os donatários brindavam o arquipélago; por outro lado, há a carta do capuchinho francês Claude D'Abbeville, que veio na expedição de La Revardière, em 1612, que nos relata que, quando a esquadra francesa ali aportou, encontrou desterrados em FERNANDO DE NORONHA. Diz textualmente:

*"Habita a ilha um português em companhia de 17 ou 18 índios, homens, mulheres e crianças todos escravos e para aqui desterrados pelos moradores de Pernambuco. Estes pobres índios, bem como o português... pediram-nos com instância para tirá-los desse logar e levá-los conosco. De muito boa vontade foi satisfeito o seu pedido, com alegria e consolação de todos os seus parentes e amigos residentes no Maranhão".*

Américo Vespucio no seu Relatório ao ganfaloneiro de Veneza em 1504, remetido a Lisboa, disse uma quantidade de coisas inverídicas; em outras, Vespucio falou a verdade, como por exemplo na abundância de ratos e lagartos de duas caudas, ali.

Conta-nos, por exemplo, Pereira da Costa (op. cit.) que:

*"Finda a colheita, empregam-se os sentenciados, divididos em doze turmas, na caça dos ratos, serviços esses que vai de outubro a dezembro, conseguindo cada turma matar por dia de 700 a 1000 e tantos ratos".*

Gastão Penalva, no seu livro "Fora do Mundo", referindo-se aos lagartos, diz que Vespucio talvez tivesse confundido os lagartos de duas caudas com os "piolhos de cobra". Ora, na recente viagem a este arquipélago, tivemos a oportunidade de ver no museu da ilha, conservado em alcool, um lagarto com três caudas. Verifica-se, com esses lagartos, um fenómeno já conhecido no mundo animal. Partindo-se a cauda, do tóco surgem duas ou três novas caudas, que se desenvolvem normalmente.

## ADOTADA TAMBEM PELOS HOLANDESES A DEPORTAÇÃO

Mas, continuemos a historiar a questão do presídio.

A moda iniciada pelos portugueses de deportar para FERNANDO DE NORONHA os indesejáveis, foi adotada, também, pelos holandeses, pois, encontramos referências de terem sido deportados para FERNANDO DE NORONHA, de 1645 a 1647, três mulheres de Pernambuco, durante a dominação holandesa.

Como já vimos, a verdadeira ocupação do arquipélago só se fez em 1737, depois de retomado o arquipélago da mão dos franceses da Companhia das Índias Orientais, e construídos os fortes dos Remédios, S. Antonio e Conceição, pelo engenheiro militar Diogo da Silveira ("Dicionário Corográfico de Pernambuco" — Sebastião de Vasconcelos Galvão).

## EFETIVADA EM 1739 A CRIAÇÃO DO PRESIDIO

Analizada pelo governo português a situação especial de FERNANDO DE NORONHA, ficou decidido fazer-se ali um presídio, o que foi efetivado em 1739, criando o governo de Pernambuco o Presídio de Fernando de Noronha. A partir de 1755, data em que Fernando de Noronha possuía 5 fortificações regulares, com 54 canhões, 19 oficiais e 194 praças, parece que o governo português fez para ali degredar, também, presos de Angola, uma vez que por um Decreto Real de 26 de agosto de 1755, foi determinado que o cofre do Reino de Angola contribuisse com quatro contos anuais para as despesas do presídio (Galvão — op. cit.).

Diz Orlando Machado (op. cit.), que "essa contribuição durou até a data da nossa independência".

Num ofício de 9 de abril de 1779, de D. Fernando José de Portugal, dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1877), consta:

*"... para este Persidio se mandam anualmente vdrrios degredados, já por conselhos de guerra e já por sentença dos magistrados competentes, aos quais sendo pai-*

*sanos se lhes assenta praça de indio, com o vencimento de vinte réis por dia, alem da farinha com que Sua Magestade sustenta a todos os habitantes remetida de Pernambuco, por ser muito pouca a que produz o país...*

### A CRIAÇÃO DE UMA COLÔNIA AGRÍCOLA

Em 1789, o governo português quis fazer de FERNANDO DE NORONHA uma colônia agrícola, porem, estultamente, Tomás José de Melo, Governador de Pernambuco, se opôs formalmente.

O governo provisório da revolução pernambucana de 1817, tentou desviar FERNANDO DE NORONHA dessa triste sina, enviando o capitão José de Barros Falcão de Lacerda ali com ordem "de dismantelar as fortificações e trazer para Recife todos os que ali estivessem degredados".

Diz-nos Mario Melo (op. cit.) que:

*"o emissário foi recebido como um enviado do céu".*

Não é crível que o capitão Lacerda tivesse dismantelado os fortes existentes, e nem isso lhe seria possível com os recursos de que dispunha, mas levou consigo todos os deportados e as praças do destacamento que lá serviam, com exceção de duas que não puderam embarcar.

### O APRISIONAMENTO DO CAPITÃO LACERDA

Circunstâncias diversas fizeram com que o capitão Lacerda e seus navios fossem arribar na Baía da Traição, na costa da Paraíba do Norte, onde foram todos aprisionados pelas forças legais. É profundamente lamentável, que nessa ocasião se houvesse perdido todo o arquivo do arquipélago, que poderia hoje permitir reconstituirmos toda a sua história.

Galvão (op. cit.), nos diz que:

*"Restaurada em Pernambuco a autoridade real, por Carta Regia de 13 de Agosto de 1818, foi dada nova organização ao estabelecimento sendo criado o núcleo colonial e o serviço regular de pesca".*

Diz Orlando Machado (op. cit.) e Gastão Penalva (op. cit.), transcreve que:

*"Fernando de Noronha foi o último território brasileiro a ter notícias da nossa emancipação, pois só em 1823 foi que ali foi hasteada a bandeira brasileira".*

Galvão (op. cit.), nos conta sobre esse assunto que "Manuel de Carvalho Pais de Andrade, governador de Pernambuco, por decreto de 5 de fevereiro de 1824 demitiu o comandante de Fernando de Noronha, por ainda izar ali a bandeira portuguesa, nomeando para substituí-lo o Coronel Luiz de Moura Accioly", passando desde logo o Presídio a ficar sob a jurisdição do Ministério da Guerra".

O governo imperial, em 1825 ou 1826, enviou para FERNANDO DE NORONHA condenado "a degredo perpétuo e serviço das obras públicas, o patriota Raimundo Alexandre Pereira Ibiapina, revolucionário cearense de 1824, adesista da Confederação do Equador, julgado pela junta militar que mandou fuzilar Mororó, Pessoa Anta, Francisco Ibiapina, Azevedo Bolão e Carapinima".

#### O INGRESSO DE FERNANDO DE NORONHA NA NOSSA LEGISLAÇÃO

O degredo em FERNANDO DE NORONHA só entrou para a nossa legislação a 3 de outubro de 1833, e aplicado aos "fabricadores e introdutores de moeda falsa e falsificadores de notas, cautelas, cédulas e mais papéis feduciários ou de banco".

Os militares para ali mandados trabalhavam na construção das fortificações.



Os decretos n. 2.735 de 5 de Março de 1859 e n. 9.356 de 10 de Janeiro de 1885, bem como vários Avisos e Ordens provisórias, por conveniências transitórias, "autorizaram a transferência para aquele presídio de outras classes de criminosos".

Pela Lei n. 2.792 de 20 de Outubro de 1877, Fernando de Noronha passou a depender do Ministério da Justiça, deixando de ser presídio militar.

Os decretos n. 196 de 1 de Fevereiro de 1890 e n. 802 de 4 de Outubro de 1890, mandavam serem ali recolhidos "alem dos moedeiros falsos os contrabandistas".

#### NOVA ORDEM COM A PROMULGAÇÃO DO CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA

Todas essas leis foram revogadas em parte ou na totalidade com a promulgação do nosso primeiro Código Penal republicano, que excluía a pena de degredo e galés.

Com o advento da República FERNANDO DE NORONHA não foi esquecido; pelo decreto n. 854, de 13 de Junho de 1890, deram-lhe um juiz de direito e um promotor, que nunca chegaram a ir lá. A passagem de FERNANDO DE NORONHA para a jurisdição de Pernambuco (dec. n. 1.371 de 14 de Fevereiro de 1891), fez com que a organização judiciária de Pernambuco, de 1892, extinguisse tais cargos.

O Dr. Melo nos relata como foi feita essa passagem de Fernando de Noronha para o domínio de Pernambuco.

*"Proclamada a República, convidado para ministro da Justiça o Barão de Lucena, este impôs uma condição: voltar Fernando de Noronha ao domínio de Pernambuco".*

#### DESTERRO DE VULTOS POLÍTICOS

Ainda em 1898, em pleno regime republicano, foram desterrados para Fernando de Noronha diversos políticos: o senador João Cordeiro, os deputados Alcindo Guanabara e Alexandre José Bar-

bosa Lima, este ex-governador de Pernambuco, o major Tomás Neri e José de Albuquerque Maranhão, considerados co-responsáveis pelos crimes comuns que se deram no arsenal de guerra, em virtude dos quais foi morto o Marechal Bittencourt, ministro da Guerra", segundo nos conta Melo (op. cit.). Quase todas as referências sobre o presídio, são propriamente da Ilha Fernando de Noronha, porém, a Ilha da Rata (Rat Island ou Ille des Rats), também tem a sua parte no ofício.

Diz Américo Alves Guimarães "Diário de Pernambuco" de 24 de Outubro de 1864:

"Outrora os presidiários mais turbulentos, os incorrigíveis, os desobedientes, eram retirados para a ilha Rata. Em 1940 ainda se observava esse fato:

... vivem nessa inculta terra em cinco pequenas choupanas, erigidas para abrigá-los das vicissitudes atmosféricas, e se nutrem com farinha de mandioca e carne seca, de vez em quando remetidas pelo comando, com as carnes e ovos de certos pássaros aquáticos que por ali abundam, chamados viúvas, e enfim, com os mariscos e peixes que escassamente pescam".

#### ADMINISTRAÇÃO DA ILHA ATÉ 1930

Até 1930 este Presídio tinha diretores nomeados pelo governo do Estado de Pernambuco, e segundo o que escrevia Orlando Machado (1920):

*"O que lá existe, não parece ser propriamente um presídio, tal a mistura da gente lá sequestrada, entre a qual parece haver mais vítimas que algozes da sociedade que a sequestra..."*

*Na véspera do meu regresso ao continente, achava-me inteiramente só numa praia deserta, quando surgiu à minha frente, um preto retinto, de proporções agigantadas, mal encarado, com o rosto ondulado por aduchas de fios de barba.*

*Preparei-me para, sem perder a compostura, enfrentar o perigo. Mas, o preto perfilou-se e disse com voz grossa e pausada:*

*“Seu comandante, eu vim agradecer a V. S.. Eu o encarei, e verifiquei que, me era absolutamente estranho. — Agradecer o quê rapaz?*

*Eu nunca te vi, nunca te fiz bem algum.*

*— É isso mesmo. Vim agradecer a V. S. nunca tê ido vê a gente apanhá. Si V. S. não tivesse bom coração tinha ido se adiverti, vendo a gente apanhá”.*

Diz mais:

*“Durante todas essas phases de sua vida histórica Fernando de Noronha tem sido sempre presidio: — presidio, quando os moradores de Recife para lá desterravam criminosos, mesmo antes de pertencer o arquipélago à capitania de Pernambuco; presidio geral a partir de 1737, e creio que até mesmo para os criminosos do Reino de Angola, a partir de 1755, até à proclamação da nossa independência; presidio militar e degredo para moedeiros falsos até 1877; presidio para criminosos de crimes comuns, contrabandistas, e até mesmo para ca-poeiras, até 1891; ainda hoje, como já foi dito, é presidio para o Estado de Pernambuco”.*

Contam pessoas ligadas ao Presídio, que todas as estradas de Fernando de Noronha custaram suor e sangue dos presidiários. Depois da faina do dia, cada presidiário era obrigado a trazer uma pedra de 3 quilos para a estrada em construção, sob pena de terríveis castigos.

*“Metidos num cárcere convencional, onde não existem grades nem muralhas, só lhes recorda a condição de presos um desejo incontido de fugir, ganhar de novo a liberdade, ao que se opõe prudentemente o oceano, na sua imensa ironia de carcereiro indômito...”*

## ASPECTO ATUAL

É comum encontrar-se quem pense que *Fernando de Noronha* é uma ilha isolada; seu aspecto, suas dimensões, sua topografia, a distância a que se acha do continente, são mesmo em geral desconhecidos.

Talvez, muito para isso tenha contribuído, as referências de navegantes e historiadores, que se limitam quase sempre a falar na ilha de *Fernando de Noronha*, uma vez que é a mais importante e a única habitável do arquipélago.

O arquipélago não está ligado, como naturalmente se seria levado a pensar, ao relevo brasileiro continental, e sim, está adstrito ao relevo submarino. O grande geólogo Branner, comprovou que o arquipélago está totalmente isolado do continente.

Compõe-se ele de cinco ilhas: *Fernando de Noronha*, *Rata do Meio*, *Rasa* e *Sela Gineta*, e de quatorze ilhotas, pedras lavadas pelo mar, inhabitáveis, em geral de basalto ou fonolito, denominadas: *Chapéu*, *Cabeluda*, *Espigões*, *S. José*, *Xanxo*, *Leões*, *Monte Redondo*, *dos Ovos*, *Boldró*, *Dois Irmãos*, *Pedra Furada*, *Morro Suéste*, *Saco Atalaia* e *do Frade*.

A ilha Fernando de Noronha está situada a 345 km. do Cabo S. Roque (R. Grande do Norte) e a 525 km. de Recife.

Vista de longe, sobressae no arquipélago a mole imensa de Fernando de Noronha, com o seu notavel Morro do Pico, de mais de 300 metros de altura. O panorama de Fernando de Noronha é encantador, havendo no Brasil poucas paisagens que se lhe possam comparar. "Nunca estive em outra terra, diz-nos Gastão Penalva, onde descortinasse uma tão variada sucessão de cenários, tão belos e atraentes, de um imprevisto que impressiona, como essa ilha atirada em pleno oceano. Um outeiro que se galga oferece por todos os lados a sensação de panoramas inéditos". A ilha é tipicamente montanhosa, notando-se as cotas chamadas: Morro do Francês, Atalaia Grande, Boa Vista, Atalaia Pequena, Morro Branco, Porteira e Curral.

O conselheiro Beaupaire Rohan em relatório que apresentou sobre o arquipélago, observou:

*"A estrutura geológica da ilha é toda de origem vulcânica, como atestam não só as suas rochas, como ainda as três crateras de extintos vulcões, claramente determinadas nos lugares denominados Atalaia Grande, Morro do Francês e Santo Antonio".*

Darwin, analisando a constituição geológica da ilha escreveu no seu "Diário de Viagem":

*"A ilha é de constituição vulcânica, não, porém, de data recente. Ao olhar uma dessas massas isoladas, tem-se a princípio a impressão de que ela teria sido propelida bruscamente para cima num estado semi-fluido".*

Gastão Penalva nos diz:

*"Em outras éras crepitaram vulcões em Fernando de Noronha, iluminando os fogachos altos e rubros como plumagens de guerreiros toda a extensão da terra arredondada, alagando de lavas corrosivas as baixadas vizinhas, estrondando nos ares as formidáveis raivas de Vulcano, o deus ferreiro, que lá ficava nas entranhas da terra, em forjas incandescentes, a forjar e a imprecicar, enquanto um docel de negro fumo cobria tudo, asfixiava tudo, para que as estrelas do céu não escutassem os vagidos terrenos, nesses famosos partos prehistóricos".*

Os picos mais elevados acham-se fundamente eródidos pelas chuvas e ventos fortes de sueste. As vagas atlânticas, violentas, auxiliadas pelo vento aliseo, encontrando um solo frágil, corroem a ilha fortemente, abrindo grandes buracos e grutas. A mais importante destas é a chamada Portão Grande, onde as vagas penetrando e comprimindo o ar que lá se acha, provoca estrondos muito fortes; no "funil", a onda faz a água jorrar violentamente em esguicho, por um furo que já abriu na parte superior da gruta; toda a ilha estremece ao embate da onda, como se fora um tremor de terra.

O arquipélago acha-se na zona do aliseo de sueste, o que lhe proporciona um clima ameno e saudavel. A temperatura média é de

cerca de 25° centígrados. Verdadeiramente, só há duas estações: o verão, sem chuvas, amenizado pela viração constante, e o inverno, de Março a Agosto, com chuvas torrenciais.

O solo da ilha, devido a sua constituição fostatada, é fertilíssimo, principalmente no planalto chamado Sambaquixaba. Aliás, a grande riqueza de Fernando de Noronha está nas suas jazidas de fosfato de cal e carbonato de cal, das quais já houve tentativas de exploração comercial.

Fernando de Noronha dispõe apenas de dois pontos de desembarque: o porto de Santo Antonio e a Praia do Cachorro. Um e outro são usados, porem, em épocas diferentes do ano, em função do forte vento e das correntes marítimas. Até há pouco o desembarque ali era difficilimo, por meio de cadeirinha em cabo de aço lançado ao navio, que ancorava a 400 ou 500 metros da praia, ou em jangadas de palanque.

Em linhas gerais são estas as características principais desse importante arquipélago.

#### FENÔMENOS LOCAIS

Observa-se no mar junto a FERNANDO DE NORONHA, um notavel fenômeno de fosforescência, que Darwin, no seu "Diário de Viagem" nos relata pormenorissadamente, assim:

*"Próximo a Fernando de Noronha o mar produzia labaredas de luz. A aparência assemelhava-se à que se poderia esperar quando um grande peixe se movesse rapidamente no seio de um fluido luminoso: os marinheiros atribuíam a um peixe o efeito observado. Na ocasião, porem, pus em dúvida o argumento, levando em consideração a frequência e rapidez das línguas de fogo. Já fiz notar que o fenômeno é muitissimo mais comum nos países quentes do que nos frios, e, imaginei por vezes que o desequilíbrio elétrico da atmosfera pudesse mostrar-se mais favoravel à sua produção. Certamente acho que a maior luminosidade do mar se observa depois de*

*alguns dias de tempo mais calmo e melhor do que de costume, durante o qual os vários animais tivessem pulado na água. Considerando que se acha impura a água carregada de partículas gelatinosas e que a luminosidade, em todos os casos ordinários se produz pela agitação do fluido em contacto com a atmosfera, senti-me inclinado a crer que a fosforescência seja a resultante da decomposição dessas partículas, em cujo processo (quase se é tentado a dizer que seja uma espécie de respiração), o oceano se purifica”.*

#### A TRANSFORMAÇÃO RADICAL OPERADA PELO ESTADO NOVO

Pois esse Presídio, que era o terror e o espanto dos que não temiam a Lei, sofreu radical transformação no Estado Novo.

Entregue à competência do Cel. Nestor Verissimo, em pouco espaço de tempo modificou ele o ambiente, os costumes, os hábitos, arraigados, a disciplina, os recursos, etc., enfim, tudo o que diz respeito a Fernando de Noronha.

A ilha de Fernando de Noronha ficou isenta do perigo das terríveis secas, com a abertura de cinco poços artesianos, que fornecem água abundante e boa. Foi melhorada e ampliada a quilometragem das estradas da ilha. Foi importado gado de raça, bovino, caprino, suíno, e ovino. Povoou-se a ilha com aves e pássaros vindos do continente; intensificou-se a plantação de árvores, ao mesmo tempo que se impedia o corte de madeiras; obteve a cessão de um navio para o serviço do presídio, bem como auto-caminhões de carga para substituir o esforço muscular dos presidiários. Renovou-se o estaleiro e reformaram-se toda as embarcações de alto mar e jangadas do presídio. Organizou-se a exploração sistemática do sal, da esponja, etc., e procurou-se organizar a indústria da pesca.

O próprio nome de Fernão de Noronha, que nada fez pela ilha, o tempo se encarregou de mudar para Fernando de Noronha!

## PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA

O projeto grandioso do Presídio, em plena execução em princípio de 1941, quando o visitamos, estava bem adiantado.

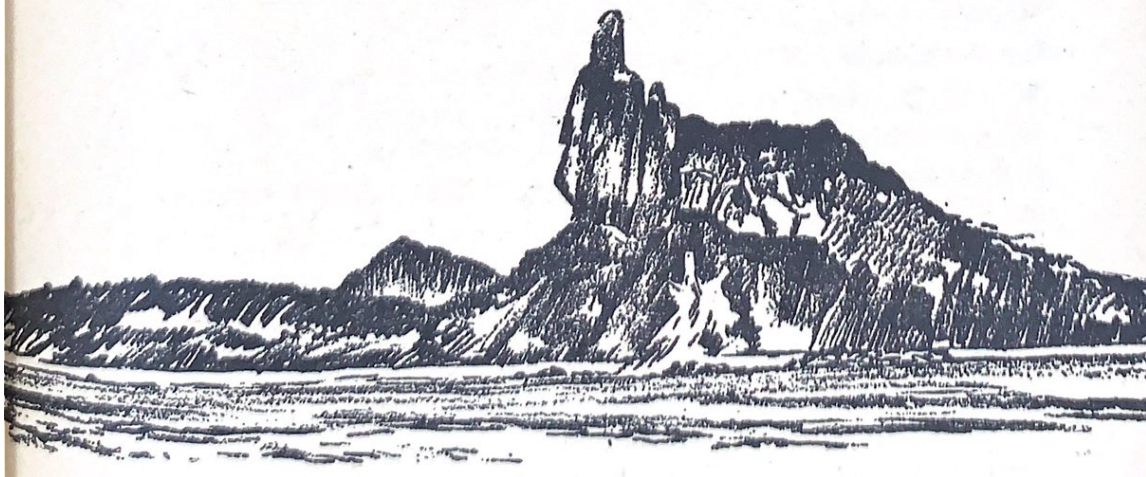
Quem leu ou ouviu falar do horror que era o Presídio de Fernando de Noronha, e chegou a ter conhecimento do que fez ali o Estado Novo, teve sobradas razões para aplaudir o Governo Federal, por ter transformado Fernando de Noronha em uma penitenciária agrícola.

## NOVO DESTINO

Não era porem possível relegar por mais tempo a esta função secundária uma posição estratégica como a de Fernando de Noronha. O furacão da guerra que assola o mundo encarregou-se de forçar o Brasil a dar ao arquipélago Fernando de Noronha o papel prestigioso que teve de fortificação de 1.<sup>a</sup> classe até meados do século XIX.

A partir do começo de 1941, o Governo Federal, zeloso de sua responsabilidade pela segurança nacional, enviava ao arquipélago uma comissão militar de estudos, visando esse objetivo. Pouco depois, os presidiários políticos eram removidos, dando-se-lhe de novo o valor militar enorme que nunca deveria ter perdido.

Que Fernando de Noronha cumpra gloriosamente sua missão, se algum dia for preciso, é o que de coração desejamos.





# Os Estudos Oceanográficos no Brasil

FREDERICO VILAR

"Elle est belle, em effet, cette science de l'Océan-Aujourd'hui elle a, chez tous les peuples civilisés, ses palais et ses Instituts, elle a ses laboratoires flottants sur toutes les mers du Globe".

"La Mer! Quel admirable objet d'études pour le savant, pour le marin, pour le philosophe"... (Alphouse Berget).

Em 1934, aproveitando a passagem por esta Capital do ilustre Almirante BAISTROCCHI, da Real Marinha Italiana, que aqui veio fazer uma conferência sobre aquários e assuntos marinhos correlativos, criamos no Brasil, o *Instituto Oceanográfico Brasileiro*.

Realizavamos, assim, mais uma tentativa — que esperamos não seja vã — para fundar em nosso país uma associação científica destinada a organizar e coordenar pesquisas oceanográficas e na alta atmosfera, para facilitar e orientar a exploração e o aproveitamento industrial das nossas riquezas aquáticas e a segurança da navegação marítima e aérea. É uma associação na qual cooperam instituições científicas nacionais e estrangeiras — o Estado e particulares — bem assim quantos se interessem pelos problemas do Mar e do Ar em nosso país, que mede mais de 8 milhões de km. quadrados e se debruça sobre 9.500 km. de costas, no Atlântico, nele despejando rios caudalosos com mais de 50.000 km. de curso navegavel.

O "I. O. B." tem, particularmente, como objetivo: — estudar oceanografia física, química, geológica e biológica nas ricas águas dos "verdes mares bravios" que banham o litoral e as ilhas, bem como dos rios e lagoas (bacias hidrográficas) do Brasil, coordenando os estudos já realizados; as condições aerometeorológicas e radioativas e as relações entre a Oceanografia e a Aeronáutica; os apare-

lhos, métodos e processos de pesca, sob o ponto de vista do seu rendimento e da influência que exercem sobre a vida, migração e conservação das espécies, defesa da fauna e flora aquáticas; as condições de conservação e transporte do pescado vivo e fresco, no mar e em terra; o desdobramento industrial dos produtos aquáticos; as aves aquáticas e sua proteção; as condições de maturidade sexual e reprodução dos animais e plantas marinhas, fluviais e lacustres; as correntes aéreas sobre os oceanos — determinação das correntes aéreas superiores, sua direção e velocidade; a determinação da altura, direção e velocidade das nuvens; a análise meteorográfica das massas de ar sobre o Oceano, compreendendo sondagens termodinâmicas pelos modernos processos; a radiação solar; a eletricidade atmosférica, e assuntos correlativos.

\* \* \*

Os fenômenos desenrolados nas águas oceânicas tem sido objeto de observação e estudos desde as épocas mais remotas da história da humanidade: vagas, correntes e marés; as influências que sobre elas exercem a atração universal, o calor e a luz solar; a sua densidade e composição; a formidável energia dinâmica dessas águas; a sua fauna e flora, de estonteante beleza, caprichosa variedade e considerável valor industrial; a vida, constituição e movimentos migratórios dos seres que os habitam — da superfície aos mais profundos abismos, iluminados pelos fulgurantes lampejos da fosforescência, que lhes imprimem matizes cambiantes e aspectos fantásticos surpreendentes; todas as maravilhas, enfim, do Salso Elemento, constituem, hoje, matéria de grande valor científico e crescente valor econômico, atraindo irresistivelmente a atenção dos sábios geógrafos e naturalistas, dos industriais e estadistas de todos os países marítimos do mundo civilizado, conduzindo-os a considerável grandeza, prosperidade e riqueza e reunindo poderosos elementos de força para a defesa nacional.

São assuntos cujo valor cada vez mais se acentua com a compreensão da utilidade prática do seu conhecimento, pelas suas relações com as industriais da pesca, com a termodinâmica, com as comunicações telegráficas, com a navegação marítima e aérea, com a Geo-

grafia, com a Astronomia, com a Hidrografia, com a Geologia e particularmente com a Meteorologia, da qual a Aerologia, a Climatologia, a Radiação Solar e Marítima e a Eletricidade Atmosférica, são partes integrantes e da maior importância na vida moderna.

As pesquisas realizadas de 1872 a 1876 pela Missão inglesa embarcada no navio explorador "Challenger" — que iniciou as pesquisas oceanográficas com as sondagens das mais profundas regiões e o estudo das condições físicas, químicas e biológicas do Mar e suas relações com a atmosfera, com a Geologia e com a Astronomia, — permitiram que a Oceanografia tomasse o seu verdadeiro lugar e representasse o papel prático de destaque que hoje a distingue na Ciência Universal.

\* \* \*

A Oceanografia estuda a história natural do Mar — tanto sob o ponto de vista mecânico como físico, químico e biológico. Parte da Geologia e da Geografia, ela nos obriga, igualmente, a reunir nesse mesmo capítulo, a Meteorologia, a Astronomia e os estudos da Alta Atmosfera, pelos íntimos laços que os prendem aos domínios do Oceano e pelo valor crescente das aeronaves nas conquistas da Civilização e do Trabalho.

A Oceanografia, diz o sábio *Professor Richard*, não é uma simples especulação científica; ela é útil à física do Globo, estudando as constantes do Mar e do Ar, e, independente da satisfação que proporciona à nossa curiosidade natural, oferece um interesse imediato e direto sob o ponto de vista das aplicações industriais e à pesca: conhecer o meio, medir-lhe as propriedades físicas e químicas, os seus movimentos; ocupar-se, enfim, dos seres que o povoam, de suas relações, movimentos, etc. — nos conduz a resultados práticos de grande alcance científico, econômico e militar.

O estudo da Oceanografia ilumina as manifestações da vida marinha e, evocando concepções exatas sobre o Oceano, sua filosofia, sua poesia e seu papel na história da Terra, nos entusiasma, fascinando-nos pelas suas belezas e enchendo-nos de fundadas esperanças nas promessas que o Mar, os rios e lagoas do Brasil oferecem à sua

riqueza, prosperidade e defesa — unindo e fecundando as suas terras ferazes.

Não carecemos aduzir novos argumentos para demonstrar que o "*Instituto Oceanográfico Brasileiro*" — sob os auspícios patrióticos do Governo da República — está fadado a realizar um dos nossos mais velhos ideais nacionalistas — criando, orientando e desenvolvendo cientificamente as nossas Atividades Marítimas e Aéreas, bases da unidade política, prosperidade e defesa da Pátria.

---

# O Espírito Militar na Questão Acreana

Cel. LUIZ LOBO

Debate à conferência do DR. CASTILHO GOYCOCHEA, sob o tema "O Espírito Militar na questão acreana".

Permita-me V. Excelência Sr. Presidente, que me antecipe nos agradecimentos que este Instituto deve ao nobre Dr. Goycochea pela escolha que fez desta casa para proferir o interessante trabalho que acabamos de ouvir.

Faço-o como parte deste Instituto e como soldado, satisfeito de ver que a conferência do Dr. Goycochea vem provocar um inquérito necessário, já tardio de tão demorado que foi, sobre a controvertida questão do Acre, relevante episódio de nossa história militar contemporânea. E conceda-me ainda V. Excelência, que antes de ferir o assunto, diga eu porque estou nesta tribuna como debatedor espontâneo. Preciso declarar de público que a ele não me arrastou outra razão que não a de ser neste Instituto, o único oficial que viveu aquele episódio em sua última fase, participando da coluna de ocupação comandada por esse integérrimo e impávido soldado que foi o general Antonio Olimpio da Silveira. Não foi pois um impulso de vaidade que aqui me trouxe, mas ainda e agora, o cumprimento de meu dever, que pús sempre acima de qualquer outra preocupação e mesmo contra quaisquer circunstâncias adversas. Perdoar-meão V. Excelência e o bondoso auditório, se único debatedor inscrito ocupar sozinho o tempo de trinta minutos, reservado aos dois debatedores das novas praxes adotadas nesta casa, atendendo à magnitude do assunto. A angústia de tempo, de que mesmo assim disporei, não me permitirá acompanhar *pari-passu* a paciente e acurada explanação do nobre conferencista sobre a ação diplomática do Bra-

---

NOTA DA REDAÇÃO — A conferência do Dr. Castillo Goycochea foi publicada em volume mensal da Biblioteca Militar.

sil-Colônia e Império, da crítica propriamente técnico-profissional das campanhas acreanas, e mesmo das infundáveis marchas e contra-marchas diplomáticas que pareceram querer eternizar a questão do Acre.

Sob todos esses aspectos, conferencista já inscrito, nosso digno companheiro major Dr. Raymundo Dias de Freitas e outros que se lhe seguirem, dirão mais de espaço e com detalhes minuciosos e elucidativos. Quanto a mim, neste momento, me aterei à análise das conclusões a que chegou o talentoso homem de letras no seu substancial trabalho, relevando entre todas como um verdadeiro epíteto entusiástico e desproporcionado, fora dos ditames da justiça histórica, esse recorte do perfil de Plácido de Castro feito às págs. 25, 36, 43, 44, 47 e 48, de sua conferência e que eu peço licença para reler: "É aí, senhores, que faz irrupção o *homem providencial*, ou melhor, que o espírito militar, espírito de prol que vivia no egresso recente das fileiras do exército de Osório, de Porto Alegre e de Caxias. . . se ilumina para a ação impositiva que se fazia mister no lugar e na ocasião" "... guerra na qual faltava um general nos moldes de Luiz Alves de Lima, *complexo de tático, de estrategista e de político habil. . .*"

"Plácido não obstante seus 27 anos sente em si a capacidade para o cometimento temerário. O exercício da guerra por quase três anos nas coxilhas meridionais, desenvolvendo-lhe o tirocínio *inato*, fundamental, que fora ampliado pelos ensinamentos teóricos do Rio Pardo, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, tornaram-no *a criatura excepcional no transe*: Ao demais de tudo — circunstância relevantíssima, era militar *mas não soldado*; na acepção literal, isto é *não recebia soldo*, não era elemento oficial, não fazia parte do governo. Possuía o espírito de classe sem pertencer a ela. Era exornado pelo tirocínio de guerreiro, sem que *ostentasse a farda de capitão*".

"O fato é que Rio Branco desde a chegada coincidiu com a investidura no posto, se capacitou da situação e tomou a si o encargo de solucioná-la, como solucionou, *arrematando a bem dizer* o que Plácido de Castro já havia feito pelas armas, *consignificando sua ação com a do campeador sem excedê-la*, porque apenas completando-a".

"Placido de Castro só pode e deve ser enxergado e estudado como soldado. Soldado à feição de Caxias, capaz na arte da guerra e capaz na ação política. É o chefe que nunca tinha surgido no Acre e pelo qual todos ansiavam. Não é apenas o tático e o estrategista nas operações propriamente militares; o comandante supremo que dirigia as operações em conjunto e em minúcias, combatente ele mesmo; o engenheiro que projetava e abria estradas, construía pontes, desenhava cartas, o oficial de administração que cuidava dos abastecimentos, e do remuniciamento de suas tropas..."

"Na questão acreana Thaumaturgo foi o paladino, Placido foi o braço que executa com valença e oportunidade; o terceiro, Rio Branco foi a habilidade e a energia que decidiu em face do direito. Somam-se, completam-se, confundiram-se no mesmo espírito. Quando vos apetezer conhecê-los melhormente, a todos e a qualquer dos três, procurai-os entre as expressões da humanidade que Carlyle alinhou em "Os heróis" e que Emerson classificou em os Super-Homens. Eles lá estão com outros nomes, o paladino, o campeão e o estadista, todos soldados do Brasil".

A transcrição desses conceitos dizem bem, para quem sabe o que se passou no Acre com Placido de Castro, do delírio apologético de que se tomou seu ilustrado panegirista, mau grado o equilíbrio de sua cultura e o seu inegável pendor para ressuscitar heróis brasileiros de incontestável autenticidade.

O Acre, e quando eu disser Acre, estarei sempre me referindo a todo o território compreendido sob essa denominação, há-de figurar na nossa história como uma curiosa demonstração de que a grandeza do Brasil é tamanha, que nos surpreende até com problemas econômicos que no fundo são paradoxais, senão antinômicos. O desbravamento do Acre, sua descoberta por assim dizer, seu povoamento e a exploração da indústria extrativa de sua borracha, foram consequência absoluta, iniludível, inegável e fatal das secas do nordeste.

Se o flagelo cruel não houvesse existido, ou se tivesse tido a solução que demandou por tantos anos, as terras ferazes e encharcadas, inconsistentes e aluviônicas daquele soberbo trecho da Amazônia estariam ainda indevassadas e impérvias, como suas florestas im-

penetráveis, e com suas águas selvagens a modelarem pela erosão o *talweg* movediço das terras caídas.

Esse paradoxo econômico porem trouxe, além das vantagens de natureza material, um grande conforto moral ao nosso coração de brasileiro, com a afirmação que é um desmentido ao conceito pessimista de certos eunucos intelectuais — de que no Brasil tudo é grande, *menos o homem*.

O nordestino que povoou o Acre não pode ser maior como *homem* na acepção mais alta do vocábulo, e ninguém o excedeu ainda nessa coragem singular contra o inimigo invisível e invencível que são as moléstias endêmicas; ninguém afrontou com maior conformidade o desconforto que é quase penúria, que é quase miséria; a sensação desoladora da solidão e do desamparo, o destemor à insidia dos animais hóstis, e ninguém guardou com mais resolução e com mais denodo, e ao lado de tudo isto e não obstante tudo isto, a fé que o trabalho pertinaz e honrado gera nos corações fortes e abnegados.

Não, nossos compatriotas do nordeste que colonizaram o Acre, dos fundos dos sertões baianos, alagoanos e pernambucanos, paraibanos e norte-riograndense, cearenses e piauienses, demonstraram ao mundo que no Brasil "também o homem é grande como a terra em que nasceu!"

Não os impeliu para as brenhas amazônicas por ocasião das secas, nenhuma iniciativa dos governos provinciais ou central, como julgou o ilustre conferencista à pág. 7, de seu trabalho, mas a iniciativa da fome, a iniciativa do desespero, ante a inocuidade da esmola de gêneros alimentícios e de trabalho precário e a preço vil, únicas providências que os governos imperial e republicano tomavam depois de declarado o flagelo com seu horrível cortejo.

E o nordestino tornou-se seringueiro, para isto descobrindo, desbravando, povoando, valorizando o Acre, o Juruá, o alto Purús, conquistando-o para o Brasil com o sacrifício dos que lá estão sepultados, e dos que vivos ficaram para a vitória final, de armas na mão, até 1903.

De 1852 até 1903 diz Ruy Barbosa a posse brasileira do Território do Acre foi "efetiva, contínua, ininterrupta, pública, pacífica e soberana, garantida pelo povoamento, pelo trabalho, pela coloni-



zação de 60.000 brasileiros" que vão fixando até na denominação aos seus barracões, aos seus seringais um nome brasileiro, nostálgica evocação dos rincões donde a miséria os fizera emigrar. Conquistou assim, com sua atividade pacífica, essa admirável gente nordestina, brasileira cem por cento, aquilo que a inófia diplomática tinha entregue à Bolívia mas que era como disse o grande Rio Branco com seu profundo senso de geógrafo — uma dependência geográfica do Brasil. A Bolívia ignorava até então o território que ganhara de mão beijada, e só em 1868 depois do tratado do ano anterior, houve uma vaga notícia da terra que era sua por Faustino Maldonado, nunca jamais tendo nela um trecho demarcado, um padrão de dominação, o mais vago e tênue sinal de posse efetiva. Essa só lha deu em dezembro de 1898 a fundação das alfândegas mistas pelo ministro Paravicini, precário sinal de soberania obtida através rios brasileiros sob nossa incontestada soberania.

Foi nesse momento que os seringueiros heróicos se levantaram para defender sua propriedade e o Brasil do jugo estrangeiro. Trocaram a machadinha pelo rifle (Winchester 44), e coordenados pelo cabecilhas mais hábeis Joaquim Victor, José Carvalho, Pedro Braga, Gentil Norberto, hoje e amanhã e depois por alguns desses e por outros como Alexandrino, Orlando Lopes, Sylvestre, Hypolito Moreira, e até duas vezes por Luiz Galvez, aventureiro espanhol, não deixaram que a Bolívia efetuasse sob sua denominação a posse daquilo que consideravam legitimamente seu.

O desespero em que os lançou a indiferença do governo do Brasil pela sua sorte, fê-los aceitar até a independência do território proclamada pela astuciosa ganância de Luiz Galvez. Mas a finalidade objetivada estava realizada com a reação patriótica. A Bolívia reconheceu enfim a impossibilidade de estabelecer seu domínio no Território do Acre. Essa convicção levou-a a confiar a Felix Aramayo a missão de transferir sua soberania naquelas paragens, a um sindicato estrangeiro, formado com capitais de povos fortes, capazes de *nos imporem seu dominio*.

*É só neste momento — 2 de julho de 1902 — que Placido de Castro surge empenhado também em lutar contra o inimigo estrangeiro, pois que vivendo no Acre desde 1900, e tendo sabido ou assistido as campanhas deflagradas desde 1899, nunca fez parte das*

*forças revolucionárias, cuidando exclusivamente de seus interesses particulares a demarcar terras.*

Da sua atitude durante tão largo espaço de tempo, só conhecemos uma carta a Joaquim Victor, datada de Antimary a 21 de maio de 1900, quando esse cidadão era membro de um dos governos do território declarado independente, dando-lhe entre outros conselhos, esses que destacarei por sua importância: "... julgo que para fechar de vez a porta a qualquer intervenção do Brasil na política acreana esse governo deve baixar um decreto declarando os limites da República, que devem ser ao Norte o paralelo de 10° 20' de latitude sul que é o ponto máximo das pretensões brasileiras... E mais adiante: "É conveniente, também, mandar uma pessoa de confiança ao Rio de Janeiro protestar contra a intervenção do Brasil e dar publicidade comprobatória de tudo quanto a flotilha tem feito aí..." Queremos crer que os cabecilhas nessa hora nova de 1902 que surgia para o Acre não houvessem chegado a acordo sobre a chefia suprema dos abnegados seringueiros. Sabendo Placido de Castro disposto a se empenhar na luta, certo que filho de uma zona de fronteira, onde os conflitos políticos degeneraram em verdadeiras campanhas de um e de outro lado, teria a experiência necessária para conduzi-los, e mais ainda que houvera cursado uma escola militar, com ele resolvem a questão do comando único e com ele reenctam a luta contra o domínio estrangeiro. Placido de Castro assume o comando, e vitorioso no primeiro ataque feito no Xapurí, onde aprisiona funcionários bolivianos, a 7 de agosto, proclama a independência do Território acreano, de que o aclamam governador. Não trás porem à luta nenhuma nova concepção estratégica que ó denuncia genialidade que lhe atribuem, seus processos táticos não se diferenciam dos ali usados no ataque aos seringais, aos pequenos povoados, através dos caminhos de terra que são os varadouros das florestas, e dos caminhos de água, que são os rios ora desbordantes nas enchentes, ora vasion na vasante, com as mesmas linhas de comunicação e de abastecimento e com a mesma falta de material de transporte para todas elas. Repetem-se os mesmos erros que trouxeram desastres nas campanhas anteriores; o ataque à Volta da Empresa em que é surpreendido, ao invés de surpreender, deixando no campo inimigo 32 mortos e 9 prisioneiros, é um deles.

E também se repetem as mesmas vitórias conseguidas em anteriores lutas empenhadas sem seu comando. O novo ataque à Volta da Empresa, fazendo-a capitular; a capitulação de Puerto Alonso ou Porto Acre após 16 dias de investimento pugnaz, são das mais notáveis conseguidas pelo novo comandante em chefe. Mas o seu exército é composto de mesmíssima gente das campanhas anteriores, e nenhuma forma nova, excepcional, fulminante, revela essa invulgar capacidade guerreira de que o querem fazer portador. São os acontecimentos da capital do Brasil que vem dar relevo ao seu papel. São as decisões do governo boliviano que vão mudar a feição do problema,

A nova campanha contra o *Bolivian Syndicate*, convence o general Pando que não é fácil assegurar-lhe a concessão feita, e ele à frente da fina flor de seu exército sobe para conseguí-lo pelas armas, atacando os seringueiros vitoriosos. O excelso Rio Branco contrapõe-lhe altivamente a razão de que se é possível negociar diplomaticamente marchando com tropas para o norte, o Brasil também negociaria marchando suas forças para o Acre. Pela primeira vez, desde o começo das lutas acreanas, o Brasil corria em socorro dos nossos compatriotas. E esse socorro foi a marcha da coluna de ocupação do general Olimpio da Silveira, recebida com tanto desagrado por alguns cabecilhas e pelo próprio Placido de Castro, que não obstante as fórmulas oficiais de cortezia, não se conformava em que a presença do exército regular e constitucional do país, esfumasse de vez o seu Estado Independente e o seu governo, assegurando o domínio do território litigioso para o Brasil.

Depois de 3 de abril de 1903, em que o general Olimpio da Silveira assentou seu quartel general e seu governo, a ação de Placido de Castro não interessa mais ao Brasil, mas apenas à sua incondita vaidade, de apoiando-se como sentia que seria apoiado em caso de derrota, pelo exército brasileiro ali presente, passar à história como o guerreiro sem par que barrara com suas armas o caminho ao capitão general Pando, comandante em chefe do exército boliviano. As loucas tentativas nesse sentido serão analisadas minuciosamente de outra feita.

Nós nada teríamos a opor, Sr. Presidente, e ilustrado auditorio, que a admiração entusiástica do talentoso conferencista viesse no seu trabalho incluir Placido de Castro entre os heróis de Carlyle

e os super-homens de Emerson, se o Sr. Dr. Castilho de Goycochea não houvesse situado a genialidade e o heroísmo do objeto de sua veneração dentro dos acontecimentos do Acre. Mas já que o fez, perdõem-nos nosso ilustrado compatriótico que discordemos dessa exacerbação patriótica.

Nos nove meses exatos — contados de 2 de julho de 1902 a 3 de abril de 1903 — a ação do cabecilha Placido de Castro foi tão devotada como a dos chefes que o precederam, como os mesmos rasgos de denodo, com os mesmos deslises de um civismo que se revelara entretanto tão fervoroso.

Como Galvez, como Braga, como Joaquim Vitor, também ele decaiu nessa dolorosa síncope patriótica de separar o território do Acre da comunhão brasileira.

Traçou-lhe em decreto n.º 3, de 28 de janeiro de 1903 os limites com a República brasileira, isto é, com a nossa de sua nova Pátria, e se em decreto n.º 1, de 26 de janeiro de 1903, deu ao novo país criando a legislação brasileira, a moeda brasileira e o obrigatório uso da língua do nosso país, é porque naturalmente as circunstâncias locais não permitiriam inventar de uma só vez tanta coisa.

Convenhamos entretanto que a tese do ilustre conferencista está certa, foi o espírito militar que venceu na questão do Acre. Espírito militar — como renúncia, como bravura e como pertinácia na ação da gente acreana indômita e bravia; espírito militar do excelso Rio Branco que jamais compreendeu tratados fundamentados em puros pragmatismos, sem o lastro da força capaz de fazê-los cumprir; espírito militar inato do exército nacional que venceu no Acre, sem batalhas, porem com a perda de 35 a 40 % de seus efetivos, dizimados pelas endemias locais; com a coluna do bravo, honrado e justo general Olímpio da Silveira; que venceu no Alto Juruá com o seringueiro Mâncio de Lima e com a coluna do coronel Cipriano Alcides; espírito militar que venceu no Alto Purús, com o revolucionário seringueiro José Ferreira e com o destacamento do exército do coronel Agobar de Oliveira.

Que a justiça da história se faça enquanto é tempo, ressuscitando os verdadeiros heróis do nosso patriotismo. Os testemunhos quanto ao Acre setentrional não lhe faltarão. Nesta capital mesmo aí estão vivos, e dignos como sempre, os generais Felinto Alcino e

Azevedo Costa que tão relevante papel desempenharam na contenda final, Salvador Barbalho, Bernardino Lima, Pinheiro da Silva, além de outros mais como o major Dias de Freitas que em breve falará desta tribuna com a autoridade de quem tudo viu e presenciou.

Placido de Castro foi um dos muitos heróis do Acre, sem ser o homem providencial que o querem fazer, e o realce de seu papel lhe advem exclusivamente de havr surgido na luta contra os bolivianos, no momento preciso, exato, único em que o poder central se decidiu a dar ao problema acreano, a solução de força que ele exigia.

Foi esse um daqueles *momentos decisivos* da humanidade de que nos fala Stefan Zweig. Momentos que decidem um destino; minutos dramáticos que resolvem; de golpe, seculares problemas humanos sempre prorrogado.

Esse momento para o Acre e para o Brasil foi a ascensão de Rio Branco à pasta das Relações Exteriores, e esse Itamarati famoso onde ele continuou a processar a integração do Brasil nas suas fronteiras naturais, geográficas e políticas.

A justiça da história não pode assentar nas lendas que lhe deformam o sentido, mas nos fatos.

E esses provarão que o relevo ganho afortunadamente pelo nome de Placido de Castro na questão do Acre não representa nenhuma excelsitude de espírito militar, mas do fato de ter ele aderido às lutas ali recomeçadas em 1899, no minuto feliz em que o governo da República pela ação patriótica de Rio Branco, resolvera cobrir com o escudo do exército nacional os heróicos seringueiros do território litigioso.

E dessa justiça, só haverá apelação para o incomparavel tribunal da posteridade.

A gente nordestina conquistou o Acre para o Brasil, e defendeu sua integridade de armas na mão; Thaumaturgo teve a coragem patriótica de dizer sem reбуços as verdades que os governos não queriam ouvir; Rio Branco, com seu patriotismo de super-visão genial incorporou-o ao nosso território, enquanto Placido — surgido à última hora colheu apenas os louros, porque os loureiros teem a virtude de não emurcheecer...

# Almirante Inácio Joaquim da Fonseca

(1827 — 1902)

DIDIO IRANTIM AFONSO DA COSTA

Achava-se no setuagésimo quinto ano de vida, quando faleceu, na cidade do Rio de Janeiro, a 21 de Março de 1902, o Vice-Almirante INÁCIO JOAQUIM DA FONSECA, reformado desde 8 de Novembro de 1890.

Cessara, realmente, uma grande vida. Os traços recentes que deixara, combinados aos fulgurantes de bravo combatente dos tempos idos, faziam-no alvo do respeito e da admiração dos seus compatriotas, fossem ou não do Exército ou da Armada. Outras vidas maiores, de mais intensa irradiação nos episódios guerreiros ou mais frequentes às atenções da sociedade, ornaram o quadro da nossa história militar, mas nenhuma a excedera em virtudes humanas, senão em façanhas mais numerosas e memoráveis que as circunstâncias propiciaram.

Inácio Joaquim da Fonseca pertencera a uma das gerações afortunadas e triunfantes de construtores nacionais. Nascera no período agitado da consolidação do Brasil. Entrara na Armada aos primeiros passos do Segundo Império e a sua atividade militar fora encerrada, compulsoriamente, mês e meio depois do advento da República.

Ao ter praça de Aspirante na Academia de Marinha, ali se habituara, de mais perto, ao éco das proezas das nossas forças navais, ainda em formação, nas lutas da Independência, nas campanhas do Prata, na repressão ao tráfico de escravos e nos cruzeiros a todo o pano, em nossas águas, de lés a lés.

A América do Sul ainda era inquieta e acaudilhada, enquanto o Império se firmava, lutando. Se a figura de Rosas se ergue, o Bra-

sil a derriba. Se, depois de uma década, é a de Solano Lopez que se apresenta, obrigando às armas os brasileiros, argentinos, uruguaios, e os paraguaios ao sacrifício, o Brasil a abate. Abate-a, entretanto, depois de uma longa e sanguinosa série de batalhas.

Sem o sacrifício, sem a luta e sem a dor, sem os sofrimentos, numa palavra, é certo que nada se forma de estavel e fecundo. Frui-mos o belo, gozamos o sabor, haurimos a seiva dos frutos da natureza, e tambem sobre nós se derrama a sua luz criadora, o seu esplendor incomparavel. Mas dessa fonte criadora se originam calamidades, de igual maneira. Criação e destruição, alternadamente. Vida e morte, às vezes, a um tempo.

Envolvendo a tudo e a todos, nas suas alternativas de beleza e harmonia, de horror e descompasso, as vicissitudes que caracterizam a natureza em derredor aparecem analogamente nas espécies, entre os homens e no íntimo de cada um deles.

Resumo fisicamente frágil, espiritualmente suscetivel de elevar-se a interpretações maravilhosas e a concepções sublimes, teem os seres humanos de submeter-se à contingência da associação, da multiplicação e da continuidade, para a comunhão de benefícios, para os bens da prosperidade, andando num caminho cujo fim ninguem sabe ao certo, mas cuja significação todos supõem coroada de magnificência.

A associação humana, a sua recíproca e crescente inteligência, produzindo a coesão, é trabalho de séculos. Os homens, porem, juntando-se em núcleos, formaram massas poderosas, de inclinações e ideais diversos, entendendo-se e desentendendo-se, em repetidas alternativas, entre belezas e calamidades que os sofrimentos terríveis e as explosões de júbilo, à semelhança de cataclismas e resplendores, vão encadeando pelo tempo adiante.

A nossa palavra, extremamente honrada pela atenção de quem nos ouve ou lê, não tem o intuito de uma digressão inútil. Apenas se encaminha, num relance vago e apressado, para a cena em que aparece, revivida, a figura de um dos eminentes patronos do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Antes, porem, de mirar a cena mais bela entretecida pelas nossas armas, cujo trabalho foi o da construção do Brasil pelas forças físicas e morais de dezenas de milhares de admiraveis lidadores, des-

bravando ínvios caminhos para os abrir desimpedidos à marcha dos brasileiros, não será despropósito um olhar apressado às cenas que precederam aquela que foi a mais longa e emocionante, a de maiores incertezas e sucessivos sofrimentos, e foi ainda a que revelou à pátria e ao mundo seres indômitos e ações raras, de substância e significação transcendentales.

Aquela cena é a da quadra da maior guerra sulamericana, quando o Brasil verdadeiramente se sentiu a si mesmo, menos de meio século após sua independência, quando o Brasil se realentou e consolidou. Todos os povos o viram então como expressão triunfante e civilizadora, capaz do destino que lhe toca na América.

Desde que Colombo descobriu as novas terras do ocidente e Cabral surgiu nas águas da Terra de Santa Cruz, desde aqueles tempos até ao grito do Ipiranga, retraçaram-se na América novos e remorados episódios da vida de vários povos. Sofreram conquistadores e conquistados, dominadores e submetidos.

As terras eram dilatadas, virgens e maravilhosas. Os ameríndios selvagens e bravos. Três séculos não bastaram para o desenvolvimento e o povoamento das regiões americanas, assim como para a absorção ou assimilação do selvícola. No decurso desses séculos, de reconhecimentos vagarosos do litoral, de catequese árdua sob os braços serenos, eternos e redentores da cruz; no decurso desses séculos de bandeiras destemidas, incrivelmente sofredoras, terra a dentro, de implantação de padrões, de pirataria, de tráfico de escravos, de tudo quanto podia caracterizar uma colônia monumental; no decurso desses séculos, o Brasil sofreu a modorra do submisso.

Desperta, enfim, movido por impulsos próprios e estranhos que a fatalidade histórica somou, reuniu e combinou. País livre, não perdeu logo o espesso revestimento colonial que entretanto desapareceu sem demora. Passaram depressa os embates da banda do sul e repentinamente começou nesta parte da América a grande cena, a maior entretecida em sua história, pela duração, pelos inumeráveis aspectos, pelas ações memoráveis, pelos lances magníficos, pelas demonstrações repetidas de que o Brasil já era uma nação de homens, de obreiros da glória, de criadores e de construtores vitoriosos.



De Caxias e Tamandaré a Andrade Maia e Marcílio Dias; de Inhaúma e Osório a uma infinidade de heróis luminosos, dos chefes às fileiras, retemperaram eles o civismo brasileiro. Levantaram a pátria, na vida e na história, preparando-a, mais forte e confiante, para a marcha imensa que ela tem feito e tem de fazer.

Nós, que somos a posteridade desses abençoados e gloriosos brasileiros, não gozamos os frutos das lutas que eles travaram? Onde vamos buscar os mais belos motivos de alegria cívica e confiança no futuro senão entre os que viveram e lutaram com glória naquela quadra memorável? Que significação teem os homens daquele tempo? Que expressão mostram as batalhas daquela época? Quanto vale aquela guerra, assombrosa naquele período da vida nacional?

Para a posteridade teem significado tudo, efetiva e virtualmente; teem mostrado tudo — um poderoso salto de evolução histórica e um surto estupendo de virtudes, os mananciais mais ricos à nossa disposição, inspiradores de conduta e criadores incessantes de orgulho patriótico.

Meus senhores!

Durante mais de quatro anos, durante quase toda a guerra, Inácio Joaquim da Fonseca esteve entre aqueles heróis; durante mais de quatro anos, demorou-se entre aqueles obreiros da nossa glória, entre aqueles construtores da nossa pátria. Como se há de ver, ele brilhou, combatendo na guerra e trabalhando desveladamente na paz.

Tornou-se uma figura merecedora das agradecidas homenagens dos seus compatriotas. Incluindo-o na série dos seus eminentes patronos, o "Instituto de Geografia e História Militar do Brasil" fez uma alta e merecida consagração. E eu, obscuro em tão egrégia companhia, esforço-me para não falhar em face do nobre, venerando e glorioso extinto.

Ao falecimento do Almirante Inácio Joaquim da Fonseca, a imprensa nacional lembrou, em sentidos necrológicos, os seus serviços e os seus méritos. A supressão do tráfico de africanos, o levantamento da carta da costa do Brasil e a campanha do Paraguai tiveram notavel concurso do venerando servidor da Pátria.

Era um entusiasta do Almirante Barroso, a quem venerava. Exaltava sempre, com grande espírito de justiça, os feitos dos seus

camaradas. Ninguém se rejubilava mais do que ele — está escrito na *Revista Marítima Brasileira* — “quando, na tribuna do Club Naval ou na imprensa, comemorava, com a palavra ou com a pena, a gloriosa data de 11 de Junho”. Estudioso e culto, vivia a trabalhar e a produzir no período de reformado. Conhecia muito bem o grego e o alemão. Do grego, escreveu uma gramática, talvez a única até então escrita no Brasil.

Inácio da Fonseca, qualificado, na ocasião de sua morte, de “incansavel obreiro das glórias nacionais”, deixou vários trabalhos, aos quais aludiremos mais adiante.

A Marinha Nacional carpiu-o profundamente, quando ele deixou esta vida, tendo-a sabido viver com honra e glória.

\* \* \*

Filho legítimo de Bernardino Joaquim Pereira da Fonseca e de D. Maria José da Fonseca, nasceu Inácio Joaquim da Fonseca, no Rio de Janeiro, a 15 de Dezembro de 1827.

Sacramento Blake, no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”, equivocadamente, dá-o como nascido na Baía, assim como o seu irmão Domingos Joaquim, ex-oficial de Marinha, de reconhecido mérito.

Aspirante a Guarda-Marinha, 1-3-1843. — Aprovado plenamente em todas as matérias do curso. — Guarda-Marinha, 12-11-1845. — Segundo Tenente, 2-12-1847. — Primeiro Tenente, 2-12-1854. — Capitão-Tenente, 20-1-1867 por serviços de guerra. — Capitão de Fragata, 29-12-1867. — Capitão de Mar e Guerra, 2-12-1869. — Chefe de Divisão, graduado, 24-12-1881. — Contra-Almirante, 7-1-1890. — Vice-Almirante reformado, 8-11-1890. Finalmente, ALMIRANTE GRADUADO, 24-2-1897, pelos serviços prestados na guerra do Paraguai.

De 27-11-1845 a 18-11-1847, embarcou nas corvetas *Bertioga* e *Sete de Abril*, em seguida para a fragata *Constituição*, tendo adoecido e baixado ao Hospital de Plymouth, com alta a 26-2-1847.

Embarcou no brigue-escuna *Canopo* e no brigue *Capiberibe* em 1848. Veio à Corte, com licença, partindo de Pernambuco a bordo do paquete a vapor *Imperatriz* e chegando a 2 de Setembro do mesmo ano. Esteve em tratamento de saúde até 7-8-1849.

A bordo do vapor *Afonso*, seguiu para Pernambuco a 1-11-1849, onde embarcou na corveta *D. Januária*. Voltou ao Rio de Janeiro, no mesmo vapor *Afonso*, desembarcando a 7-1-1850. Esteve em tratamento no Hospital, de 10 de Janeiro de 1850 a 7 de Maio do mesmo ano.

Serviu na charrúa *Carioca*, brigue-escuna *Olinda*, no *Fidelidade*, patacho *Destêrro*, no *Teresa* e no brigue *Caliope*, de 1851 a 1852. Esteve em tratamento de saúde nos Hospitais da Baía e Pernambuco, em 1852 e 1853, durante 2 e 3 meses, respectivamente.

De passagem no paquete *S. Salvador*, partiu de Pernambuco para a Baía, onde foi servir no brigue-escuna *Olinda*, 23-3-1853. A 3 de Dezembro do mesmo ano, passou para o *Canopo*, desembarcando a 18-4-1854. No paquete *Times*, seguiu para Londres, onde embarcou a bordo do vapor *Jequitinhonha*, por ocasião do armamento desse navio ali construído, 29-7-1854.

Nomeado para servir na Estação Naval da Baía, embarcou, no Rio de Janeiro, a bordo do paquete a vapor *S. Salvador*, chegando ao seu destino e indo para a corveta *Euterpe*, 8-8-1855. Por ordem do Presidente da Província da Baía, esteve destacado nas cidades de Cachoeira e Santo Amaro, de 30 de Agosto a 12 de Setembro seguinte, afim de coadjuvar as autoridades na manutenção da tranquilidade e nas providências a tomar em consequência da epidemia que ali reinava.

Destacou para o brigue-escuna *Canopo*, 24-2-1856. Foram-lhe concedidos dois meses de licença para tratamento de saúde na Província da Baía, findo a qual, a 4 de Novembro, apresentou-se a bordo da corveta *Euterpe*. Passou para o vapor *Magé*, a 6 daquele mês, e para o brigue-escuna *Eolo*, a 15-12-1856.

Comandou o patacho *Teresa*, de 23 de Maio a 18 de Dezembro de 1857. Deixando esse comando na Baía, seguiu para a Inglaterra, onde, por ordem do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, assumiu o comando, em Londres, da canhoneira a vapor *Itajai*, a 1-3-1858.

No comando ainda desse navio, passou a exercer o do vapor *Maracanã*, a 30-8-1860, reassumindo o da canhoneira citada a 8 de Novembro seguinte, e deixando-o a 14, por ter a mesma tido baixa.

Passou então a servir na corveta *Berenice*. Baixou ao Hospital a 23-11-1860. Esteve em tratamento de saúde no Estado da Baía.

Serviu na Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província da Baía (Aviso de 27-1-1862), e na Capitania do Porto da mesma Província (Aviso de 4-2-1862).

Regressando ao Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Tocantins*, foi mandado servir na canhoneira *Iguatemi*, 14-2-1865.

Indo servir no vapor *Magé*, assumiu o comando interino desse navio, a 7-1-1867, e nele tomou parte no bombardeamento feito contra as fortificações de Curupaití. No dia seguinte, fez entrega do comando daquele vapor, reassumindo-o a 13 do mesmo mês e ano. Tomou parte no bombardeamento de 29 de Maio de 1867.

Passou a comandar o couraçado *Mariz e Barros* a 13-12-1868. A 31-12-1869, chegava ao Rio Grande do Sul. Deixou o comando do couraçado *Mariz e Barros*, 30-10-1870. Seguindo para a Baía, aí assumiu o comando da corveta *Baiana*, 6-11-1870.

Esteve em tratamento de saúde, no Hospital, de 18 de Abril a 17 de Maio de 1871. Desembarcou da corveta *Baiana*, 23-4-1871. Capitão do Porto da Província de Pernambuco, 27-4-1872. Por ofício da Presidência dessa Província, de 22-6-1872, foi aprovado o alvitre que lembrou, relativamente ao melhor local para a colocação do farol de Olinda, e recomendado que remetesse o resultado dos seus estudos a respeito, afim de tudo ser levado ao conhecimento do Ministério da Marinha.

Declarou a Presidência da Província, em ofício de 12-7-1872, ter ficado inteirada do risco marítimo a que estivera exposta a barca francesa *Volta*, risco de que fora salva, bem como a respectiva tripulação e carregamento, pela prontidão e acerto dos socorros prestados pela Capitania do Porto.

Saíu no rebocador *Camaragibe*, a 6-11-1872, a prestar socorros à barca argentina *Paladini*, encalhada nos recifes de *Itamaracá*. Conseguiu salvá-la regressando no mesmo dia.

Deixou o cargo de Capitão dos Portos de Pernambuco, 30-1-1873. Regressou ao Rio de Janeiro a bordo do vapor *Guard*, aqui chegando a 6-2-1873.

Nomeado para servir interinamente na qualidade de membro efetivo do Conselho Naval, durante o impedimento do Conselheiro

João Capistrano Bandeira de Melo, esteve em exercício de 19-5-1874 a 15 de Setembro do mesmo ano.

Passou a exercer o cargo de comandante do couraçado *Lima Barros*, 24-9-1874, no Rio da Prata. Exonerado a 1-4-1875, apresentou-se no Rio de Janeiro a 2 de Junho do mesmo ano, vindo a bordo do transporte *Inhaúma*.

A 3-6-1875, foi nomeado o Conselho de Investigação, determinado por Aviso de 10 de Maio, para investigar sobre o fato de que fora acusado, o de ter obrigado as praças da guarnição do couraçado *Lima Barros*, sob o seu comando, a atirarem-se ao rio e banharem-se no porto de Buenos Aires, não tendo sido tomadas as providências de costume. A 15 do mesmo mês de Junho, foi nomeado o Conselho de Guerra, recolhendo-se preso Inácio da Fonseca à Fortaleza de Villegagnon. O Aviso do dia 17 daquele mês concedeu-lhe a cidade por menagem, para tratar de sua defesa. Por sentença do Conselho Supremo Militar e de Justiça, de 13-10-1875, foi absolvido da imputação que lhe fora feita, a de haver ocasionado, na qualidade de comandante do couraçado *Lima Barros*, a morte do Imperial Marinheiro Herculano José Lopes da Silva.

Nomeado para auxiliar os trabalhos do Quartel General de Marinha (Aviso de 21-4-1876). Capitão do Porto da Baía, por Decreto de 20-6-1877, foi esse Decreto, a 24 de Setembro do mesmo ano, declarado sem efeito.

Comandante da *Galeota Imperial*, de 23-1-1878 a 24-1-1880. Nomeado Capitão do Porto da Província do Paraná, assumiu esse cargo e o de Comandante da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, indo a bordo do paquete nacional *Rio Grande*, a 13-2-1880. Por Portaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 11 de Março, foi nomeado Fiscal do Serviço da Navegação Subvencionada pelo Estado na Província do Paraná. Deixou esses cargos a 20-5-1880. Regressou ao Rio de Janeiro, a bordo do paquete nacional *Cervantes*, a 22 de Março do mesmo ano.

Assumiu o comando do couraçado *Brasil* a 12-8-1880, desembarcando, por desarmamento, desse navio, a 7-4-1883. Por Aviso do dia 12 desse mês, foi encarregado de apresentar um plano para mais conveniente organização do Arquivo do Quartel General da Marinha.

Nomeado Presidente da comissão encarregada da revisão do tempo de embarque dos Oficiais da Armada (Aviso de 26-6-1889).

Reformado compulsoriamente no posto de Contra-Almirante, (Decreto de 7-1-1890). Considerada essa reforma no posto de Vice-Almirante (Decreto de 8-11-1890), por contar mais de 40 anos de efetivo serviço na Armada. Almirante Graduado, pelos serviços prestados na guerra do Paraguai, 24-2-1897.

Faleceu a 21 de Março de 1902, em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro.

\* \* \*

Por Aviso de 16-10-1854, foi mandado louvar, conjuntamente com os outros oficiais, pelo bom comportamento e desempenho das comissões durante o tempo em que estiveram fora do Império.

Pela humanidade e corajosa dedicação com que se houve, em 1855, nas cidades de Cachoeira e de Santo Amaro, por ocasião de uma epidemia, foi mandado louvar, conjuntamente com os outros oficiais e praças que os acompanharam (Aviso de 27-9-1855).

Louvido pela prova que deu do seu amor às ciências, dedicação ao trabalho e interesse que tomou pela honrosa profissão a que pertencia, traduzindo a obra de Jorge Biddlecombe, intitulada *Tática Naval para Navios a Vapor* (Aviso de 25-6-1859).

Elogiado em Ordem do Dia n. 11, de 10-1-1867, pelo seu comportamento no bombardeio contra as fortificações de Curupaití.

Coube-lhe também o elogio publicado em Ordem do Dia n. 1, do Comandante em Chefe da Esquadra em Operações, datada de 1.º de Março de 1866, nestes termos:

“S. Ex. o Sr. Visconde de Tamandaré, com o mais vivo prazer, sauda a todas as praças da Armada e Exército que, sob suas ordens, souberam manter com heroísmo o brilho de nossa bandeira na passagem forçada de Cuevas, a 12 de Agosto de 1865”.

A 22-1-1867, foi louvado, em nome de Sua Majestade o Imperador, por haver tomado parte, como comandante interino do vapor *Magé*, no reconhecimento feito às baterias de Curupaití, no dia 8 de Janeiro anterior.

Foi felicitado em Ordem do Dia, n. 39, de 12-3-1867, do Comandante em Chefe da Esquadra, por ter tomado parte no bom-

bardeamento feito às fortificações de Curupaití a 3 do mesmo mês. Pela Ordem do Dia n. 49, daquele Comandante em Chefe, foram louvados os serviços que prestou durante o bombardeio da Esquadra de madeira a 15-8-1867, por ocasião de forçar a Esquadra encouraçada as baterias de Curupaití.

Teve parte no elogio que o Barão de Inhaúma dirigiu aos oficiais da vanguarda da Segunda Divisão, em Ordem do Dia n. 116, denominando-os "bravos de Curuzú", isto em consequência da proteção dada aos monitores contra as baterias de Curupaití, na noite de 13 de Fevereiro de 1868.

Recomendado à consideração do Governo Imperial pela passagem forçada, na madrugada de 3 de Março, sob as baterias de Curupaití, passagem considerada como um ato de bravura e perícia que deve merecer o reconhecimento do país, (Ofício n. 503 do Vice-Almirante Barão de Inhaúma, publicado em Ordem do Dia n. 126, de 5-3-1868).

Mereceu especial menção o serviço que prestou no reconhecimento feito, com toda a inteligência e dedicação, às baterias de Curupaití, no dia 22 de Março de 1868, (Ordem do Dia n. 131, do Vice-Almirante Visconde de Inhaúma).

Consta dos seus assentamentos: "A Câmara dos Senhores Deputados, em sessão de 11 do corrente (Maio de 1870), deliberou que se consignasse na ata um voto de louvor e gratidão aos Senhores Comandantes em Chefe, Generais, Comandantes, Oficiais e Voluntários, Guardas Nacionais e Praças de mar e terra, que até o brilhante feito de armas do Primeiro de Março puseram o honroso termo à Guerra provocada pelo Presidente do Paraguai e conquistaram para a Pátria glória imperecível".

Foi incluído no "Reconhecimento à Esquadra", do Sr. Marquês de Caxias, Comandante em Chefe, pelo zelo e obrigação que lhe prestaram". (Ordem do Dia da Esquadra, n. 272, de 14-1-1869).

Por Ofício da Presidência da Província de Pernambuco, datado de 7 de Junho de 1872, foi louvado pela prontidão com que se houve na comissão em que foi, com o fim de prestar socorros ao clipper americano *Herriet Queen*, de Nova York, que encalhara.

\* \* \*

Por Decreto de 2-12-1858, foi condecorado com o Hábito da Ordem da Rosa, em remuneração dos serviços prestados à humanidade na Província da Baía, por ocasião da epidemia de cólera-morbo.

Condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo, (Decreto de 14-3-1860).

Por Decreto de 26-1-1862, Sua Majestade o Imperador dos Franceses lhe conferiu o grau de Cavaleiro da Legião de Honra, em remuneração dos serviços que, quando comandante da canhoneira *Itajai*, prestara ao da canhoneira *d'Entrecasteaux*, durante a sua comissão hidrográfica na costa do Brasil.

Foi-lhe concedido o Hábito de Aviz, (Comunicação da Secretaria, 24-4-1862).

A 8-6-1866, apresentou o diploma de Oficial da Ordem da Rosa, com que fora condecorado por Decreto de 3 de Janeiro do mesmo ano, em atenção aos serviços que prestou na campanha do Estado Oriental do Uruguai e na campanha contra o Paraguai.

Condecorado com a Comenda da Rosa, (Decreto de 28-12-1867), em remuneração dos serviços prestados na guerra, como consta da Ordem do Dia n. 104, de 13-1-1868, do Vice-Almirante Comandante em Chefe da Esquadra em Operações no Paraguai.

Apresentou diploma da medalha da Campanha Geral do Paraguai, com a inscrição quatro, e os de Cavaleiro das Ordens da Rosa, de Cristo, de Aviz e da Legião de Honra; de Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Comendador da mesma Ordem.

Por Decreto de 5 de Julho de 1888, foi-lhe concedida a Medalha de Mérito Militar, criada pelo Decreto n. 4.131, de 28-3-1868, extensiva à Armada pelo Decreto n. 4.143, de 5-4-1868, por atos de bravura praticados durante a campanha do Paraguai, competindo-lhe dois passadores.

\* \* \*

— Já nos referimos à obra intitulada *Tática Naval para Navio a Vapor*, de Jorge Biddlecombe, traduzida por Inácio da Fonseca em 1859, e ao louvor que em consequência recebeu do Governo,



“pela prova que deu do seu amor às ciências, dedicação ao trabalho e interesse que tomou pela honrosa profissão”.

Passemos agora a outros trabalhos da sua lavra.

— Um mapa, entre o rio do Frade e Mucuri, foi copiado das cartas inglesas por Inácio da Fonseca, que o corrigiu e aumentou, sobretudo nas ilhas, bancos, canais, coroas e recifes. Foi o mapa litografado no Arquivo Militar, em 1857, sendo levantado quando o autor era Primeiro Tenente e comandava o patacho *Teresa*.

— Em 1863, impresso em Paris, apareceu o *Plano do ancoradouro de Ilhéus*, na Baía, levantado por Inácio da Fonseca, em colaboração com Mr. Ernesto Mouchez.

— Em 1865 e 1866, Inácio da Fonseca remeteu 36 *Cartas do Teatro da Guerra*, publicadas no *Jornal da Baía*. Constava, mais tarde, que os autógrafos dessas cartas haviam passado para as mãos do Visconde de Ouro Preto.

— Feita e assinada por ele, a 28 de Agosto de 1875, o então Capitão de Mar e Guerra Inácio Joaquim da Fonseca concluiu a sua defesa, “para ser presente na sessão que indicar o Conselho de Guerra”, requerido pelo autor.

Essa defesa foi impressa naquele ano, constituindo alentado folheto de 65 páginas e mais 12 de anexos, sob o título *Defesa formulada e apresentada pelo Capitão de Mar e Guerra Inácio Joaquim da Fonseca na Sessão do Conselho de Guerra, a que respondeu pelo falecimento ocasional e imprevisto do grumete imperial Herculano José Lopes da Mota, quando tomava banho a guarnição do couraçado LIMA BARROS no ancoradouro de Buenos Aires, às 4 horas e 40 minutos da tarde de 11 de Fevereiro de 1875*.

Alentada como era a defesa, o ex-comandante do *Lima Barros*, então o mais poderoso dos nossos couraçados, preparou uma introdução em que se lê:

*“Está geralmente admitido, como princípio incontroverso, que as longas defesas, em qualquer foro, correspondem sempre a causas más.*

*“Assim opinou o Sr. Senador Zacarias de Góes e Vasconcelos, quando, no Senado, combateu a do convênio de 20 de Fevereiro.*

*“Não obstante, essa monumental defesa grangeou, entre outros títulos, uma pena de ouro para o seu benemérito autor.*

*“A defesa, porem, na questão pendente, não se alonga pela qualidade da causa: esta não exige, como o veremos, mais do que dois ou três argumentos, mais do que duas ou três alegações, na limitada superfície de uma folha do manuscrito.*

*“A extensão, portanto, da defesa não decorre da causa puramente, mas sim do desvio desta, ou da transviação maliciosa: quanto mais exagerada, pois, tiver sido esta, tanto mais deve de ser aquela de algum folego e de tal ou qual perseverança.*

*“É sabido que dos despeitos e rivalidades criaram a confusão e a iniquidade, e que dessa indisciplina tem arreventado fatos que escandalizam, augurando consequências de maior cuidado. Felizmente, como o prevê o venerando Sr. Visconde de Abaeté, alguém virá animado de zelo bastante a introduzir a luz nesse caos, e a regularizar ou regenerar os serviços de modo vantajoso à causa pública. Que difícil é a empresa, pondera ainda, não há que duvidar; mas também sabe que das ruínas de um terremoto já houve ministro que fez surgir uma grande e bellissima cidade.*

*“As reclamações e protestos, pois, nesse sentido, partem sem cessar das eminências, ou da câmara temporária e da outra vitalícia.*

*“Assim vimos que, na sessão de 16 de Abril último, um dos mais distintos Ministros que tem regido a administração da Marinha, o Sr. Senador Saraiva, levantara antes igual protesto, nestes termos:*

*“O respeito à lei e à autoridade está decaído! A par da resignação vai também crescendo no Brasil o desdem por semelhante ordem de coisas, do que pode provir e virá afinal a revolução do desprezo”.*

Esse trecho mostra a forma em que Inácio da Fonseca apresentava as suas idéias: fluente, límpida e correta. Dirigindo-se ao Presidente e Vogais do Conselho, assim começou a encadear os seus argumentos:

*“Permiti, senhores, que, chamado perante vós em prol do meu direito, não tanto para justificar-me de um acaso natural e frequente na vida do mar, quanto particularmente para dissipar umas tais ou quais sombras em que procuram envolver-me, comece por alegar-vos o haver sido o julgamento do primeiro Conselho de Investigação, que contra mim funcionou em Montevideu, lavrado, com efeito, numa quarta-feira de trevas, dia nefasto, ou a 24 de Março do corrente ano.*

*“Ficou assim, desde aquele momento, estabelecido, entre outras irregularidades, esse fatal precedente em nossa Marinha.*

*“Rogo-vos, portanto, senhores, a bondade de verificar dos autos essa minha primeira verdade, mormente quando só da verdade farei cabedal, porque prefiro a honra de ser condenado amparando-me com ela, a salvar-me por meio de qualquer deslealdade, evasiva ou subterfúgio.*

*“Por tal forma identifica-se o meu pensamento com a máxima do eminente Sr. Thiers, nestes termos: A melhor maneira de sair-se bem de qualquer conjuntura é falar a verdade e sempre a verdade.*

*“Senhores!*

*“A minha hora também soou! Em vão bastante a prepararam e, só depois de aproximar-me aos 33 anos de vida militar, conseguiram, afinal, encabeçar-me, pela primeira vez, esta espécie de “coroa de espinhos!”*

*“Por mais honrosa que seja tal posição, parece-me não haver quem a apeteça, ainda que para ser louvado ou para ser absolvido.*

*“Infelizmente, é máxima que perdura em nossa Armada: Quando desejares mal aos camaradas, armai-lhes um Conselho de Guerra, apesar de saírem eles absolvidos ou promovidos.*

*“Contudo, circunstâncias ocorrem imprevistas e fortuitas, na vaga teoria das responsabilidades, que, mal interpretadas, conduziriam o maior dos justos, voluntariamente, a este sacrificio — votado pela lei à causa da justiça. A não ser-me ele intimado, vinha bem disposto a requerê-lo; chegaremos, pois, ao mesmo fim.*

*“Pedir-vos justiça, ou equidade, é supérfluo; pedir-vos indulgência, ou benignidade, é impróprio para vós, quanto de mim.*

*“Recorrer a amigos é desvirtuar a minha causa; socorrer-me de advogados é buscar o incômodo de ouvi-los falar muito e demais em meu favor.*

.....

*“Desta forma penso estabelecer a devida lucidez nesta questão e provar-vos, até à saciedade, o quanto se procurou transviar e deturpar a verdade de um frequente successo, chegando-se a convertê-lo por infundados despeitos e rivalidades, às proporções de um “crime, de um inqualificavel atentado”.*

.....

Como já vimos, o nosso ilustre biografado alcançou pleno e honroso successo nessa questão.

— A 13 de Agosto de 1882, em presença de D. Pedro II, no salão da Escola Pública da Glória, o Chefe de Divisão Inácio da Fonseca realizou uma conferência sobre o combate de Cuevas ou de Turupí, travado a 12 de Agosto de 1865.

O exórdio foi uma homenagem ao Almirante Barroso, falecido cinco dias antes. O conferencista viu o Brasil de luto, escuras as ondas oceânicas, nimbados os horizontes, o sul da América estremecendo de saudade; via, porem, o Panteão da História descerrando de par em par os seus pórticos luzentes, “para receber mais um herói, um vulto glorioso, um benemérito e laureado brasileiro, um vence-

dor dos mares, um navegador dos gelos austrais, para coroar, enfim, o inclito Almirante, o legendário Francisco Manuel Barroso”.

Entrou, a seguir, em matéria, miudamente, descrevendo a ação. Depois, considerou os resultados e consequências, dos pontos de vista balístico, estratégico e político.

Tratava-se da quarta das sucessivas vitórias da nossa Esquadra, alcançadas a 25 de Maio, a 11 e 18 de Junho e a 12 de Agosto de 1865. Deduziu Inácio da Fonseca que a Divisão avançada esteve sempre muito bem nas mãos do nobre Barroso, como a da numerosa frota do Almirante Parker nas mãos de Nelson, ou como a Divisão avançada em Trafalgar, sob o mando de Collingwood, enquanto forçava de vela o corpo da esquadra de Nelson.

Dessa comparação, achou o conferencista que não era difícil verificar se Nelson possuía todas as faculdades de espírito indispensáveis a um chefe ou “se tinha o poder — além da perfeição dos sentidos e da infatigável atividade — de abstrair, de comparar, de prever, de resolver, de vencer; e se tinha, afinal, consciência do perigo”.

Passou, então, a concluir que Barroso soube abstrair, porque, deixando de lado as dificuldades e o aparente impossível, arrojou-se audaz sobre o possível, buscando e visando o fim instantemente desejado.

Concluiu que Barroso soube comparar, porque Tonelero, Mobile, Riachuelo, Mercedes e outros cometimentos lhe permitiam igual resultado.

Concluiu que Barroso soube prever, porque, na véspera do combate, quando o sol desassombrava as fortificações das Cuevas, mandou reconhecê-las com a exatidão possível.

Concluiu que Barroso soube resolver, porque, abrindo mão da cilada do inimigo, espaçou devidamente os navios da linha de combate, conseguindo que nenhum se perdesse, nem encalhasse.

Concluiu que Barroso soube vencer, porque efetivamente burrou o plano soberbo do General Resquin, inutilizando-lhe toda a bravura e os seus mais ardentes esforços.

Concluiu, finalmente, que Barroso soube ter consciência do perigo, porque abrigou com prudência as guarnições que não eram necessárias na ação.

O feito fora importante e bem exposto da tribuna por Inácio da Fonseca, 17 anos mais tarde. Após algumas considerações ilustrativas, o conferencista perorou, lembrando a ação da Esquadra em Paissandú, "o ataque da ilha da Redenção, o combate do Passo da Pátria, a tomada de Curuzú, a passagem audaz de Curupaití, o combate e vitória alcançada sobre a *impossível* ou inexpugnável Humaitá, a abordagem do Timbó, a batalha do Tibicuarí, as abordagens espantosas do Tagí, e também as dos couraçados acima de Curupaití; como raridade no gênero, além de outros feitos, a grande batalha ou campanha dos Monitores, encravados e ensarilhados de envolta com as matas, troncos de árvores e liâmes do assombroso e apertado Manduvirá, margeado, além disso, pelo astuto e infatigável inimigo".

— Espontaneamente, em consequência de uma entrevista que tivera com o Conselheiro Paula Souza, a 17 de Abril de 1882, quando se lançou ao mar o cruzador *Almirante Barroso*, navio literalmente brasileiro, nos planos, no casco, na madeira, no ferro, no aço, em todas as suas máquinas e na mão de obra, o então Chefe de Divisão Inácio Joaquim da Fonseca apresentou àquele Conselheiro um trabalho sob o título *Melhoramento das Praças de Pret da Armada*.

Esse trabalho, publicado na *Revista Marítima Brasileira* de Julho de 1882, é de todo em todo interessante e judicioso, espelhando a experiência e o espírito de organização do autor, em face das condições da Marinha de Guerra de então. Achando que eram indispensáveis razões preliminares "que motivem, fundamentem e justifiquem as medidas ou providências adotadas de acordo com determinado sistema", despontavam-lhe, de momento, oito razões que passou a classificar.

O Corpo de Imperiais Marinheiros, o Batalhão Naval, as deserções num e noutros desses corpos; as Companhias de Aprendizes Marinheiros, a robustez física desses aprendizes e a das praças; a organização das esquadras, tão dependente do pessoal; a decadência e insuficiência de sub-oficiais e inferiores, quer pela qualidade, quer pela quantidade, constituem as observações gerais e fundamentais do melhoramento concebido pelo esclarecido Chefe de Divisão Inácio da Fonseca.

As providências ou resoluções, “que se lhe antolhavam como de primeira necessidade”, eram a abolição imediata do castigo corporal, “dissolvente do físico e do moral”, a remuneração honorífica ou de lapso de tempo de praça; a fixação do tempo de serviço, a admissão de voluntários ou contratados; o aumento de soldo, o desenvolvimento do Corpo de Marinheiros de Mato-Grosso e o incremento da Marinha Mercante; a proveitosa indústria da pesca, no litoral, nos parcéis e nas ilhas; a higiene nos navios e nos quartéis, as diversões, a diligência na execução das comissões; “continuar na prática invariável das Escolas, tanto pelas letras quanto pela parte técnica da profissão”; o restabelecimento do culto religioso, etc.; organização do corpo de foguistas e carvoeiros com pessoal brasileiro, “podendo escolher-se, dentre as baixas dos Corpos, os mais competentes, e dentre os marítimos nacionais os que se oferecerem em melhores condições”.

O trabalho a que aludimos, entretanto, estende-se sumariamente aos maquinistas, a regulamentos, a Capitania de Portos, Faróis, Socorro Marítimo, Associações de Práticos; aos Marítimos e a vários serviços ao longo do nosso litoral; a efetivos, a despesas, armamento, exames, prêmios, suprimentos, serviços hidrográficos, etc.

Sem dúvida, àquele tempo, várias das idéias do autor teriam sido acolhidas e adotadas a pouco e pouco — as idéias que não colidissem com o espírito demasiado conservador dos dirigentes.

— A 10 de Junho de 1883, Inácio da Fonseca fez uma conferência sobre a batalha naval de Riachuelo, na Escola da Glória, presentes o Imperador D. Pedro II, o Ministro da Marinha, o Visconde de Bom Retiro, o Senador Manuel Francisco Corrêa, muitos oficiais de terra e mar, cavalheiros e senhoras, constituindo seletto e numeroso auditório.

Como representasse o feito de Riachuelo assunto “mui grave, sendo alem disto o maior da Esquadra Brasileira”, o Chefe de Divisão Inácio Joaquim da Fonseca resolveu proceder a um estudo da batalha, publicando-o no mesmo ano.

A batalha havia “sido tratada pelo distinto Sr. L. Schneider e mui bem anotada pelo ilustre Dr. José Maria da Silva Paranhos”.

Até então, ao que parecia, não fora estudada em toda a sua extensão e pormenores, por nenhum autor, nacional ou estrangeiro.

Fê-lo Inácio Joaquim da Fonseca, "um dos mais ilustrados e distintos oficiais da Armada", na opinião geral. Um livro de cerca de 200 páginas apareceu então, hoje raro, muito bem feito e muito bem impresso, com diversas estampas, mapas e quadros. O livro contem tudo quanto fora divulgado, com o cunho de valor histórico, até o ano da sua impressão, além do contingente das informações de oficiais que se bateram no memorável dia 11 de Junho de 1865.

Embora o autor não haja esgotado o assunto, porque Riachuelo ainda pode ser esmiuçado sob vários aspectos, foi ele quem, até hoje, andou mais longe. O seu livro, assim, é uma preciosa fonte, a mais preciosa à nossa disposição.

Dezoito anos mais tarde, em 1901, Inácio Joaquim da Fonseca publicou um folheto, sob o título *Riachuelo perante a História*, dedicado à Marinha Nacional, resumo da obra acima descrita sobre a peleja de 11 de Junho de 1865, sobre a qual, no *Jornal do Brasil*, em 1900, escreveu Eunápio Deiró: "Dissipar os contos imaginários e fazer a nação brasileira conhecer a "realidade" daquela pugna ou página esquiliana e terrível".

— Em 1885, Inácio da Fonseca publicou o livro *Noções de Filologia acomodadas à língua brasileira ou vernácula*. Livro denso, erudito, de 234 páginas, dedicou-o o autor à Associação Promotora da Instrução, de que era membro, "como sinal de confraternidade, e nominalmente ao seu nobre Presidente, o Sr. Conselheiro Senador Manuel Francisco Corrêa, como prova de acatamento e gratidão".

Nele se encontram os fundamentos de futura língua, "exclusivamente nossa, tão arredada da portuguesa quanto é vasto o oceano que separa o Brasil de Portugal", na expressão subscrita em 1889 pelos Drs. Augusto Vitorino Alves do Sacramento Blake e J. A. Teixeira de Melo.

Como é natural, esse livro só pode ser lido vagarosamente, a espaços. É uma demonstração de cultura, de tenacidade e inteligência.

Desde logo, nesta fase da evolução da nossa língua, quando nos habituamos à ortografia oficialmente adotada em Portugal e no Brasil, estranhemos enormemente a que adotou, há mais de meio século, o oficial general da Armada Inácio Joaquim da Fonseca.

Fazemos a transladação deste trecho, por exemplo, da escrita da-quele livro de Filologia para a atual, com forçosa lentidão:



.....  
"Ora, do exposto e das de mais cartas, a-pesar-de fechadas, conclue-se: não haver lingua presentemente mais incorreta e indisciplinada do que a portuguesa na parte pronuncial, e também, por grave contrassenso, na ortografia.

"Mas, de onde vem todo esse desastre, toda essa calamidade, a espécie de catalepsia que ataca o sistema nervoso e sanguineo da mais aperfeiçoavel, da mais harmoniosa e rica de todas as linguas?...

"De causas complexas e tão numerosas que, decerto, não cabem neste bilhete de visita. Porem, a um canto seu, escreverei apenas com lápis chinês esta quasi apagada observação:

"Todo o mal provém de maus rudimentos, de ruins elementos, ou átomos, constituintes dos corpos, e quer em relação aos do género material, como até aos de entidade subjetiva. Admitindo-se pois o funcionamento da lingua sob tais condições, dentro de viciado meio, é transluzente não dever a primeira correção surgir senão da legitimidade, da pureza e natural ajustamento dos átomos indispensáveis a tal função, da salubridade do meio adequado a sua existência ou perseverança.

"Ora os átomos, conceda-se ainda, os elementos, as particulas, as moléculas, e assim o meio subsistem impuros; logo: nada mais evidente, mais palpável do que o gérme, o miasma, o micróbio, o palustre, em suma o pre-fator de toda essa calamidade.

"Infere-se, pois, que o mal, a praga, a catalepsia, a inervação provém logo da escassez, da imperfeição do atual ou vigente alfabeto. Deste motivo trataria, de acordo com a promessa feita, e na persuasão de lhe dar o seu etimófono e racional desenvolvimento. Porém, se o não fizer, se o tentámen ultrapassar as minhas fôrças, não me eximo ao dever de adiantar, pelo amor consagrado desde a juventude a estas franças dea letras, que a primeira correção, o vigoroso antidoto, o medicamento sem

rival consistirá na simples manipulação que dê o preparado de nome especial, o indispensavel "i" breve; tanto menos difficil de criar-se quanto por não haver nada mais exequível do que o despojá-lo do tal expoente à laia de chumbinho de caça, contrapêso que o torna lerdo e longo, e sem remissão possível.

"Dessa forma, por conseguinte, há como que um "fiat, si parva licet..."

"Por êsse meio e corretivo, sana-se imediatamente uma larga parte da língua. Todos êsses "io", "ia", "ico", "ica" florescem logo e com tal beleza e sonoridade".....

.....

Todo o texto do livro é assim, é isso, mais do que isso, pela abundância de contingentes no vasto domínio da Filologia, em homens, em obras e em exemplos, estudados, confrontados, analisados.

Inácio da Fonseca se aventurou, efetivamente, a assunto complicadíssimo. O seu livro é uma demonstração irrefragável de cultura e uma fonte a que os estudiosos podem recorrer com proveito, um atestado de que também foi util o homem que o elaborou no domínio da pena, depois de distinto no domínio da espada.

— Em 1888, Inácio da Fonseca traduziu o *Guia da Instrução* (250 páginas, in-8.º) para o Imperial Corpo de Engenheiros da Marinha Alemã (concluindo em Setembro de 1887) — Kiel, 1888.

— Em 1894, no Rio de Janeiro, o Vice-Almirante Inácio Joaquim da Fonseca publicou um *Estudo* (Pró-República) — Reorganização e outros artigos (88 páginas in-4.º).

— Em 1895, publicou um *Estudo Analítico* sobre o descobrimento do Brasil (Rio de Janeiro, 38 páginas in-8º), com o mapa da costa ocidental da África e oriental da América do Sul, o planisfério do mundo actual, o globo de Martim Behaim, o retrato do Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral e o desenho da caravela do século XVI.

Nesse livro, cuja importância é extrema, afirma o autor:

1.º — O Brasil está compreendido no descobrimento sintético de 12 de Outubro de 1492.

2.<sup>o</sup> — Foi conhecido e percorrido antes de Abril de 1500 e até aos 14<sup>o</sup> de latitude.

3.<sup>o</sup> — Verificada tão segura premeditação, não foi a derrota de Cabral obra do acaso, sendo aliás de planejado reconhecimento.

4.<sup>o</sup> — Nem calmarias, nem correntezas, nem ventanias poderiam causar um tal desvio ou desorientação nunca vista.

5.<sup>o</sup> — O ponto de chegada jamais poderia ser em Santa Cruz, nem na moderna baía Cabrália (16<sup>o</sup>17'20") e, portanto, não foi outro senão no *lagamar* de Porto Seguro, pelos 16<sup>o</sup> 36' de latitude, ou daí um pouco mais para o sul, e nunca para o norte.

E, como aditivo, após tantas mudanças e confusões de nomes, de lugares, de rumos, de direção, de briza, de correntezas, de calma, do dia de chegada, e até de Santa Cruz ao de Cabrália, ocorre que passou Abril a Maio e pretende-se ainda incinerar a ortografia que não pode ser outra senão — BRASIL.

— Em 1900, apareceu impressa uma conferência do Almirante Inácio da Fonseca, sob o título *Demonstração da entrada de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro*, dedicada ao "Venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e nesse mesmo Instituto levada a efeito.

Desenvolvendo o assunto, pareceu ao autor, enfim, ter suficientemente provado que o ponto de chegada de Cabral regulou pelos 16<sup>o</sup> 52' 30" de lat. sul; o segundo ponto, pelos 16<sup>o</sup> 54'; o terceiro, pelos 16<sup>o</sup> 28' e o quarto pelos 16<sup>o</sup> 27' 30". Pareceu-lhe também provado que a correnteza tendia a puxar para o sul e não para oeste, desde que a frota cortou o paralelo de S. Roque, e na razão de pouco mais ou menos de milha por hora. Subsistirá, portanto, que a frota de Cabral demandou a entrada de Porto Seguro pelo norte, "mais larga entrada", demorou-se nela e dela velejou "para os reinos lá da Aurora, em prosseguimento das recebidas instruções, fielmente guardadas".

— Inácio da Fonseca, em 1901, publicou o livro sob o título *Synopse de neologismos admissíveis no XX Século*, numa profunda homenagem ao Brasil. Esse trabalho é de evidente utilidade e através dele verificamos uma vez mais os conhecimentos e o labor constante de tão distinto brasileiro.

No fim da obra, ele declara que, 1622 páginas do magno dicionário de C. Alexandre, Paris, edição de 1895, foram colhidos os 3.128 neologismos, "patrioticamente ofertados ao Brasil". Acrescenta, quanto a dicionários: "Admitindo-se que o de Oxford possua 250.000 palavras, o alemão 80.000, o italiano 45.000, o francês 30.000, o espanhol 20.000, fácil é de presumir que o nosso possa conter para mais de 200.000 palavras".

Não devemos deixar de lado, ao fazermos o elogio do Almirante Inácio Joaquim da Fonseca, alguns dos membros da sua família.

Era seu irmão Domingos Joaquim da Fonseca, nascido também no Rio de Janeiro, também oficial de Marinha, até o posto de Primeiro Tenente, promovido em 1855. Fez parte da oficialidade da Esquadra que foi ao Paraguai, sob o comando do Chefe da Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, efetuar os tratados de limites com essa República. Fez o levantamento do farol dos Abrolhos em 1858 e dirigiu os trabalhos de melhoramentos do porto do Rio Grande do Sul em 1861.

Em 1854, escreveu *Apontamentos sobre um roteiro da costa do Brasil*, publicado na *Revista Marítima Brasileira* daquele ano. A crítica, então, entre outros conceitos, acentuou:

*"Em favor dos seus talentos e conhecimentos adquiridos enquanto serviu na Baía, dignamente fala a sua descrição hidrográfica de grande parte daquela província, publicada este ano.*

*"O Sr. Fonseca é muito jovem ainda; bastante inteligente e dotado de caráter perseverante, há de ser levado a ações recomendáveis, de glória para si e de proveito para o país.*

*"O governo reconheceu o seu valioso préstimo, dando-lhe um comando, onde estréia, em mais alta jerarquia, a carreira militar".*

Em 1863, porém, Domingos Joaquim da Fonseca deixou o serviço da Armada, ingressou no Ministério da Fazenda, sendo nomeado Inspetor da Alfândega do Rio Grande do Norte. Foi depois no-

meado conferente da Alfândega da Baía. Serviu mais tarde em Pernambuco, aposentando-se aí, a pedido.

Era Cavaleiro da Ordem da Rosa e sócio do Conservatório Dramático da Baía, onde escreveu os dramas *Remorsos* (1868), levado à cena em 1875; *Ambição* (1870), *Matilde* (1875), naquela província. Em Pernambuco, o drama histórico, em verso e em seis atos, *Manuel Beckmann*. Esse drama foi representado na Baía vinte anos antes de ser impresso.

Sacramento Blake informa que talvez ainda outras peças teatrais tivesse o autor impressas e acrescenta que, inéditas, sabe que tinha algumas.

Domingos Joaquim da Fonseca escreveu também um romance, na Baía, em 1876 — *Amor e Morte*.

O Almirante Inácio Joaquim da Fonseca contraiu matrimônio na freguezia de S. Pedro Velho da Baía, a 20 de Abril de 1853, com D. Adélia Josefina de Castro Fonseca, natural do lugar, filha de Justiniano de Castro Rebelo. Primorosamente educada, poetisa de grande inspiração, deixou versos dignos de perpetuidade, como estes, ao esposo ausente:

“Porque está tão apressado,  
Coração, a palpitar?  
Queres, deixando meu peito,  
Por esses ares voar?  
Queres de meu pensamento  
A carreira acompanhar?”

Queres, misero insensato,  
Este desejo cumprir?  
Intentas da fantasia  
Os amplos vôos seguir?  
Buscas, vencendo a distância,  
Tua saudade extinguir?...

"Esta saudade tão funda,  
Tão viva, tão pertinaz,  
Que te faz tão desgraçado,  
Que tão ditoso te faz?  
Que tanto te amarga às vezes,  
Que às vezes tanto te apraz?

.....  
.....  
.....

"Deixa ir só meu pensamento  
De seus vôos na amplidão.  
Quem sabe, si ao lado doutra  
O acharás, coração?...  
Morre embora de saudade;  
Porem de ciume... não!"

Na coletânea — Século XVII — XX — de Laudelino Freire, **SONETOS BRASILEIROS**, encontra-se este da ilustre poetisa baiana, esposa de Inácio Joaquim da Fonseca:

"Ainda um ano, filha, hoje se escôa  
Do tempo na ampulheta, que não cansa  
E nem siquer mitiga uma esperança  
A dor de te perder, que me magoa.

O alígero tempo, quando voa,  
Os males nos apaga da lembrança;  
Mas o martírio meu não há mudança,  
Nos agudos espinhos da coroa.

Antes, para agravar-me a desventura,  
Da vida apenas na ridente aurora,  
Rouba-me a morte inexoravel, dura,

Teu filhinho adorado, a quem outrora  
 Beije mil vezes, louca de ternura,  
 E que, louca de dor, pranteio agora !”

Nascida a 13 de Julho de 1860, na mesma freguezia em que casaram Inácio Joaquim da Fonseca e D. Adélia Josefina de Castro, a sua filha Maria José veio ser a esposa do eminente historiador e polígrafo brasileiro João Capistrano de Abreu. Honorina, Adriano e Matilde são os filhos ainda vivos deste casal. Adriano, prestante cidadão, intelectual e escritor ainda, Diretor de Secção aposentado do Ministério da Viação e Membro do Conselho Fiscal do IPASE, reside nesta capital. Matilde é casada com o Dr. Aprígio Nogueira, clínico em Machado, sul de Minas Gerais. Honorina, hoje madre priora do Convento das Carmelitas de Santa Teresa, foi uma senhora de grande beleza física, de aprimorada instrução, de altas virtudes morais e religiosas.

Que nos releve a grande e nobre religiosa, do recesso do seu Convento, assentado na marchetada colina de Santa Teresa, recordarmos aqui as harmonias da sua lira, tangida por suas mãos purificadas ao serviço de Deus.

Nessas harmonias estão resumidas as virtudes espirituais e a inteligência da prole de Inácio Joaquim e D. Adélia da Fonseca, neste soneto escrito para Capistrano de Abreu, no seu 70.º aniversário natalício, quando a sua querida e virtuosa filha, já no convento, onde hoje é priora e sente tão de perto toda a felicidade e todo o esplendor celeste, aos pés da cruz do Redentor:

“Foste tu, caro Pai, que do seio do Eterno  
 Me arrancaste e trouxeste a este mundo, a esta vida . . .  
 Quando eu desabrochei — qual flor recém-nascida  
 O sol que me aqueceu foi teu amor tão terno.

Teu sangue é o sangue meu . . . Teu trabalho paterno  
 Ganhou-me o pão com que eu cresci e fui nutrida.  
 Ah ! quanto te custei ! . . . quanta dor, quanta lida,  
 Desde teu quente estio até teu frio inverno !

E agora, dá-me a mão... É noite. Vem comigo!  
Vem que eu te levarei a Jesus, teu Amigo,  
Que te espera saudoso... Oh! dize-me que sim!

Foste meu pai, e eu tua mãe serei agora...  
Dar-te-ei a Eterna Luz de que me deste a aurora,  
Dar-te-ei — por esta vida — a vida que é sem fim”.

Devemos uma cópia desse soneto, tão harmonioso e tão significativo, ao festejado beletista Gastão Penalva, espírito que tem rebuscado e conserva ao redor de si inumeráveis e irradiantes preciosidades.

A leitura do excelente livro *Portas de Outro Sexo* (Rio de Janeiro, 1930), escrito por Afonso Costa, autor eminente, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Baía, além de figura conspícua da Federação das Academias de Letras do Brasil, adquirimos hoje noção perfeita do que foi na vida e do que efetivamente é nas letras nacionais Adélia Josefina de Castro Fonseca.

Do capítulo *Os Cem anos duma poetisa*, cuidadosamente lavrado em toda a sua iluminada extensão, colhemos que a esposa de Inácio Joaquim da Fonseca viveu a existência cantando. Mereceu e merece as homenagens do feminismo ou da inteligência nacional. Talvez a brasileira que primeiro tirara a lume livro de versos no Brasil (1865), fora poetisa de suave inspiração, acariciada dos eflúvios do romantismo dominante. Os seus versos ganharam a posteridade. O seu nome é frequentemente recordado.

Ouro da Baía, que sempre o espalhou em abundância para a fortuna maior da literatura nacional, oriunda da terra de catedrais famosas da inteligência, desse “berço de águas e de cantores, com a sua natureza esplêndida e as suas festas ruidosas”, Adélia era de uma estirpe de poetisas, do ramo genealógico dos Castro Rebelo.

Prendada ao extremo, invulgarmente culta, estava entre as primeiras das mulheres baianas que mais se distinguiram pelo espírito. De ótima linhagem, estudara línguas, música e pintura.

Admirou-a Gonçalves Dias. Em versos cantantes, chamou-a de *Safo cristã, virgem formosa*. Plínio de Lima achou que ela “se levanta ao pino da maior culminância da poesia feminina no Brasil,



tamanhos os seus dotes de inspiração e de encantamento na arte do verso”.

Como jamais a outra acontecera na Baía, “o nome da poetisa vivia num halo de apreciações magníficas, de toda parte, por todos os locais e ao fluir de todos os cálamos... Nunca emudeceram as líras para saudar, para louvar, para encomiar a artista da *Aurora brasileira*”.

Há um poema dramático *Duclerc*, “magnífica produção em torno de um feito brilhante da história brasileira”, cujo bicentenário se comemorou em 1911. É seu autor o poeta Castro Fonseca (Joaquim de Castro Fonseca, engenheiro civil, há pouco falecido). A mãe estremecida dedica o cantor o seu poema.

Falecendo aos 93 anos de idade, Adélia da Fonseca cantou a vida inteira com inspiração e sentimento. Ainda se leem os seus versos “com o mesmo sabor estético e divino como se servem em taças de Anacreonte as emanações do vinho capitoso da felicidade”.

Ao tempo de Lopez, desferiu o seu eloquente *Canto patriótico*. Incitou as atitudes do esposo, então na guerra, e lamentou que o filho não tivesse ainda idade para os serviços militares:

“Oh ! se meu filho estivesse  
numa idade em que pudesse  
combater o vil caudilho,  
Pátria ! por Deus eu te juro,  
com o mesmo amor firme e puro  
eu vira partir meu filho !”

Sobre esse canto remoto, que ainda se ouve tão bem e que pode repetir-se constantemente, tomemos este trecho de Afonso Costa:

“*CANTO PATRIÓTICO* é um clangorar estrepitoso de cornetas, em comando, por través de cujos toques se estão ouvindo os ruidos surdos dos voluntários e dos recrutados em marcha, as vozes dos capitães na ordenação das manobras e dos ataques e, ora bem longe, entre charnecas donde rebentam moitas e capões, e ora bem perto, às sanefas dos bivaques nos chãos distendidos,

*o troar da fuzilaria constante, no preparo e execução da matança de combatentes.*

*Fechado o livro com essa ode, quis a poetisa, despercebidamente, acentuar o seu objetivo pelo bem social e pela grandeza humana, porque empenhar-se alguém no sentido de vitoriosa a causa com que pensamos a razão esteja, não é mais que ansiar pelos triunfos da liberdade e felicidade entre os homens.*

*Noutros passos ainda há confirmação desse motivo social sob a influência da formosa espiritualidade de ADELIA FONSECA, e maior não se contará que o da sua atitude extrema na porfia mavórtica, segundo as crônicas de então. É quando ela, açulada de patriotismo, cheia do fervor e entusiasmo com que se acompanham e se aplaudem os conscritos da guerra, no instante do último desfile, ordena que os batalhões façam ALTO! e à frente deles declama os seus cantos de fogo, acende na alma dos soldados as labaredas da causa nacional que se busca salvar e sob as chuvas dos aplausos populares atralhes as flores de que açafatas custosas são portadoras”.*

Assim foi a grande artista, aquela mulher, com a alma a vibrar pela Pátria, ralando-se-lhe o coração de saudade do esposo na guerra, em que lutara, durante quase toda.

\* \* \*

Dissemos que Inácio Joaquim da Fonseca pertencera a uma das gerações afortunadas e triunfantes de construtores nacionais. Os aspectos da construção a que aludimos foram principalmente os das atividades militares, isto é, da guerra.

Apreciando a nossa evolução histórica, claramente se vê que ela não podia prescindir da ação militar como não o poderá nunca. A ação bélica, no lapso que nos interessa, resultou numa grande e sólida construção, num monumento real, levantado pela inteligência e pelas virtudes de abnegados brasileiros que pairam na eternidade.

Nesse monumento, está a quintessência dos nossos gloriosos as-

cedentes. Em todo ele estão os traços emocionantes de sangue derramado, unguídos da luz enorme, cada vez maior, que irradia da alma nacional a vibrar. Estão os lances que recordamos dia a dia. Está a honra defendida. Está o sofrimento e também está a glória. Estão os alicerces do Brasil, sólidos e profundos.

Enquanto as atividades de um déspota sulamericano preparavam o surto do grave acontecimento que decorreu ao revés dos seus projetos, os brasileiros exploravam, esquadrihavam, devassavam a vastidão do território que lhes coube para a glória e a grandeza desta nação americana.

Entre esses brasileiros também esteve Inácio Joaquim da Fonseca. Não será sem propósito lembrar, dentre os nossos compatriotas da Armada, num determinado período, anterior à prolongada guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, alguns obreiros antigos e beneméritos, trabalhando enquanto a guerra não vinha e talvez nem mesmo fosse esperada.

Já então, planos hidrográficos, descrições de rios, portos e costas, muitas memórias importantes, etc., estavam nos arquivos da Secretaria de Marinha. Desde a independência, ativavam-se esses trabalhos, com o Capitão-Tenente Rafael Lopes Anjo, na barra de Sergipe, nos limites com a Guiana Francesa, na barra do Espírito Santo e nas margens do rio Doce.

As explorações e os estudos se sucedem com o então Capitão de Mar e Guerra Francisco Cordeiro Torres e Alvim, Comandante da corveta a vapor *Beberibe* (explorações científicas no oceano Atlântico); com o Capitão de Mar e Guerra Lourenço da Silva e Araujo Amazonas, autor de uma bela obra, quando Capitão-Tenente, sobre a Comarca do Alto Amazonas, citado com frequência por Moreira Pinto, no Dicionário Geográfico Brasileiro; com Augusto Leverger, barão de Melgaço, notabilizado pelos seus trabalhos em Mato Grosso e no Paraguai; Felipe José Ferreira, Noronha Torrezão, Almeida Barbosa, Pedro Garcia, Delamare, Domingos José Marques, e ainda outros.

Outro grupo foi constituído por Joaquim José Inácio (Visconde de Inhaúma), Luiz Antonio da Silva Beltrão, José da Costa Azevedo (Barão do Ladário), João J. da Silva Guimarães e Barbosa de Almeida.

No estudo de portos e navegação, Giacomo Raja Gabaglia. Em trabalhos diversos, Sabino Elói Pessoa, Lima Campos, Domingos Joaquim da Fonseca e Mariano de Azevedo.

Antonio Vital de Oliveira desenvolvia os seus memóráveis trabalhos, ao tempo de Mouchez e de Inácio da Fonseca, interrompendo-os para ir ao encontro do inimigo, na guerra do Paraguai, onde morreu como um bravo, no posto de Capitão de Fragata, a bordo do couraçado *Silvado*, que ele mesmo trouxera da França, com o nome de *Nemesis*, afrontando temporais, pelo que recebeu este cumprimento de um Almirante norteamericano: "É um triunfo para a navegação o ter atravessado o Atlântico em navio de construção do *Nemesis*".

Outro herói e explorador, tombado na guerra, foi o Capitão-Tenente Augusto Neto de Mendonça, mais tarde comandante do couraçado *Mariz e Barros*. Tombou no reconhecimento que fez às baterias superiores de Angustura que tentou forçar (1868). A expedição que ele chefiou, em 1863, partindo de Itapura, com marinheiros nacionais, para explorar os rios Iguatemi, Escopil e Ivinheima, é uma sucessão de episódios interessantes.

A expedição segue e reparte roupas e alimentos com os selvícolas. Cumprido o dever, a expedição volta. Chove continuamente. As dificuldades da navegação fazem Neto de Mendonça recear pela sorte dos expedicionários, se não alcançar, em poucos dias, o porto do Barbosa, no Vacaria, único lugar de recursos. Neto de Mendonça verifica que "só a disciplina militar é capaz de conter homens nas circunstâncias desesperadas em que nos achamos então".

São obrigados a esforços sobrenaturais. Teem apenas para alimento uma pequena porção de feijão gelado. Estão literalmente nus. Apodrecera-lhes a pouca roupa que lhes restara. Com os corpos lacerados pelos borrachudos e motucas, as feridas agravadas pela varreja, não podem os expedicionários contar nem com a caça, que a chuva e a enchente haviam afugentado das margens do rio. Nessa extremidade, a guarnição, quase exausta de forças, mas sempre resignada e obediente, socorre-se de jacarés, apesar do repugnante almiscarado da carne. Enfim, chegam à fazenda hospitaleira de Manuel Gonçalves Barbosa, onde descansam dos penosos trabalhos e curam as feridas.

A necessidade de estabelecer comunicações diretas com a Província de Mato Grosso, pelo interior do país, levou o Governo, em 1857, a mandar estudar os diversos caminhos para aquele fim. O então Primeiro Tenente Antonio Mariano de Azevedo foi encarregado de explorar o rio Tieté, por onde se fazia outrora comunicação com aquela Província. Feita a exploração, pronunciou-se Mariano de Azevedo pela criação de um estabelecimento naval no Itapura, ponto mais próprio ao desenvolvimento da idéia do Governo, a de criar recursos capazes de facilitar pelo interior o transporte do pessoal e material necessário à defesa de Mato Grosso.

Já o ilustre General Liberato Bittencourt traçou magistralmente o perfil de Antonio Mariano de Azevedo, coetâneo de Inácio da Fonseca e de outros dedicados servidores da pátria, num belo livro recente e em outras publicações anteriores.

No ano de 1866, a 10 de Outubro, seguia pelo Javari acima o Capitão Tenente João Soares Pinto, comandando a expedição encarregada de levantar os marcos divisórios das fronteiras do Império do Brasil com a República do Perú. Com parte da expedição — consta da sua fé de officio — foi assaltado por uma tribu de indígenas bravios, recebendo no assalto, “tais flechadas que veio a morrer delas, três horas depois do combate, no mesmo dia 10 de Outubro de 1866, e foi sepultado na manhã seguinte, à margem direita do rio Jaquirana, continuação do Javari”.

O escritor Castilhos Goycochêa, com a arte do seu estilo, ainda há pouco, lembrou essa página rubra dos anais da Marinha Nacional.

Antes, muito antes, durante e ininterruptamente depois de sanguinolenta guerra do Paraguai, numerosos brasileiros da Armada, em comissões notáveis, exploraram o território e as águas do Brasil, assim como lhes fixaram os limites. O mesmo aconteceu com inúmeros brasileiros do Exército, cada qual mais digno de memória, e com muitos civis, especialmente Engenheiros, cada qual maior credor da gratidão nacional. Contemporaneamente, esse aspecto das nossas atividades continua e não são poucos os compatriotas vivos metidos nas selvas, ao serviço da ciência, da segurança, da paz, das culturas e da prosperidade do país.

Bem se vê que aos antigos construtores do Brasil nas campanhas da guerra e da ciência, entre os quais esteve Inácio da Fonseca, sucederam muitas e ilustres figuras da nossa grande família militar e se vão sucedendo com honra e glória.

\* \* \*

Mediante pesquisas, mais ou menos demoradas, entre pessoas idôneas, podemos afirmar que o carater de Inácio da Fonseca era da melhor têmpera.

Soube ser herói, soube honrar as tradições da família militar a que pertenceu, elevando-se no esforço para lhe decantar os feitos com rigor histórico e a traços minudentes, cheios de entusiasmo. Não cansou da sua estirada e lenta marcha pelos caminhos, sucessivamente sombrios e insalubres, ora tomados pelo fumo da pólvora, ora agitados pelas pugnas ruidosas. Trabalhou sempre.

Quando o colheu a reforma compulsória, deixou a Marinha ao largo e se deteve, contemplando-a sempre. Não consumiu os seus últimos doze anos de vida na mole e confusa ociosidade tão comum, aquela que procura retardar o fim da caminhada neste mundo dolorido, aquela que, com passo vagaroso, entre infinitas cautelas, se esforça em diferir a hora soleníssima do encontro da cova aberta no chão sagrado e misterioso do Campo Santo. Aquela cautela e aquele apêgo, tão diversos da expressão de desprendimento que se encontra nestes alexandrinos de Adriano de Abreu, também romancista e poeta, filho de Capistrano e de D. Maria José de Abreu e neto de Inácio Joaquim e D. Adélia da Fonseca:

#### A MORTE

"Gozam do último sono a calma e o refrigério,  
Sem te haver compreendido, os que o tentaram, Morte!  
Dir-se-ia que os fulmina o teu lutuoso porte,  
Si eu não lograsse enfim penetrar-te o mistério.

Um simples malho basta a teu mister funéreo:  
Cai, recai, cai, recai, cai, recai: desta sorte:  
passa o justo com o mau, o imbele passa e o forte,  
Larga o ceptro o monarca exilado do império.

Ó ferreiro fatal, incansavel ferreiro !  
Teu gesto compassivo abraça o mundo inteiro,  
Cancela a dor, confere, aos que lutam, guarida.

Mas temo que labor assim porfiado e ingente  
Te quebrante; e que, então, me esqueças nesta vida,  
Eternamente... eternamente... eternamente..."

Sabemos, pois, que o carater de Inácio da Fonseca era de boa tèmpera. Arréδιο, reservado para com os estranhos, entretanto afaivel. Tinha aquele tom respeitavel à moda de outrora. Olhava da mesma forma para baixo e para cima, isto é, a sua compostura era a mesma em face dos superiores quanto dos subordinados. Se lhe ocorresse ceder, tolerar, admitir ou amparar, não se tratando de matéria que dependesse da lei, mas dele somente, fazia-o quanto aos do lado de baixo. Para os do lado de cima, a sua attitude sempre foi desempenhada, dando lugar a que, às vezes, as autoridades superiores o recebessem de barlavento.

Homem robusto, alinhado, de bela e enérgica fisionomia masculina, ornada de barba cerrada e cabelos castanhos claros que chegaram a embranquecer, fardava-se corretamente, num apuro natural, nada exagerado.

Tinha personalidade, comprovadamente. Como se pode ver pela defesa que ele mesmo produziu perante o Conselho de Guerra, ganhou desafetos ou talvez inimigos transitórios. Devia ser então como a árvore que dá frutos, vítima fatal de pedradas.

Temos notícia de que ele era um enxadrista. Debruçado sobre o mágico e nobre taboleiro, encantou muitas horas da sua vida. Ele só, por suas mãos, nos dias de repouso — e não admitia que ninguém o ajudasse — transformava o terreno ao redor da sua casa em jardim, e ia gozando os aspectos sucessivos do que punha na terra, das sementes aos ramos, às folhas, às flores e ao ambiente balsâmico por fim.

Aprazia-lhe o trabalho de marceneiro e outros manuais. Trabalhava debates e polémicas, não sendo poucos, segundo temos ouvido dizer, os que teve com o illustre e encapelado Almirante Barão de Ja-

ceguai e com o fidalgo, igualmente bravo e ilustre, Almirante D. Carlos Baltazar da Silveira.

Assim foi o Almirante Inácio Joaquim da Fonseca, como tenho descrito a este egrégio auditorio — compatriota eminente, combatente audaz, espírito culto, alma que soube praticar o heroísmo e celebrar os heróis, honrar a família e venerar a Pátria !

Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 1940.

---



# José de Oliveira Barbosa

(Marechal do Exército – Barão do Passeio Público  
Visconde do Rio Comprido)

Cap. ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA

## ENSAIO BIOGRÁFICO

"O passado, nas suas páginas eloquentes e sinceras, encerra a lição do futuro".

AUTRAN DOURADO

Dentre os nossos vultos militares do passado, merece especial menção JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA, um dos propugnadores do Ensino Militar, entre nós, na sua fase inicial.

Marechal do Exército brasileiro, Barão do Passeio Público e Visconde do Rio Comprido, foi também Ministro da Guerra, Conselheiro de Estado, respeitado por quantos o conheceram e tiveram a felicidade de seu contacto direto ou indireto, e Governador na Angola, levando a outro Continente a sua palavra ponderada e o seu tino de formidável administrador.

Não venceu batalhas, não tendo mesmo tomado parte ativa em lutas internas do país, mas educou e preparou, como professor e instrutor, com suas lições sábias e o exemplo de uma conduta reta e dedicada à sua profissão, a muitos daqueles que as venceram.

Creemos, pois, ser de elevada justiça o nosso esforço, relembrando esta grande figura do Brasil Colônia e do Brasil Império.

Nasceu JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA aos 22 dias do mês de agosto de 1753 na Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro.

Foram seus pais o Ajudante Supra João de Oliveira Barbosa, oficial, servindo naquela praça de guerra e natural do Rio de Janeiro e D. Brites Junqueira de Andrade, natural da cidade de Santos e filha do Sargento-mór Francisco Pereira Leal, militar de vastas tradições, tendo tomado parte na expedição ao Rio da Prata de que resultou a fundação da cidade do Rio Grande, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes e tendo sido também governador da citada fortaleza de S. João da Barra.

Sob as vistas do pai e do avô, (já reformado) e naquele ambiente militar onde a disciplina e o respeito se faziam sentir, passou a sua meninice, isto é, até chegar à idade onde os estudos se faziam mistér.

O seu preparo intelectual, iniciou-o e fortificou-o no Convento dos Franciscanos, desta mesma cidade do Rio de Janeiro onde sempre se mostrou aluno bastante aplicado, interessando-se de maneira surpreendente pelos assuntos novos que seus preceptores traziam à baila.

*"Aos Jesuitas deve o Brasil o ensino público que detiveram em suas mãos nos dois primeiros séculos de nossa existência, perdurando até a guerra que lhes moveu o Marquês de Pombal, transferindo o ensino para o Estado e criando para mantê-lo o subsídio literário que custeava os ensinamentos primário e secundário (1772).*

*Aos franciscanos do Rio de Janeiro devemos, no final do século XVIII, a criação de um Curso de estudos literários superiores, que é tido como "a primeira e única tentativa feita no Brasil para a constituição de um curso universitário de estudos superiores e desinteressados".*

*(Vol. XX das Publicações do Arq. Nacional).*

Filho e neto de militares, muito natural a resolução de José de Oliveira Barbosa de, concluidos os estudos, ingressar na carreira das armas, para cujo pendor muito contribuiu também a lembrança daqueles bons tempos da fortaleza de S. João da Barra.

Verificou praça, como Cadete Voluntário — tal direito lhe garantindo seus ascendentes — seu próprio pai tendo ascendido a Capitão a 27 de setembro de 1758 e a Sargento-mór desde 7 de agosto de 1766), na Segunda Companhia do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, aos 25 de janeiro de 1775, contando então 21 anos e 5 meses de idade e prestando nesse mesmo dia juramento às Bandeiras.

Por sua situação privilegiada de cadete, por seus dotes pessoais, nos quais eram evidentes a convivência com os frades franciscanos e sobretudo pelos conhecimentos que demonstrou e que o faziam distinguir entre os colegas de posto, somente 4 meses e 11 dias eram passados de sua praça que já galgava ao posto de 2.<sup>o</sup> Tenente, sendo classificado na 8.<sup>a</sup> Companhia do mesmo Regimento, isto aos 6 de junho.

Ao posto de 1.<sup>o</sup> Tenente elevou-o o vice-rei Marquês do Lavradio a 6 de junho de 1776, justo um ano da sua anterior promoção, sendo então transferido de Companhia (para a 3.<sup>a</sup>), continuando porém no mesmo Regimento.

Neste posto em que permaneceu mais tempo, frequentou a Aula Militar existente no seu Regimento onde satisfez plenamente às condições exigidas no Curso Matemático de Artilharia, Fortificação e Desenho.

Esta Aula Militar que constituiu o primeiro curso militar teórico-prático organizado no Brasil, foi criada, com o caráter de uma aula regimental, para os oficiais e soldados da Artilharia, pela Ordem Régia de 19 de agosto de 1738. Inaugurou-a o Sargento-mór José Fernandes Pinto Alpoim, que além do serviço do seu posto, a que era obrigado no Regimento, tinha mais "o de ditar postila e ensinar a teoria da Artilharia a todos os que quizerem aplicar-se a ela".

Ao tempo em que José de Oliveira Barbosa nela se matriculou, a Aula já evoluira um tanto, tendo o ensino se ampliado.

Foram seus lentes o Tenente Coronel Antonio Joaquim de Oliveira e o Ajudante Caetano Pimentel, oficiais de grande preparo técnico que tinham vindo de Portugal, em 1774, nomeados especialmente lentes da Aula Militar, para intensificarem cada vez mais o preparo dos oficiais de Artilharia e iniciarem o ensino dos primeiros Engenheiros da Guarnição do Rio de Janeiro, com a ordem que traziam da criação de uma aula de Arquitetura Militar, funcionando no mesmo local da já existente, isto é, no Regimento de Artilharia.

O Marquês do Lavradio, no Relatório que fez ao entregar o governo do vice-reinado do Rio de Janeiro ao seu substituto D. Luiz de Vasconcelos e Souza, referindo-se aos oficiais do Regimento de Artilharia, diz do responsável pela Aula Militar, no período em que José de Oliveira Barbosa a cursou:

*“O Tenente Coronel é Antonio Joaquim de Oliveira, o qual também é Lente de artilharia; não é inhabil, tem gravidade e conforme lhe permitem as forças se emprega no aproveitamento dos seus discípulos, achando-se já alguns deles com bastante adiantamento”.*

Ainda como 1.º Tenente foi José de Oliveira Barbosa destacado para a Ilha da Trindade, por ato de 20 de fevereiro de 1784; partiu do Rio de Janeiro a 7 de março, regressando ao seu Regimento a 4 de maio do ano seguinte, retornando à Companhia de Mineiros em que fora classificado desde 17 de dezembro de 1783.

A sua promoção ao posto de Capitão e transferência para o comando da 7.ª Companhia de Artilheiros vem a se dar, por estudos, em função dos ótimos resultados obtidos no curso da Aula Militar, aos 13 de maio de 1783.

Três anos depois, com a transformação da Aula Militar do Regimento de Artilharia na “Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro”, nos primeiros dias da 2.ª quinzena de dezembro de 1792, já no vice-reinado de D. Luiz de Castro, 2.º Conde de Resende, é o Capitão José de Oliveira Barbosa chamado a ser um dos componentes do seu corpo docente, sendo eleito Primeiro Substituto do Lente da Aula de Artilharia.



Tenente General José de Oliveira Barbosa  
★ VISCONDE DO RIO COMPRIDO ★

O Lente era o já Coronel Antonio Joaquim de Oliveira que tinha a seu cargo o ensino a ser ministrado aos alunos dos cinco primeiros anos da Academia, competindo ao seu Primeiro Substituto auxiliá-lo em suas aulas e substituí-lo em seus impedimentos.

Data a sua nomeação de 5 de dezembro de 1792, tendo sido a Academia inaugurada a 17 do mesmo mês e ano com a presença do vice-rei de Estado, o Conde de Resende.

De sua atuação como Primeiro Substituto do Lente da Aula de Artilharia, cargo que ocupou até 1795, quando passou a Lente, substituindo ao Coronel Antonio Joaquim de Oliveira, é bastante sejam citados, primeiro, o trecho de uma carta datada de 17 de julho de 1795, na qual o Conde de Resende se refere à parte que coube ao Capitão José de Oliveira Barbosa nos trabalhos da Academia e, depois, à informação prestada sobre ele, pelo mesmo vice-rei ao Rei de Portugal, ao pedir a sua promoção ao posto de Tenente Coronel, esta com a data de 23 de outubro do mesmo ano de 1795:

Eis a primeira:

*"...não obstante ter recaído todo o peso deste importante serviço no mencionado Capitão, como substituto, pelas moléstias que padece o referido Coronel, o qual não só por este motivo como pelas obrigações que deve cumprir a respeito do Corpo que comanda que lhe não deixam tempo desembaraçado para assistir aos estudos nos dias destinados, assentei deveria ficar desobrigado do exercício de Lente a que não pode acudir, quando seriamente atenda ao Serviço do seu Regimento..."*

E a segunda, que, com um intervalo de cerca de 3 meses da carta acima, seguia para Portugal:

*"Capitão de Bombeiros — José de Oliveira Barbosa — que o era de Artilheiros por comissão desde 13 de maio de 1789. Tem 20 anos e 8 meses de serviço. Este oficial é um dos mais hábeis do Corpo em que serve e atualmente está empregado no lugar de Substituto da Aula Militar, a qual a maior parte do tempo depois dessa nomea-*

*ção tem sido regida por ele, porque tendo o Coronel com as obrigações de Chefe do Regimento também o justo embaraço de moléstias habituais que o oprimem e inhabilitam grande parte do ano, cujos embaraços inda que involuntariamente fariam um grande atrazo aos discipulos, quando não fosse substituida a sua Cadeira por um Oficial de tanto merecimento; me parece tão digno de prêmio que sem o menor escrúpulo, não só o proponho para Tenente Coronel agregado ao mesmo Corpo, declarado Lente de propriedade, recebendo o Ordenado desse emprego que indevidamente até agora tem pertencido ao Coronel atual; mas até suplico reverentemente a V. Exa. queira favorecer esta minha pretensão, da qual nunca me poderei arrepender, tendo esperanças tão bem fundadas das vantagens que resultarão ao Serviço de S. Majestade animando a um Oficial que por todos os caminhos próprios da sua profissão pode ser util”.*

*(Doc. da Sec. Hist. do Arq. Nac. — Col. 68; vol. 12).*

• E, acrescentemos, sem que deixasse de administrar e comandar a sua 7.<sup>a</sup> Companhia de Artilheiros, da qual passou para a de Bombeiros em 23 de outubro de 1795, data que corresponde à da informação prestada pelo Conde de Resende e que acabamos de ver.

De 1795 a 1798 ocupou José de Oliveira Barbosa, em caráter interino, o cargo de Lente da Academia, esperando chegasse de Portugal a notícia de sua promoção ao posto de Tenente Coronel, para então ser tornada efetiva a sua posição. O Aviso de 24 de setembro daquele último ano traz-lhe a promoção e a nomeação esperadas; é, então, em consequência, efetivado como Lente da Aula de Artilharia e empossado logo a seguir, a 20 de dezembro.

Período árduo foi esse em que assoberbado já de trabalho, acumulando dois cargos, o de Lente e o de Comandante de Companhia, teve aumentada a sua lida com mais um encargo de grande evidência a que não se escusou por demonstrar o grande conceito e o alto grau de confiança que nele demonstrava o vice-rei do Rio de Janeiro. Entre 4 de junho de 1796 a 16 de junho de 1797 ocupou o lugar

de Secretário de Estado do Vice-reinado, cooperando assim, como auxiliar direto do Governador, na administração do Brasil.

Por essa época, na sociedade local o prestígio de que gosava já era grande, figurando o seu nome entre os das pessoas de maior cultura.

Já na situação de Tenente Coronel teve lugar o seu casamento com D. Maria Tomazia de Oliveira Gonçalves, filha de um abastado comerciante, Tomaz Gonçalves e de D. Maria Angelica de Oliveira. Ato simples porem de vasta repercussão pois que a figura de mais alta projeção da Província e quiçá do Brasil, o Conde de Resende, nele figurou como uma das testemunhas.

Em 1802 é José de Oliveira Barbosa armado Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, por contar mais de 20 anos de bons serviços, recebendo a condecoração correspondente a 16 de novembro do mesmo ano.

No ano seguinte, em abril chega às mãos do vice-rei D. Fernando José de Portugal, o Decreto Real, assinado em 31 de janeiro, elevando-o ao posto de Coronel e nomeando-o para o Comando do Regimento de Artilharia que, pelo mesmo decreto, vagara com a nomeação do Coronel Antonio Joaquim de Oliveira para Governador da Ilha das Cobras.

Neste posto e naquele comando, assistiu formado à frente do seu Corpo "postado com o parque no largo fronteiro à Casa da Ópera e extendido pelo Cais ao lado dos três Regimentos de linha do Rio de Janeiro", ao desembarque do Príncipe D. João e da sua comitiva real, em 8 de março de 1808.

O primeiro decreto coletivo assinado pelo Príncipe, aqui no Brasil, aos 13 de maio desse mesmo ano de 1808, elevou José de Oliveira Barbosa ao posto de Brigadeiro Graduado dos Reais Exércitos, não o destituindo porem do Comando do Regimento e nem lhe tirando aquela ocupação de Primeiro Lente da Academia.

Nesse posto, Oficial General, com o mesmo zelo anterior, serviu, durante um ano e dois meses, nas suas antigas funções, até 12 de julho de 1809, quando, em virtude de seus merecimentos e dotes pessoais, se viu nomeado, por escolha especial do Príncipe D. João, para Governador e Capitão General do Reino de Angola, na África.



Só então deixou o Regimento de Artilharia em que labutara durante 34 anos, dos quais 17 também como Lente, e no qual firmara, através os seus ensinamentos na Aula Militar e a sua conduta na administração, o grande conceito em que era tido.

A um brasileiro nato era dada tão alta missão — a administração de um Reino em outro continente! E José de Oliveira Barbosa, o escolhido, não ia desmerecer da grande confiança que nele era depositada.

Nesse mesmo ano recebeu ainda a elevada distinção do título de Conselheiro, por carta Régia de 5 de agosto e no seguinte o foro de Fidalgo Cavaleiro, por alvará de 16 de março, sendo que esta última distinção recebe-a já como Marechal de Campo, posto a que fora elevado por imediata resolução de 23 de fevereiro de 1810.

Partindo para o Reino de Angola, chegou o Marechal de Campo José de Oliveira Barbosa a Benguela no dia 24 de maio de 1810, entrando no porto de Loanda, a capital, a 4 de julho. Tomou posse do governo a 7, recebendo-o das mãos do Conde de Porto Santo, Antonio Saldanha da Gama, seu antecessor, dando desde logo início à sua administração.

Cabe aqui agora a transcrição da parte de um artigo publicado no "O BRASIL HISTÓRICO", periódico histórico, político, literário e científico, escrito pelos Drs. Melo de Moraes e Melo de Moraes Filho, no número de 19 de fevereiro de 1882..

Diz o Dr. Melo de Moraes, referindo-se a José de Oliveira Barbosa:

*"No seu governo, conforme li nas Memórias publicadas em Paris, em 1825, por João Carlos de Castelo Branco e Torres, ajudante de ordens de seu pai, o Governador e Capitão General de Angola, Luiz da Mota Feo e Torres, foi o Marechal José de Oliveira Barbosa o primeiro que conseguiu a comunicação, pelo interior da África, com a costa oriental, porque mandando um preto feirante, oficial de Henrique Dias, com ordens de atravessar o sertão, fosse a Moçambique e de lá voltasse pelo mesmo caminho à Loanda, trazendo do Governador daquela Capitania cartas em resposta às que nessa mesma ocasião lhe escrevia José de Oliveira Barbosa.."*

*Não juntara porem a esta descoberta os conhecimentos geográficos, pela ignorância de quem praticara a viagem”.*

Pelo dito na transcrição acima, depreendemos ter sido pela iniciativa de um brasileiro e realizada por outro brasileiro (oficial de Henrique Dias), de quem infelizmente não temos o nome, a África Meridional atravessada pela primeira vez, de lado a lado, de oceano a oceano, ligando-se Angola e Moçambique através florestas virgens e desbravando-se assim o interior africano.

Outros serviços notáveis lembram ainda a administração de José de Oliveira Barbosa, naquela parte do Continente Negro: deu início à canalização das águas do rio Coanza, para abastecer de água potável a capital Loanda; estabeleceu nas planícies do rio Dande uma coudelaria para suprir a falta de cavalos que havia em Angola e mandou para o Rio de Janeiro, em diversas ocasiões, sementes de várias plantas uteis.

Nomeado por três anos, tão bem a sua administração impressionou à Metropole (Rio de Janeiro), que, terminados estes, foi reconduzido por igual período, recebendo ainda, por decreto de 13 de maio de 1813, como prêmio aos bons serviços prestados, o grau de Comendador, com a *respectiva* Comenda, da Ordem Militar de S. Bento de Aviz.

Findo o segundo triênio de governo regressou ao Rio de Janeiro onde foi nomeado, por decreto de 22 de janeiro de 1818, vogal do Supremo Conselho Militar e logo depois, a 6 de fevereiro do mesmo ano, dia da Aclamação e da Coroação de D. João VI, elevado à graduação de Tenente General. Contava já 64 anos de idade.

“O Supremo Conselho Militar, criação devida ao Príncipe Regente D. João, pelo alvará de 1.º de abril de 1808, entendia em questão que dissessem respeito ao Conselho de Guerra e Ultramarino, porem somente na parte militar. Devia compor-se de Officiais Generais do Exército e da Armada, já Conselheiros de Guerra e do Almirantado, existentes na capital e de outros officiais,

como vogais do Conselho, sem gozo das regalias e honras que coubessem aos Conselheiros de Guerra”.

(Vol. XX, das Publicações do Arq. Nacional).

Como Vogal do Conselho Militar esteve apenas 4 meses, porquanto a 13 de maio era nomeado Conselheiro de Guerra.

\* \* \*

Com a revolução irrompida em Portugal, em 1820 — a qual teve como causas principais a *atuação* despótica do Governador Militar, Marechal Beresford, a inveja e o despeito pela demorada permanência da Corte do Brasil e ainda este elevado a Reino — O Brasil também ia passar por grandes transformações em sua ordem política e administrativa, a elas não ficando estranho o Tenente General José de Oliveira Barbosa.

Consequência direta daquele movimento, vitorioso em Portugal, aqui no Brasil, o povo (começando pelas províncias do Pará e da Baía), apoiado a uma parte das forças armadas, pronunciou-se a favor da nova Constituição liberal elaborada no Reino.

Precipitando-se os acontecimentos acordou D. João VI em escolher um Ministério mais popular e aprovou a nova Constituição para todos os seus domínios.

O juramento solene desta, teve lugar na manhã do dia 26 de fevereiro desse ano de 1821, na praça do Rocio, tendo o movimento revolucionário à sua frente o próprio Príncipe Real D. Pedro.

Preparadas a tropa e o povo e reunida a Câmara, cujos membros foram chamados às pressas, o príncipe D. Pedro, comparecendo à varanda do teatro, proclamou o Sistema Constitucional e asseverou que seu pai anuia aos desejos da nação.

Desde logo foi substituído o Ministério por um outro, do qual os componentes foram indicados pela tropa armada e pelo povo.

Neste entra José de Oliveira Barbosa como Chefe Comandante do Corpo de Polícia, figurando também a sua assinatura já como “Comandante da polícia”, no auto de juramento que foi assinado no mesmo dia pelo Príncipe D. Pedro, pelo novo Ministério e por cerca de 4.000 pessoas.

Após esses fatos, tendo demonstrado D. João VI, sob a influência de alguns de seus ministros portugueses, o desejo de regressar a Lisboa, iniciou-se, pela imprensa, um forte movimento favorável à total separação do Brasil de Portugal. São, entre outros, José Clemente Pereira, Januario Barbosa e Frei Sampaio que encabeçam o novo movimento, chegando a organizar um partido político.

O decreto de 7 de março, pelo qual el-Rei anunciava que deixaria no Brasil, como Regente, o príncipe D. Pedro, e a eleição dos deputados às cortes de Lisboa que teve lugar a 20 de abril, apressaram o regresso de D. João, partindo ele do Rio de Janeiro, a 26 do mesmo mês, com a família real e cerca de 4.000 acompanhantes.

O seu último despacho, no Brasil, assinado a 24, dois dias antes da viagem e após o beija-mão das despedidas, atinge a José de Oliveira Barbosa, elevando-o à efetividade do posto de Tenente General.

O prestígio que adquirira o Tenente General José de Oliveira Barbosa ainda se faz sentir, quando são o povo e a tropa chamados a eleger 9 deputados para a instalação de uma junta provisória, perante a qual serão verificadas as responsabilidades dos Ministros e secretários de Estado.

Na relação das pessoas eleitas, apresentada por Pedro Alvares Diniz, do Conselho de Sua Majestade, Ministro e Secretário de Estado, a 5 de junho de 1821, figura o seu nome em 3.<sup>o</sup> lugar, com 33 votos, tendo obtido 38 votos o mais votado.

Já no Império, é chamado a fazer parte do 3.<sup>o</sup> Gabinete Ministerial que vigorou durante 4 tormentosos dias, entre 10 e 14 de novembro de 1823.

Os seus conhecimentos sólidos, o seu passado e talvez a fama da sua energia férrea, cooperaram para que fosse chamado a 10 de novembro para o Ministério, cabendo-lhe a pasta da Guerra, justamente quando o Imperador precisava de dedicações fortes e extremas.

A sua ordem são concentradas tropas nas imediações de São Cristovão, próximo ao Palácio Imperial, temendo-se sérias alterações da ordem, provocadas pela agitação em que estava vivendo a Assembléia, motivada pela hostilidade tremenda que ao Imperador moviam os Andradas.

O decreto imperial de 12 de novembro que dissolveu a Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil, foi por ele referendado, como Ministro da Guerra e por Clemente Ferreira França, depois Marquês de Nazaré, como Ministro da Justiça. Tão importante decreto teve, pois, a assinatura com responsabilidade apenas de dois ministros, sendo um deles José de Oliveira Barbosa.

\* \* \*

Em 1829, por Carta Imperial de 24 de outubro, para se lhe premiar os bons serviços prestados ao Brasil, foi agraciado com o título de Barão do Passeio Público. Recebeu esse título por ser o proprietário de uma excelente casa, construída em 1818, pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, que ficava quase em frente ao portão do Passeio Público e fazendo canto com a rua das Marrecas. Na época, além desta, havia, naquele local, mais três casas e a Oficina de Impressão Régia.

A Visconde do Rio Comprido foi elevado pelo decreto de 18 de julho de 1841, dia da coroação do Imperador D. Pedro II, recebendo esse título por ser o dono de uma grande chácara, denominada Rio Comprido, que comprara, desde 1805, a D. Apolinária da Costa, viúva do Capitão José da Costa.

Já bastante idoso foi reformado do serviço ativo do Exército brasileiro, onde era o oficial de maior graduação, no posto de Marechal do Exército. Em um documento, existente no Arquivo do Exército, em que José de Oliveira Barbosa "pede a Sua Majestade Imperial se digne mandar declarar a qualidade de sua reforma à vista do Decreto de 19 de agosto do presente ano", lê-se em nota à margem:

"Passe Patente de Reforma e o Posto de Marechal do Exército com o soldo da antiga tarifa".

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1842.

(as.) — *Manoel da Fonseca Lima e Silva*  
Barão de Suruí.

A patente tendo sido despachada em 20 de outubro desse mesmo ano.

Com 90 anos e 8 meses de idade, faleceu no dia 2 de maio de 1844, no seu palacete da rua do Passeio, vitimado por hepatites-crônica, sendo sepultado no dia seguinte nas catacumbas antigas da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, na Igreja de S. Francisco de Paula, onde repousa ainda hoje.

Como última vontade, em carta que deixou, pediu à sua família que depois de sepultado não consentisse que tocassem em seus restos mortais.

\* \* \*

JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA foi um grande cidadão e perfeito militar. Muito fez para o Brasil e pelo Brasil.

Faz jús à nossa admiração.

---

# Referências Biográficas

(Jerônimo Coelho e Moreira Guimarães)

Major JÔNATHAS CORREIA

Discurso proferido no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, para a recepção de novo sócio Major FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA.

Em sua erudita conferência, pronunciada no I. H. B., sobre o Marquês de Barbacena, disse o general Souza Doca:

“Uma das funções deste Instituto, em seu nobre culto pelo passado, é recordar, recordar sempre, para ministrar exemplos edificantes, deixados pelos nossos maiores, no transcurso pela vida, ao serviço do progresso, da civilização, da família, da sociedade ou da Pátria”.

É, também, o recordar, uma das funções do I. G. H. M. B., e isto porque no reencontro com o passado, no estudo dos valores substanciais da Nação, na crítica serena dos seus atos e na glorificação dos seus feitos é que se criam os modelos a serem seguidos pelas novas gerações, dando-lhes um sentido mais digno do valor do seu País.

A biografia dos grandes homens é a própria história da humanidade, afirmou Carlyle, e nós poderemos escrever a história do Brasil, através da biografia de alguns dos nossos antepassados.

Não é o relato da vida de Caxias, uma verdadeira crônica socio-política, do período que vai de 1822 a 1880?

Biografando Mauá, Alberto de Faria, não tratou largamente de todo nosso desenvolvimento econômico e financeiro?

Nabuco, no "Um estadista do Império", não fez o mais completo, o mais notável estudo sobre a política e políticos do segundo reinado?

Certo, nos trabalhos biográficos não se deve apenas narrar o que há de apreciável, de bom e de justo, na vida do biografado, ocultando-se, de propósito, "os defeitos, fraquezas ou vícios, porque dos exemplos reprováveis se podem tirar preciosas lições".

E é, sobretudo, necessário liberdade à crítica histórica para que esta possa ter o caráter de função doutrinadora, mesmo porque se, como diz Voltaire, às vezes basta um homem para desdoirar uma Nação, não menos verdade — afirma Ruy — é que, às vezes, basta um só para a salvar, oriundo que seja de classe humilde.

Em nosso País, contam-se por centenas, homens ilustres e que prestaram à Pátria os mais assinalados serviços, vindos da obscuridade, nascidos não em berços de ouro, mas em berços de necessidade ou quando muito parcamente abastados.

É o caso de Jerônimo Coelho. A sua carreira vitoriosa, inicialmente torturada pela orfandade e angustiada pela pobreza, é uma afirmação do seu mérito, do seu esforço e da sua tenacidade.

Dele, escreveu Moreira Guimarães: "Não sei de catarinense maior que Jerônimo Francisco Coelho, tão bem acabado se me afigura quem tantas vezes dissera, para cima e para baixo, falando menos aos contemporâneos que a posteridade: Minha pobreza é minha riqueza.

Admirável brasileiro, tão justamente conhecido — ora por espada falante, ora por espada sábia — em face quer do fulgor da palavra, quer da claridade na inteligência".

Ao traçar o perfil do seu patrono, teria Moreira pensado em si?

Ou a escolha se fizera, precisamente, por uma similitude de destinos?

Seja como for o que há de positivo é que a Moreira se poderá ajustar, e muito bem, as palavras escritas, por ele, sobre Coelho.

Meus senhores:

José Maria Moreira Guimarães, é dos nossos dias, é de ontem, ainda estamos a vê-lo, presente às nossas sessões, animando-nos com a juvenildade de sua inteligência, a alegria do seu espírito e o exemplo de sua surpreendente capacidade de trabalho. Era ao mesmo



tempo, mestre e amigo. Bondoso, sereno, tolerante, não se lhe ouvia dos lábios uma palavra de censura, um azedume, um sarcasmo que deixasse transparecer o travor de um desengano ou de uma decepção.

Velho, doente, o fulgor de sua admirável cerebração dava-nos a impressão de um homem apenas chegado a idade viril, ele que já havia atingido ou quiçá ultrapassado a canônica.

Transporto-me nesta hora, meus senhores, para o dia em que se comemorou no Club Militar, o cinquentenário da República.

Moreira era o orador oficial. Ele que havia participado, e como um dos mais destacados elementos, da célebre sessão de 9 de novembro de 1889, iria narrar o fato, descrever a cena, e reviver aos nossos olhos os homens que decidiram destruir o trono de Pedro II, naquela inolvidável noite.

Foi magistral. O seu discurso preciso, claro e de intensa paixão. Magnífica a sua evocação, magnífica e comovida.

Enquanto viveu — e que falta ele nos faz — toda a sua inteligência, todo o seu caráter, toda a sua energia, foram dedicados única e exclusivamente ao Brasil.

Venceu pelo esforço próprio. Deixando a sua formosa Laranjeiras, chega à Corte e ingressa na Escola Militar.

Aí estudou e lutou sozinho, sem outra recomendação além do seu mérito. Os dois grandes movimentos que empolgaram a Nação — ao seu tempo de estudante — abolição e República, — tiveram nele um ardoroso adepto e republicano foi até desaparecer, dentre os vivos.

Jamais abjurou as suas crenças, a sua confiança na Democracia.

Chegado à velhice, talvez na hora extrema, poderia ter espraído as vistas sobre a larga estrada explorada e poderia ter dito com orgulho, que nunca mentiu aos ideais que lhe iluminaram os anos da mocidade.

A jornada que percorreu foi longa, por vezes percalços lhe dificultaram a marcha, mas a sua inquebrantável força de vontade tudo sobrepujou e pôde chegar ao fim, merecendo o apreço e o respeito de seus concidadãos.

A sua bibliografia é vasta e variada, repartida por diversos gêneros de cultura, atestando o esforço, a versatilidade da inteligên-

cia, a beleza do estilo e a dominação dos assuntos. Versou a geografia, a história, a moral, a filosofia, o direito, a economia, organização militar, não se especializando em nenhum deles.

Do seu apego à filosofia vem, certamente, ter sido um espírito profundamente religioso, sabido que é que todas as religiões são filosóficas e as mais completas.

Inicialmente, abraçou o positivismo, sob a influência do maior dos mestres da Praia Vermelha, aquele que foi guia moral e espiritual de várias gerações de servidores do Brasil, da consciência mais límpida, do caráter mais puro, da dignidade mais nobre, que já conheceu o magistério nacional — Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

A religião do filósofo de Montpellier, adotada na mocidade, fez com que ele acreditasse nas palavras de Comte, isto é: “Que a filosofia deve tornar-se positiva em vez de se perder em vãs especulações sobre a natureza, a substância, a causa primária, e deve elevar-se a uma representação ao mesmo tempo una, sistemática e positiva do universo”.

Cedo, porém, desvincilhou-se da Religião da Humanidade e passou a admirar no antigo professor da Escola Politécnica de Paris, apenas o matemático, o sábio, o sociólogo, o inimitável classificador das ciências.

A Teosofia — “que traz em si a louca pretensão de ter um conhecimento perfeito da Divindade e gosar de sua intimidade” — preocupou-o algum tempo.

Justo é ressaltar que jamais o empolgou o Teosofismo, oriundo das sociedades teosóficas, fundadas por ou sob a inspiração de Mme. Blavatsky ou Anie Bresant pois era bastante esclarecido para conhecer a crônica tanto da moscovita esposa de um general russo como da ex-amante do inglês Bradlaugh. Mais. Deveria ter alcançado o sentido moral da sentença de Guenon: “A história do teosofismo é a sua melhor condenação”.

A Maçonaria teria sobre ele uma influência decisiva, seria maçã até o fim. Entendia a sociedade fundada por Hiram, no tempo de Salomão, durante a construção do templo de Jerusalem, como um centro de filantropia, fraternidade e caridade. Percorreu todos

os graus da hierarquia maçônica e emprestou ao grande oriente do Brasil o valor de sua bela cultura.

No fundo, porém, um crente. Deus jamais saiu do seu coração e ele que em criança — quem sabe? — teria balbuciado, antes de dormir, a Ave Maria, vez por outra olhava o Cristianismo, e, finalmente, veio a ele. Veio, não, voltou.

A história do espírito humano, do seu evolver através dos séculos, lhe era familiar, e portanto estava compenetrado que a idéia de Deus andava presente, “sob formas diversas, nas mais remotas escolas ou sistemas filosóficos”.

Não desconheceria, possivelmente, que entre os antigos como entre os modernos, Lutero a frente, a religião de Cristo, sofria restrições.

Mas a verdade é que entre todas “as religiões que as idades teem conhecido, a única de gênio verdadeiramente universal é o Cristianismo. Tem cada cidade, no mundo antigo, os seus deuses próprios, de invocação particular. É o politeísmo. Na antiguidade somente o mosaísmo se baseia sobre a unidade de Deus e da Criação. E foi no seio de Israel, por isto mesmo, que nasceu o Salvador”.

O Cristianismo espalhou-se pelo mundo graças à propaganda dos apóstolos. As perseguições, os martírios que sofreram Cristo e os seus filhos jamais entibiaram aos crentes da nova religião, a religião única, a religião das religiões. O sumo bem. A verdade das verdades.

O caráter ecumênico do Cristianismo afirma-se na hora mesma do nascimento de Jesús. Diz S. Lucas: “Não temais; porque eis que vos anuncio uma grande alegria, que terá todo o povo. Nasceu-vos na cidade de David um Salvador, que é o Cristo Senhor”.

Vemos e compreendemos que quando o evangelista escreve “todo o povo” a expressão deve ser entendida como referente a todo gênero humano e não apenas aos filhos de Israel. Mais. Entre os discípulos de Cristo, será S. Paulo quem firmará seu espírito de universalidade.

Nas “Epístolas aos Romanos”, vem: “Porventura Deus só o é dos Judeus? Não o é também dos gentios? Não há distinção entre judeus, gregos e gentios, pois o mesmo Cristo é o Senhor de todos”.

A prodigiosa rapidez do sucesso do Cristianismo explica-se facilmente. O politeísmo não tinha grande influência sobre as multidões. Até então, nenhuma doutrina filosófica tentara, ao menos, aproximar-se delas. O Cristianismo, — escreveu Faguet — é essencialmente popular, amando as crianças, amando os humildes, tendendo, segundo Descartes, a considerá-los mais filhos de Deus do que os grandes da Terra; foi recebido pelas multidões como sendo a única doutrina verdadeira, de caráter unitário, que substituía as variedades de deuses do paganismo, já em franca e absoluta decadência.

Segundo S. Agostinho: “A verdade que promana da religião do Nazareno é da mais límpida claridade e é mais pura que a mais pura das fontes”.

“Todo o mundo está esperando ainda o triunfo completo do Cristo”, disse Pio XII, no Natal de 1941. Que será a vitória integral do Messias? “O livre arbítrio dos homens garantido, reconhecido o direito de vida de cada um”, responde S. S..

Ninguém, entretanto, definiu a doutrina do filho de Maria, como fez Lamennais. Ouçamo-lo:

“Destruir de sobre a terra a dominação da força, substituir-lhe o reino da justiça e da caridade, e realizar assim entre os membros da grande família humana, indivíduos e povos, a unidade dentro da qual cada um vivendo a vida de todos encontre as condições reais favoráveis ao desenvolvimento do seu próprio destino — tal é a atuação do Cristianismo”.

O desenvolvimento social da humanidade muito deve ou deve tudo Aquele que soube, ainda criança, confundir todos os sábios do seu tempo. Não conseguiu Ele, é verdade, estabelecer em definitivo a paz entre os homens e o mundo ainda luta e há de lutar por muitos séculos afora entre Ormuz e Ahriman e por mais que se reuam fiéis às forças do primeiro nem por isso as do segundo deixam de aumentar.

Ariel e Caliban ainda se digladiam e nós lhe seguimos as pégadas, inconcientes de nós mesmos e aturdidos pelo bem e pelo mal.

É óbvio que não podemos refugir ao nosso destino e nem podemos guiar as nossas ações no sentido do infinito, pequeninos seres que somos, cuja única grandeza que possuímos é a fortaleza da nossa fé, a certeza da existência de Deus.

As pugnas, o ódio, o crime, a ambição, a inveja, sobrevivências de outras eras, aí estão impunes e desenvoltos.

É a eterna história, é o eterno sofrimento dos homens e é por tudo isso que Cristo, ungido de santa piedade, olhando os máus e os ímpios, deixou sair de seus lábios, aquelas palavras, como vozes do seu coração, coração de onde emana todo o bem, como "das flores emana o perfume": "Perdoai-lhes, Senhor, eles não sabem o que fazem".

Senhor Major F. Leopoldo:

O cintilante novelista de Bel-Aini dizia, — no início de sua gloriosa carreira — quando lhe era agradável demolir que existiam, em França, três coisas detestáveis: a Revista dos Dois Mundos, as condecorações e a Academia Francesa, sendo esta a pior, concluía o paradoxal epigramista.

Tal significava o desprezo que o sutil autor de "Pedro e João" tinha pela filha de Richelieu, e, por esta forma, ele, sem se aperceber, fazia, também, o jogo deselegante dos candidatos derrotados nas eleições do cobiçado sodalício.

Era um valor autêntico, um dos mais eminentes mestres do conto francês, escritor sóbrio, vigoroso, preciso, quem assim seteava, tão rudemente, o grande Senado da intelectualidade latina. Depois, veio a reflexão e Maupassant pertenceu à Academia Francesa e colaborou na Revista. Não sei se para completar o seu castigo, recebeu e usou condecorações.

Entre nós, já é hábito depreciar o nosso Instituto, olhá-lo com certas reservas e fingir não acreditar em sua alta e nobre finalidade, nos seus desígnios e na sua capacidade esclarecedora e restauradora de nossa história militar.

Pouco importa; desta luta entre os que creem e os que trabalham, contra os que, incapazes de obras sérias apenas se refocilam na lama de uma crítica zarolha e desprovida totalmente de espírito e de inteligência, é que há de vingar, exuberantemente, o prestígio desta Casa para cujas fileiras de defesa e de labuta, acabais de chegar, aplaudido por todos nós, os vossos eleitores.

O Instituto está de parabens e sobretudo porque não vos deixastes influenciar pelo exemplo do prosador da "A Casa de Teller"...

Há muito suspeitávamos do vosso desejo pois a vossa presença a todas as nossas reuniões e o interesse por tudo que nos dissesse respeito, deixava antever que virieis ao nosso encontro.

Fizestes bem; ao Instituto é agradável e útil a vossa colaboração. Sois um cultor e um estudioso de nossa História, e os vossos trabalhos, maximé os que serviram de credenciais para a vossa eleição, atestam, de certo modo, o quanto já destes de contribuição à História Militar do Brasil.

Com elegância, clareza, senso crítico e conhecimento seguro da época e do meio em que viveram e agiram, estudastes Jerônimo Coelho e Moreira Guimarães, — o Patrono e o primeiro ocupante de vossa cadeira.

Outras obras de divulgação e crítica histórica opulentam a vossa bibliografia e, convem que frise, para um melhor destaque de vossa inteligência, que, não só junto ao altar de Clio, recitais orações, pois, em tempos não recuados, montastes a Pégaso e chegastes até o Monte Héllion, onde na Fonte de Hipócrene, bebestes inspiração para belos versos líricos.

Sois, também, poeta e dos mais felizes pois recebestes, ainda bem jovem, os aplausos de Bilac, o incomparavel cantor de Satânia e do Caçador de Esmeraldas.

Não sois um poeta preso a escolas ou sujeito a preconceitos de formas ou de métrica.

Na poesia vos destacais como livre atirador e se não vos filiastes à corrente moderna, orientada, no Brasil, por Graça Aranha e Cassiano Ricardo também não vos apegastes ao parnasianismo ou ao simbolismo.

Nem Herédia, nem Varlaine, nem Marinetti. Ficastes vós mesmo.

Em nossa terra, é o jornal, e com justa razão, o ponto de partida de todos quantos desejam aparecer no mundo das letras ou sentem necessidade de divulgar idéias que julgam uteis à coletividade.

Não fugistes à regra e os periódicos e revistas desta capital e de alguns Estados receberam a vossa colaboração, sempre oportuna e vasada num estilo próprio e singular.

A esta altura merece ser dito, em vosso louvor, que embora sejam vários os setores onde labora a vossa mente, ainda dispensais

um pouco de tempo ao cultivo do idioma que Camões immortalizou.

Fazeis bem; a língua que falamos devemos transmiti-la aos nossos filhos, tão límpida e tão pura quanto nos deram, pois "se não foi gerada por nós, a adotamos, se não foi batizada aqui", aqui se radicou e tornou-se mais forte, mais expressiva, e sofreu, guiada por inigualáveis mestres, uma evolução notável, como ser vivo que é e que não poderia deixar de receber as influências determinantes do seu novo e bravo habitat.

E teve em Rui, — o nosso Grande Rui, — o seu maior cultor, aquele de quem disse Aluísio de Castro: "No que lhe saía dos lábios ou da pena estava o sináculo da perfeição".

Cronista, poeta, jornalista, é este o tríplice aspecto de vossa personalidade e ela pode ser acrescida de um outro: soldado, profissional de méritos destacados, cumpridor exato de suas obrigações, cioso de suas responsabilidades, enérgico e tolerante.

Agora, meu caro confrade, tendes mais um dever e estamos seguros de que sabereis cumprí-lo: zelar pela glória de vossa cadeira, neste Instituto.

E o esplendor da cadeira n.º 29 é o seu próprio roteiro histórico: Império e República. Jerônimo Coelho e Moreira Guimarães. Sede benvindo.

---